

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
DA ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA  
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
(FGV CPDOC)**

**2019 - 2023**

Carlos Ivan Simonsen Leal  
**Presidente da Fundação Getulio Vargas**

Celso Corrêa Pinto de Castro  
**Diretor da Escola de Ciências Sociais/ Centro de Pesquisa e  
Documentação de Historia  
Contemporânea do Brasil  
(FGV CPDOC)**

Martina Spohr Gonçalves  
**Coordenador de Ensino de Graduação da Escola de  
Ciências Sociais**

Angela Domingues  
Moreira

**Coordenadora de  
ensino de pós-  
graduação da  
Escola de Ciências  
Sociais**

# SUMÁRIO

## Sumário

<b>I. PERFIL INSTITUCIONAL .....</b>	<b>6</b>
<b>1.1. Identificação da Mantenedora .....</b>	<b>6</b>
<b>1.2. Identificação da Mantida .....</b>	<b>8</b>
<b>1.3. Histórico da IES .....</b>	<b>9</b>
<b>1.4. Atos Autorizativos e Portarias Legais .....</b>	<b>13</b>
<b>1.5. Síntese dos Indicadores Acadêmicos da IES.....</b>	<b>18</b>
<b>1.6. Missão da IES .....</b>	<b>18</b>
<b>1.7. Objetivos e Metas da IES para o próximo quinquênio .....</b>	<b>18</b>
<b>1.8. Áreas de atuação acadêmica .....</b>	<b>20</b>
<b>II. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL.....</b>	<b>21</b>
<b>2.1. Inserção Regional.....</b>	<b>21</b>
<b>2.2. Princípios filosóficos e metodológicos que guiam a prática da IES. ....</b>	<b>21</b>
<b>2.3. Organização didático-pedagógico da instituição .....</b>	<b>24</b>
2.3.1. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:.....	24
2.3.2. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular .....	25
<b>2.4. Atividades práticas e estágios .....</b>	<b>26</b>
<b>2.5. Desenvolvimento de materiais pedagógicos .....</b>	<b>27</b>
<b>2.6. Incorporação de avanços tecnológicos.....</b>	<b>27</b>
<b>2.7. Políticas de ensino de Graduação.....</b>	<b>28</b>
<b>2.8. Políticas de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa .....</b>	<b>30</b>
<b>2.9. Políticas de Pesquisa Aplicada.....</b>	<b>32</b>
<b>2.10. Políticas de Extensão.....</b>	<b>33</b>
<b>2.11. Políticas de Gestão .....</b>	<b>34</b>

<b>2.12. Políticas de Responsabilidade Social .....</b>	<b>35</b>
 <b>III– CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA.....</b>	<b>37</b>
<b>3.1. Cronograma de desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI .....</b>	<b>37</b>
3.1.1 - Tabela I - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo) .....	37
3.1.2 – Tabela II – Programação de abertura de vagas nos cursos existentes de Graduação (Bacharelado e Licenciatura, presenciais) .....	37
3.1.3 - Tabela II - Programação de abertura de turmas para cursos de pós-graduação latu sensu (MBA) .....	37
3.1.4 – Tabela III – Programação de abertura de turmas para cursos de pós-graduação strictu-sensu .....	38
3.1.5 - Tabela IV - Programação de abertura de cursos a Distância (EaD) .....	38
3.1.6 - Tabela V - Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos.....	39
3.1.7 - Tabela VI - Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno .....	39
 <b>IV - CORPO DOCENTE .....</b>	<b>39</b>
<b>4.1. Requisitos de titulação.....</b>	<b>39</b>
<b>4.2. Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica .....</b>	<b>40</b>
<b>4.3. Os critérios de seleção e contratação.....</b>	<b>42</b>
<b>4.4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho.....</b>	<b>42</b>
<b>4.5. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro .....</b>	<b>44</b>
<b>4.6. Tabela IX - Cronograma de expansão do corpo docente.....</b>	<b>44</b>
 <b>V – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA .....</b>	<b>45</b>
<b>5.1. Os critérios de seleção e contratação do quadro técnico-administrativo .....</b>	<b>54</b>
<b>5.2. Tabela X - Cronograma de expansão do corpo técnico- administrativo .....</b>	<b>54</b>
<b>5.3. Órgãos de apoio administrativo .....</b>	<b>54</b>
5.3.1 - Secretaria de Registro Acadêmico .....	54
5.3.2 - Biblioteca.....	55
5.3.3 – Secretaria Administrativa .....	55
5.3.4 – Ouvidoria .....	55
5.3.5 – Núcleo de Apoio Pedagógico da Graduação .....	55
5.3.6 – Setor de Regulação e Avaliação Institucional .....	55
 <b>VI – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO CORPO DISCENTE .....</b>	<b>56</b>
<b>6.1. Políticas de acesso .....</b>	<b>56</b>
<b>6.2. Programas de apoio pedagógico e financeiro.....</b>	<b>57</b>

6.4. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil) .....	61
6.5. Acompanhamento dos egressos .....	62
VII - INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS .....	63
7.1. Laboratórios.....	63
✓ Optiplex 3020 - DELL;.....	63
✓ Optiplex 3020 - DELL;.....	63
✓ Optiplex 3020 - DELL;.....	64
✓ ThinkCentre M58 / LENOVO; .....	64
✓ PENTIUM E5400 2.7GHz; .....	64
✓ 2GB DDR2 400MHz; .....	64
✓ 320 GB;.....	64
✓ Monitores de 19"; .....	64
✓ ALL IN ONE - AT 2022 / ITAUTEC; .....	64
7.2. Biblioteca .....	66
7.3. Política de acessibilidade .....	71
7.4. Serviço Médico e Assistência Social.....	72
VIII- AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	72
8.1. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação .....	74
8.2. Formas de utilização dos resultados das avaliações .....	74
IX - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS .....	74
9.1. Planejamento econômico-financeiro .....	74

## **APRESENTAÇÃO**

Durante o ano de 2013, a Escola de Ciências Sociais encarregou uma comissão para repensar o seu Plano de Desenvolvimento Institucional e seu Plano Pedagógico Institucional. Essa comissão, formada pelo diretor da IES, prof. Celso Castro, pelo coordenador de ensino de graduação, professor João Marcelo Maia, e pela coordenadora de pós-graduação, professora Luciana Heymann, reuniu-se diversas vezes, e apresentou o desenvolvimento de seu trabalho na instância adequada, a Congregação da IES.

Foram usados como subsídios tanto os documentos anteriores (PDI e PPI), como também os resultados das avaliações feitas pelo MEC relativas aos cursos ofertados e à própria IES. Além disso, os resultados acumulados pela CPA da Escola de Ciências Sociais também foram fundamentais para a realização desse novo planejamento. Finalmente, levou-se em conta a missão da Mantenedora e os novos desafios próprios de uma instituição especializada na área de Ciências Sociais e História.

## **I. PERFIL INSTITUCIONAL**

### **1.1. Identificação da Mantenedora**

Código da Mantenedora: 110  
Nome: Fundação Getulio Vargas – FGV  
Presidente: Prof. Dr. Carlos Ivan Simonsen Leal  
Endereço: Praia de Botafogo, 190 – Rio de Janeiro - RJ  
CEP: 22250-900  
CNPJ: 33.641.663/0001-44  
Natureza Jurídica: Fundação Privada  
Telefone: (21) 3799-5501  
Fax: (21) 3799-5921  
Página web: <http://www.fgv.br>

A Fundação Getúlio Vargas – FGV, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, situada na Praia de Botafogo, nº 190, Botafogo, CEP 22253–900, com Estatuto registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, sob o nº 15.987, em 10/12/2007 – Protocolo nº 200711281530268, é a Instituição Mantenedora da Escola de Ciências Sociais.

Em seus 70 anos de existência, a Fundação Getúlio Vargas, com suas escolas e institutos de pesquisa, transformou-se em um importante centro de pensamento sobre a realidade socioeconômica brasileira, destacando-se pela qualidade e seriedade da informação que produz e oferece à sociedade. Ao longo desse período, a FGV gerou uma grande quantidade de bens públicos e foi continuamente avaliada como um centro de excelência em pesquisa e ensino.

No campo do ensino, a iniciativa pioneira dos anos 1950 consistiu na criação da Escola Brasileira de Administração Pública – atual EBAPE – no Rio de Janeiro, e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP -, ambas oferecendo cursos de graduação. Na década de 1960, surgiram os cursos de pós-graduação em Administração Pública. Em 1966, a partir do Centro de Aperfeiçoamento de Economistas (CAE 12/12/1960) do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, foi criada a Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE –, oferecendo cursos de mestrado. Em 1974 foi criado o Programa de Doutorado da EPGE. Ao lado da pós-graduação *stricto sensu* em Administração e Economia, a FGV lançou-se desde então ao ensino de pós-graduação *lato sensu* em diversas outras áreas. Paralelamente, também de modo pioneiro, desenvolveu várias linhas de pesquisa e consultorias. Os índices econômicos produzidos pelo IBRE são sabidamente utilizados como referência em todo o país.

Acordos e intercâmbios nacionais e internacionais garantem a contínua atualização dos conteúdos educacionais. Além de investir sistematicamente em novas tecnologias e metodologias ligadas ao ensino à distância, a instituição mantém publicações de alto nível, seja sob a forma de periódicos, seja sob a forma de livros editados por sua própria Editora. O coroamento de décadas de investimento em pesquisa, ensino e acervo é a Biblioteca Mario Henrique Simonsen, na sede da FGV do Rio de Janeiro, considerada uma das melhores e mais atualizadas do país.

Com o país buscando retomar seu desenvolvimento, são crescentes as demandas por investimentos em educação e aperfeiçoamento dos modelos de gestão. A FGV está

empenhada no aprimoramento e na diversificação de suas ofertas de bens públicos, cursos e pesquisas, bem como de produtos e serviços para o mercado, sob a forma de informações, consultoria, desenvolvimento humano e pesquisa histórica. Essa perspectiva reflete-se em eventos concretos, como a recente ampliação da sede da FGV no Rio de Janeiro.

Lançando-se em novas frentes, o principal investimento da FGV na última década foi a criação de cursos de graduação. Desde 2002, o curso de graduação em Administração, que já era oferecido pela EAESP em São Paulo, voltou a ser ministrado pela EBAPE no Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano também foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o curso de graduação em Economia. Em 2004, começaram a funcionar os cursos de graduação em Economia, em São Paulo, e Direito, em São Paulo e no Rio. Em 2005, a FGV teve autorização do MEC para o credenciamento da ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, com a abertura do curso de graduação em Ciências Sociais, no Rio. Após mudança regimental, o nome da Escola passou a ser Escola de Ciências Sociais, mantendo-se, todavia também a denominação histórica de Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, bem como a sigla FGV CPDOC.

## 1.2. Identificação da Mantida

<b>Mantida:</b>	Escola de Ciências Sociais							
<b>End.:</b>	Praia de Botafogo						<b>nº:</b>	190
<b>Bairro:</b>	Botafogo	<b>Cidade:</b>	Rio de Janeiro		<b>CEP:</b>	22250-900	<b>UF:</b>	RJ
<b>Fone:</b>	(021) 3799.5676 / 3799.5677				<b>Fax:</b>	(21) 3799.5679		
<b>E-mail:</b>	<a href="mailto:Faleconosco.cpdoc@fgv.br">Faleconosco.cpdoc@fgv.br</a>							
<b>Site:</b>	<a href="http://cpdoc.fgv.br/escs/estrutura">http://cpdoc.fgv.br/escs/estrutura</a>							

A ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS é um estabelecimento de ensino superior, com limite territorial circunscrito ao Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, credenciada pela Portaria n. 1.294, de 19 de abril de 2005, publicada no *Diário Oficial* de 20 de abril de 2005.



O Regimento da Escola foi aprovado pelo Senhor Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, por meio da Portaria n. 282, de 21 de junho de 2006. A aprovação do Regimento foi feita pelo Ofício n. 5220/2006- MEC/SESu/GAB/CGLNES. A primeira turma do Curso de Ciências Sociais iniciou suas atividades regulares em fevereiro de 2006. A primeira turma de Licenciatura em História iniciou suas atividades em 2010.

O novo Regimento da IES foi aprovado, alterando o nome da Mantida para ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS.

### 1.3. Histórico da IES

A Escola de Ciências Sociais tem sua origem mais remota no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (FGV CPDOC), criado em 1973 com o objetivo de abrigar arquivos pessoais de homens públicos de trajetórias relevantes para a história brasileira contemporânea e de realizar pesquisas sobre temas mais recentes da história do Brasil. Em 1975, passou a desenvolver um Programa de História Oral que, desde então, vem coletando depoimentos de personalidades públicas que testemunharam ou atuaram em acontecimentos e conjunturas expressivas da nossa história contemporânea. Hoje o CPDOC reúne um acervo de aproximadamente 2 milhões de documentos textuais, fotografias, discos, fitas magnéticas e filmes, provenientes de cerca de 220 arquivos, e de 2.409 entrevistas (o equivalente a cerca de 7515 horas gravadas), das quais 1090 se encontram disponíveis para consulta.

No ano de 2000, o CPDOC criou a primeira versão de sua base de dados, chamada *ACCESSUS*. Essa ferramenta de busca pretendia ser uma interface amigável e funcional para os usuários. Seu lançamento para o público, em 2001, permitiu que as informações referentes a todos os fundos organizados e disponíveis para consulta pública pudessem ser visualizadas online através do Portal da instituição. A partir da implantação do *ACCESSUS*, o conteúdo descritivo do acervo, até então restrito aos inventários dos arquivos e disponíveis apenas nas instalações físicas, ganhou a internet.

Desde a implantação do *ACCESSUS*, o CPDOC tem se dedicado à preservação e difusão do seu acervo na *web*. Algumas iniciativas importantes foram realizadas com esse objetivo. Em 2000, teve início o projeto de preservação e difusão, com a digitalização dos suportes originais e a disponibilização de aproximadamente 50.000 fotografias na internet. O

projeto de preservação do acervo priorizou documentos iconográficos, devido à fragilidade de seu suporte e a presença predominante de informação imagética. Em 2005, foi implementada a política de preservação e difusão através da digitalização de documentos de natureza arquivística com a disponibilização online e gratuita do arquivo Getúlio Vargas. A iniciativa marcou o início de uma nova fase na consulta pública ao acervo da instituição, 50 anos após a morte do ex-presidente.

No ano de 2007, foi realizada a digitalização e liberação do fundo Ernesto Geisel para consulta pública na internet e em 2008, o CPDOC realizou a digitalização e a disponibilização online de mais de 360 mil páginas de documentos pessoais de natureza arquivística, além de cerca de 30.000 fotografias, 350 discos, 65 películas cinematográficas e 388 fitas (VHS, U-MATIC, rolo e cassete). No âmbito desse projeto, que teve o apoio do Santander, foram digitalizados documentos textuais dos fundos: Anísio Teixeira, João Goulart, Juarez Távora, Fernando Setembrino de Carvalho, Ernâni do Amaral Peixoto, Antonio Azeredo da Silveira (Série Ministério das Relações Exteriores), Paulo Nogueira Batista e Alzira Vargas do Amaral Peixoto.

Em 2013, o projeto *Difusão e Preservação de Documentos Históricos: um direito do cidadão e um dever da sociedade*, financiado pelo Ministério da Cultura (MINC), através da Lei de Incentivo à Cultura, priorizou os arquivos do ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, dos ex-presidentes da República: Wenceslau Brás, Eurico Gaspar Dutra e João Café Filho, e do governador de São Paulo, Franco Montoro.

Recentemente, o CPDOC intensificou os esforços para garantir o acesso facilitado ao conjunto documental abrigado na instituição. Tendo em vista essa estratégia de ação, extinguiu, em 2016, a obrigatoriedade de cadastro dos pesquisadores para a consulta ao acervo online. Com o objetivo de ampliar o acesso aos documentos foram implementadas URLs amigáveis, que permitiram que o usuário tivesse informações sobre o conteúdo consultado no endereço virtual, antes mesmo de acessar o documento. As URLs são amigáveis para o usuário e também para os mecanismos de busca, uma vez que o link pode ser encontrado pelos buscadores da internet. Desta forma, o acervo online pode ser consultado livremente sem que haja a necessidade de cadastramento de usuário e senha, que até então vigorava na consulta do material disponível no site.

Em março de 2016, o CPDOC passou a disponibilizar seu acervo de forma livre e gratuita por meio do aplicativo App FGV. O aplicativo foi desenvolvido pela equipe de tecnologia de informação da Fundação Getúlio Vargas, sensibilizada pela Coordenação de Documentação, sempre atenta às necessidades de desenvolver novas formas de divulgação do acervo. Através do aplicativo o usuário pode acessar os verbetes do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB), as entrevistas do Programa de História Oral e as fotografias e

documentos existentes no Programa de Arquivos Pessoais. O aplicativo está disponível para download em dispositivos Android e iOS.

Esse ano, com o intuito de expandir o alcance dos documentos históricos, teve início o Projeto de Difusão do Acervo da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC). Tendo em vista que a instituição reúne um conjunto documental de referência para a História Contemporânea Brasileira, o projeto utiliza as redes sociais como ferramenta de difusão do acervo para além da comunidade acadêmica. Acompanhando o crescente processo de inclusão digital vivido pela sociedade brasileira, as redes sociais tornaram-se parte integrante do cotidiano da população e, nesse sentido, apresentam novas possibilidades de divulgação e acesso à informação ainda pouco exploradas pelas instituições arquivísticas. As estratégias de divulgação mobilizadas incluem a elaboração de postagens que exploram a diversidade e o potencial do acervo do CPDOC. O projeto impõe desafios como a produção de conteúdo, de modo a se adequar às novas formas de sociabilidade do meio digital, respeitando a integridade do acervo.

Em 2002, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) do Ministério da Educação aprovou a proposta do CPDOC de criação de um Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), que iniciou suas atividades com o Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais no ano seguinte. Em 2007, o Programa de Pós-Graduação ampliou a oferta de cursos com a abertura das primeiras turmas de Mestrado Acadêmico e Doutorado em História, Política e Bens Culturais, cujos projetos foram aprovados pelo Comitê Técnico Científico da CAPES em julho de 2006. Ainda em 2007, o Mestrado Profissional obteve conceito 5 na avaliação trienal da CAPES, o mais alto da área de Ciências Humanas para a modalidade “Profissional”. O resultado manteve-se na avaliação seguinte, divulgada em 2010, quando foi confirmada a nota 4 para o segmento acadêmico do PPHPBC. Na última avaliação quadrienal, o Mestrado Profissional manteve seu conceito 5 e o segmento acadêmico subiu de 4 para 5.

Em 2019, o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais pretende reformular a estrutura das áreas de concentração e linhas de pesquisa do Programa. Essa reformulação tem por objetivo tornar mais orgânica a distribuição das linhas de pesquisa e promover uma maior adequação do PPHPBC aos padrões adotados na área de História, sempre em consonância com nossa identidade acadêmica, expressa no perfil do corpo docente, nos projetos de pesquisas e nas teses e dissertações defendidas pelos alunos.

Em 2005, com apoio do IDE, a IES lançou a primeira turma de pós-graduação *lato sensu*, com a pioneira Pós-Graduação em Cinema Documentário, hoje já em sua décima-primeira turma no Rio e quinta turma em São Paulo. Desde então, aumentou a gama de cursos oferecidos pela Escola de Ciências Sociais, muitas vezes em parceria com outras Escolas da Fundação, e cujos temas transitam entre a área cultural e das Relações Internacionais. No total, incluindo as turmas em andamento, os cursos *lato sensu* oferecidos tiveram, desde agosto de 2005, 37 turmas.

Em 2005, o Ministério da Educação autorizou o credenciamento da Escola de Ciências Sociais e o funcionamento do curso de graduação em Ciências Sociais, permitindo que no mesmo ano fosse realizado o primeiro concurso vestibular e a instalação da primeira turma em março de 2006. Em 2018, a Escola de Ciências Sociais recebeu a nota máxima no IGC (Índice Geral de Cursos), indicador global do MEC para atestar a qualidade das instituições de ensino superior, ficando em terceiro lugar no ranking geral de IES. O curso de Licenciatura em História foi autorizado pelo MEC no ano de 2008. O primeiro vestibular para o curso foi realizado em 2009 e a segunda turma admitida concluiu seu curso no fim 2014, ao mesmo tempo em que finaliza seus estudos a sexta turma de Ciências Sociais. O curso de Licenciatura em História da Escola de Ciências Sociais – FGV CPDOC está em desativação, mediante deliberação da Mantenedora, em junho de 2016, em comum acordo com a IES, tendo em vista a reduzida procura pelo curso e dos altos indicadores de evasão. O Plano de Desativação do Curso, conforme inciso VI do artigo 19º da Nota Técnica No 559/2013-CGFPR/DIREG/SERES-MEC, segue anexado a este documento. A IES está comprometida com a oferta das disciplinas que fazem parte do Plano Pedagógico do curso de Licenciatura em História e do fluxograma correspondente até a formatura do último aluno do curso que deverá ocorrer em até 2020.2.

Esta inserção da IES em três modalidades de formação acadêmica – graduação, pós-graduação *lato sensu* e pós-graduação *stricto sensu* – consolida sua atuação como unidade de ensino, coroada com um novo regimento, aprovado em 2013 e que transformou o CPDOC na Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Busca-se, para os próximos três anos, ampliar o corpo docente da IES, que passa por um período de renovação; atingir altos conceitos em avaliações de cursos promovidas pelo MEC e pela Capes; consolidar a qualidade dos cursos oferecidos; projetar a Escola e seu trabalho internacionalmente; e aumentar o grau de cooperação com outras escolas e unidades da FGV.

A IES se vê como produtora de bens públicos e prestador de serviços diferenciados a clientes que prezam pela qualidade e que aceitam preços mais elevados em troca da excelência oferecida pelos pesquisadores e pela marca FGV. Esta condição elege como parceiros principais as organizações públicas e privadas que desejem resgatar suas próprias histórias para servirem como instrumentos de fortalecimento da imagem institucional, que

tenham a intenção de estabelecer estratégias compromissadas com o conceito de responsabilidade social, que necessitem entender melhor o comportamento de seus clientes ou que procurem produzir conhecimento sobre determinado aspecto da realidade social brasileira.

O quadro de professores da IES tem se renovado continuamente, principalmente através da seleção por meio de editais públicos. Todo o corpo de professores passa, a cada três anos, por um processo de avaliação externa de seu desempenho acadêmico.

Vale mencionar, ainda, o investimento que a IES tem feito em projetar sua imagem de polo de referência na formação de cientistas sociais por meio de iniciativas que apresentam ao grande público e as ciências sociais, suas possibilidades instrumentais e teóricas. Nesse sentido, tem-se investido em uma série de oficinas que permitem a alunos de graduação e de pós-graduação, no Brasil e também no exterior, entender melhor o que são as disciplinas que são a base para o trabalho da IES desde sua criação. A Escola tem igualmente investido na atualização de uma de suas mais antigas áreas de pesquisa, o pensamento social, atualizando a reflexão a seu respeito com novos conceitos e teorias, com novos pesquisadores e colaboradores.

#### 1.4. Atos Autorizativos e Portarias Legais



Ano CXLII No- Nº 75, Seção I – Pagina 23 - Brasília - DF, quarta-feira, 20 de abril de 2005

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 1.294, DE 19 DE ABRIL DE 2005**

O Ministro de Estado da Educação, Interino, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 856/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.011734/2003-71, Registro SAPIEnS nº 20031007346, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Credenciar a Escola Superior de Ciências Sociais, a ser estabelecida na Praia de Botafogo, nº 190/1406, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, aprovando neste ato o seu Plano de Desenvolvimento Institucional, pelo período de cinco anos, e o seu Regimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FERNANDO HADDAD**

18/4/2005

Portaria nº 1295 de 19 de Abril de 2005.

**O Ministro de Estado da Educação, Interino**, usando da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 3.860, de 09 de julho de 2001, alterado pelo Decreto nº 3.908, de 04 de setembro de 2001, e tendo em vista o Despacho nº 857/2005, da Secretaria de Educação Superior, conforme consta do Processo nº 23000.011735/2003-15, Registro SAPIEnS nº 20031007348, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento do curso de Ciências Sociais, bacharelado, com 50 (cinquenta) vagas totais anuais, no turno diurno, a ser ministrado pela Escola Superior de Ciências Sociais, na Praia de Botafogo, nº 190/1406, Bairro Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**FERNANDO HADDAD**



Ano CXLV N.º 166 - Brasília - DF, quinta-feira, 28 de agosto de 2008 – Pág.:16

## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

#### PORTARIA Nº- 604, DE 27 DE AGOSTO DE 2008

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista o Relatório SESu/DESUP/COREG nº 670/2008, da Diretoria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, resolve:

Art. 1º Autorizar o funcionamento dos cursos superiores de graduação, a serem ministrados pelas instituições isoladas de ensino superior nos endereços, turnos e com o número de vagas, conforme discriminado na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO MOTA

#### ANEXO

	Processos SIDOC e Registros Sapiens	Mantenedora e Mantida	Curso	Vagas/turno	Endereço
1	23000.018922/2006-72 20060008357	UNNESA - União de Ensino Superior da Amazônia Ocidental S/C Ltda. e Faculdade Metropolitana	Letras, licenciatura, habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	200 totais anuais, diurno e noturno	Rua Araras, nº 241, bairro Jardim Eldorado, Porto Velho/RO
2	23000.010946/2006-83 20060002422	Associação Educacional Zacarias de Góes Vasconcelos e Faculdade Zacarias de Góes	Letras, licenciatura, habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, no âmbito do ISE	100 totais anuais, diurno e noturno	Rua A, Loteamento Jardim Grimaldi, s/n, bairro Jardim Grimaldi, Valença/BA
3	23000.019152/2006-85 20060008810	Fundação Getúlio Vargas e Escola Superior de Ciências Sociais	História, licenciatura, no âmbito do ISE	100 totais anuais, diurno Praia de Botafogo, nº 190, bairro Botafogo, Rio de Janeiro/RJ	



**DOU 12/7/2011 – SEÇÃO 1 – PÁGINA 30**

**PORTARIA Nº- 255, DE 11 DE JULHO DE 2011**

O Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Reconhecer os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior, nos termos do disposto no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. Os reconhecimentos a que se refere esta Portaria são válidos exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**LUIS FERNANDO MASSONETTO**

**ANEXO**

<b>Registro e-MEC</b>	<b>Curso Habilitação (Código) Modalidade</b>	<b>Nº de Vagas Totais Anuais Turnos (s)</b>	<b>Mantida (Código)</b>	<b>Mantenedora (Código)</b>	<b>Endereço de Funcionamento do Curso</b>
200800844	Ciências Sociais (83914) Bacharelado	50 (cinquenta) diurno	Escola Superior de Ciências Sociais (3614)	Fundação Getúlio Vargas (110)	Rua Praia de Botafogo, nº 190, Praia de Botafogo, Rio de Janeiro/RJ.

Em prosseguimento à sua filosofia de ensino, a ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS instituiu uma Comissão de Professores para a elaboração do projeto pedagógico do Curso de Licenciatura em História. A Comissão foi formada pelos professores Marieta de Moraes Ferreira, Ângela Maria de Castro Gomes, Carlos Eduardo Sarmento, Marly Motta e Mario Grynspar.

Em 25 e 26 de abril de 2008, a Escola recebeu a Comissão de Avaliação do Curso de Licenciatura em História, constituída dos professores Giancarlo Moser, da Universidade do Vale do Itajaí (SC), Centro Universitário Leonardo da Vinci, e professora Márcia Maria da Silva Barreiros Leite, da Universidade Estadual de Feira de Santana (BA), Departamento de Ciências Humanas e Filosofia. Após a visita da Comissão, a ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS recebeu do MEC a autorização para a abertura do Curso de Licenciatura em História. A autorização foi publicada no *Diário Oficial* em portaria específica abaixo reproduzida:

Nos dias 18 e 19 de novembro de 2013, o curso de História foi visitado por comissão in loco do INEP para efeito de reconhecimento. A comissão atribui nota 5 ao curso, confirmando o acerto das propostas pedagógicas e institucionais da IES.

### 1.5. Síntese dos Indicadores Acadêmicos da IES

	IGC	CPC Ciências Sociais	Enade CS
2018	5	4	4
2019 (estimativa)	5	5	5

### 1.6. Missão da IES

Produzir, gerir e difundir informação e conhecimento na área das Ciências Sociais e da História, de modo a contribuir para uma melhor compreensão da realidade social, em especial no que diz respeito a processos e temas relevantes para o Brasil.

### 1.7. Objetivos e Metas da IES para o próximo quinquênio

O objetivo geral da IES no período 2019-2023 é desenvolver novas estratégias de ensino, pesquisa e extensão que contribuam para a realização da sua missão de produzir, gerir e difundir informação e conhecimento na área das Ciências Sociais. De forma a atingir esse objetivo geral, listam-se abaixo as metas específicas que desejamos atingir.

#### Ensino de graduação:

- Ampliar o recrutamento de estudantes para seus cursos e diminuir sua evasão.
- Aumentar o número de ingressantes matriculados anualmente em 20%, levando-se em conta a base de 2017.
- Diminuir a evasão de estudantes ao final do primeiro período letivo para 30%
- Desenvolver novas estratégias de ensino e de aprendizagem nas áreas de Ciências Sociais .
- Implementar a nova grade curricular do curso de Bacharelado de Ciências Sociais
- Finalizar o plano de desativação do curso de Licenciatura de História

- Consolidar mais acordos de intercâmbio internacionais que produzam efetiva mobilidade de alunos e professores.

- Consolidar políticas de atendimento a alunos com necessidades especiais, em parceria com o Núcleo de Apoio Pedagógico da Mantenedora.

- Consolidar política de acompanhamento de egressos por meio de pesquisa empírica com formados (a ser feita pelo FGV-Opinião) em parceria com o Núcleo de Desenvolvimento de Estágios e Carreiras da Mantenedora.

- Reavaliar seu curso de graduação à luz de indicadores de matrículas, retenção/evasão e conclusão do curso, de forma a aferir se a missão da IES está sendo cumprida adequadamente.

#### Ensino de pós-graduação:

- Subir a nota do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC) para 6 no ciclo avaliativo que se encerrará em 2020

- Manter a nota 5 (máxima) para o Programa de Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais.

- Aumentar o número de alunos titulados em ambos os cursos.

- Aprofundar o processo de internacionalização do Programa, com atividades envolvendo docentes e discentes.

#### Pesquisa:

- Explorar e desenvolver novas formas de realizar pesquisa social aplicada, de acordo com as diretrizes estratégicas da Mantenedora.

- Ampliar o número de projetos de professores financiados por órgão externo de fomento e por fundações internacionais

- Ampliar a internacionalização de sua produção científica, em especial por meio de produções acadêmicas de artigos e livros em coautoria.

#### Recursos Humanos:

- Previsão de contratação de um professor/ano para ampliação do quadro de docentes

#### Extensão:

- Ampliar o processo de digitalização do arquivo histórico do CPDOC e desenvolver ferramentas tecnológicas que permitam um aumento do acesso da comunidade a esse rico material.

- Lançar um edital para pesquisadores brasileiros interessados em explorar o acervo da IES.

- Realizar atividades formativas para público externo à Escola de Ciências Sociais, explorando de forma específica setores como o Núcleo de Audiovisual, o Cineclube FGV e a Coordenação de Documentação.

- Promover com regularidade curso de Ciências Sociais voltado para o Ensino Médio chamado Experiência FGV CPDOC.

- Implementar visitas guiadas para alunos de Ensino Fundamental e Médio ao acervo histórico do CPDOC, ampliando o acesso público ao acervo.

- Realizar semestralmente oficinas de uso de fontes históricas em sala de aulas para professores das redes pública e privada, permitindo a ampliação dos usos de nosso acervo

#### Avaliação:

- Consolidar uma cultura de auto avaliação na IES, ampliando o papel da CPA no planejamento estratégico.

- Realizar um seminário sobre avaliação institucional em parceria com outras Escolas da FGV

- Reformular o mecanismo avaliativo dos docentes, incorporando sugestões dos mesmos.

### 1.8. Áreas de atuação acadêmica

A IES foi criada a partir da experiência de 40 anos do CPDOC nas áreas de documentação e pesquisa, tendo desenvolvido metodologias específicas de trabalho, tanto para arquivos pessoais como para história oral, adotadas em instituições congêneres. Desde sua implantação, o Centro ministra cursos e presta assessorias nessas áreas, diagnosticando e organizando acervos, montando exposições, realizando vídeos e formando bancos de depoimentos orais, entre outros. O CPDOC contribuiu, dessa forma, para disseminar no país a preocupação com a preservação e com a divulgação da memória nacional e com o olhar cuidadoso em relação a temas relevantes para a análise da cena contemporânea.

Desde 2005, já transformado em Escola de Ciências Sociais, a instituição vem apostando nas seguintes áreas de conhecimento: História, Ciências Sociais e Relações Internacionais. Essas áreas estão traduzidas no curso de graduação e nos programas de pós-

graduação acadêmico e profissionalizante. Além disso, orientam também a oferta de cursos *latu sensu* (Relações Internacionais, Cinema Documentário, Bens Culturais e Projetos Sociais).

Nesse novo ciclo quinquenal, a Mantenedora da Escola de Ciências Sociais decidiu investir recursos institucionais e financeiros na área de pesquisa aplicada, por entender que sua missão tem como foco a produção de conhecimento inovador que contribua para a educação e o desenvolvimento do país. A IES deve, portanto, preparar-se para participar dessa nova diretriz estratégica, definindo formas de atuação que permitam convergir seus interesses intelectuais para a produção de bens públicos.

## **II. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

### **2.1. Inserção Regional**

O município do Rio de Janeiro conta com 6.320.446 de habitantes (IBGE 2010), distribuídos numa área territorial de 1.224,56km<sup>2</sup>. Sua população em idade universitária compõe pouco mais do que 15% da população total do município, que conta com mais do que 1500 unidades escolares, sem contar os números relativos a todo o Estado do Rio de Janeiro. Metade da população da cidade conta com 11 ou mais anos de estudo, um quadro positivo em relação ao cenário nacional como um todo. Em todo o estado do Rio de Janeiro, há pouco mais de dez mil escolas ativas, entre estaduais, municipais, federais e particulares (Fonte: Secretaria Estadual de Educação, 2011). O PIB per capita do município no ano de 2009 (fonte IBGE) foi de R\$ 28.405,95. Esse cenário aponta para uma população com renda alta vivendo em um município com forte presença de equipamentos públicos e culturais, além de uma grande rede escolar, o que configura a necessidade de formação de nível superior nas áreas de Ciências Humanas, em geral, e Ciências Sociais, em particular.

### **2.2. Princípios filosóficos e metodológicos que guiam a prática da IES.**

Os princípios metodológicos da Escola de Ciências Sociais enfatizam a interdisciplinaridade de conteúdo, a ênfase na articulação entre teoria e prática e a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, a metodologia de ensino está voltada para garantir a pluralidade de pontos de vista em relação ao que são e ao que devem ser as Ciências Sociais, aquilo que delas se espera e contemplar a diversidade de perspectivas presentes no campo da História. Por isso, o objetivo desta proposta é muito mais desenvolver as capacidades dos alunos do que dar-lhes argumentos para se “filiarem” a correntes ou tendências que disputam a “lealdade” de cientistas sociais desde a formação destas áreas de conhecimento.

Estamos, portanto, preocupados em fornecer ferramentas para que os alunos possam encontrar respostas bem fundamentadas teórica e empiricamente (seja pelos métodos qualitativos, seja pelos quantitativos) para as questões, práticas ou teóricas, que se apresentassem a eles. Portanto, é possível dizer que a boa formação do profissional em Ciências Sociais implica no desenvolvimento de uma atitude, postura ou perspectiva, de um raciocínio analítico, implica o domínio de métodos ou “um olhar sobre o mundo” que é certamente diferente de saber o que disse este ou aquele autor, este ou aquele texto, esta ou aquela escola de pensamento.

Os programas das disciplinas serão construídos com inteira liberdade pelos professores, respeitando-se o conteúdo das ementas. Eles serão discutidos e apresentados ao conjunto da Congregação para que as conexões anunciadas neste Projeto Pedagógico sejam implementadas em proveito do melhor rendimento de todos os cursos.

As diretrizes curriculares para o curso de Ciências Sociais preconizam uma formação teórico-metodológica que forneça instrumentos para articular pesquisa e prática social. A estrutura curricular nesse sentido deve estimular a autonomia intelectual e investir numa formação humanística. Com a implementação da nova grade em 2020, busca-se aproximar as áreas de atuação do CPDOC aos alunos com disciplinas profissionalizantes, permitindo uma formação onde teoria e prática sejam efetivamente conquistadas.

Segundo o Parecer CNE/CES 0492/2001, os princípios norteadores da concepção das diretrizes curriculares para os cursos de ciências sociais são:

*propiciar aos estudantes uma formação teórico-metodológica sólida em torno dos eixos que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e fornecer instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social; criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística; partir da ideia de que o curso é um percurso que abre um campo de possibilidades com alternativas de trajetórias e não apenas uma grade curricular; estimular a produção de um projeto pedagógico que explicita os objetivos do curso, a articulação entre disciplinas, as linhas e núcleos de pesquisa, as especificidades de formação, a tutoria e os projetos de extensão; estimular avaliações institucionais no sentido do aperfeiçoamento constante do curso.*

*O perfil dos formandos deve contemplar as possibilidades de sua atuação: na docência do Ensino Fundamental, Médio e Superior; como pesquisadores na área acadêmica e também não acadêmica; como profissionais que possam atuar em planejamento, consultoria, formação e assessoria no setor público e privado, como também em ONGs, organizações partidárias e em movimentos sociais.*

Além disso, todos os cursos da IES devem buscar promover a educação ambiental, seguindo o disposto na Resolução n.2, de 15 de junho de 2012 do Conselho Nacional de Educação. No caso da Escola de Ciências Sociais, devemos aproveitar a natureza particular da instituição, que abriga apenas o curso de Ciências Sociais, para promover uma discussão transversal nas disciplinas componentes das grades comuns a todos os estudantes. Assim, o PPC deve reconhecer a relação entre a realidade socioambiental e a construção histórica das desigualdades na sociedade brasileira, atentando, também, para os mecanismos que produzem hoje a injustiça ambiental.

Entendemos, portanto, que as Diretrizes para Educação Ambiental devem ser combinadas às Diretrizes para Educação em Direitos Humanos, dispostas na Resolução n.1, de 30 de maio de 2012, e que também prevê a transversalidade como forma de trabalhar a questão com professores, técnicos e discentes. No caso da Escola de Ciências Sociais, a educação em Direitos Humanos permeia as grades dos cursos de Ciências Sociais, tendo como seu eixo inicial comum a disciplina de 1º período intitulada “Instituições Brasileiras”, na qual se apresentam os principais debates sobre direitos aos estudantes.

Estas diretrizes gerais foram discutidas pelos Núcleos Docentes Estruturantes dos cursos de Ciências Sociais da Escola de Ciências Sociais do CPDOC da FGV diante dos princípios filosóficos da mantenedora e incorporadas nesta proposta, visando a evitar

um currículo excessivamente acadêmico e pesado e falta de flexibilidade na estruturação de programas. As recomendações caminham no sentido de que os programas contemplem a um só tempo formação, experiência de pesquisa e vivência profissional com estágios e participação em pesquisas vão ao encontro do perfil que se buscou na formulação das propostas de curso aqui expostas.

## 2.3. Organização didático-pedagógico da instituição

### 2.3.1. Inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares:

Do projeto pedagógico formulado, destacamos como particularmente inovadores:

- 1) a interação com as outras escolas da Mantenedora, com a abertura da oferta das disciplinas de nossa matriz curricular aos alunos das demais escolas, bem como a possibilidade dos alunos da Escola, caso queiram, completar as áreas de concentração previstas na programação de seu curso de referência com cursos especiais oferecidos pelos demais centros, podendo ser validadas como créditos para o currículo de Ciências Sociais até quatro disciplinas externas, de livre escolha dos estudantes;
- 2) a possibilidade de dupla graduação com as Escolas de Direito e de Matemática Aplicada da Mantenedora, habilitando o aluno a sair com mais de um diploma ao final de sua formação.
- 3) uma nova concepção do cientista social, com a utilização intensiva de recursos construídos a partir da prática de pesquisa arquivística (documentos sonoros, textuais e iconográficos) e da adequação aos recursos tecnológicos contemporâneos. Essa nova concepção encontra respaldo na própria sinergia entre as atividades de ensino, de pesquisa e de documentação realizadas na IES, que conta com uma conhecida tradição na área de arquivos pessoais.



- 4) A internacionalização de docentes e discentes, seja por intermédio de convênios internacionais, intercâmbios discentes, programas de mobilidade estudantil e parcerias de pesquisa com instituições de renome. Tal fato é possibilitado pela própria flexibilidade da IES para contratação de docentes.

Para o período 2019-2023, a IES conta com uma assessoria internacional da Direção, responsável por contatos e iniciativas, bem como com o auxílio da Diretoria Internacional da FGV, sua Mantenedora.

### 2.3.2. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

A integralização dos Cursos da Escola de Ciências Sociais obedece aos princípios legais do Ministério da Educação estão expressos nos Projetos Pedagógicos de cada Curso, respeitando-se a carga horária estabelecida para os componentes curriculares bem como para os estágios, atividades práticas e complementares.

Para o período entre 2019 e 2023, a IES pretende investir em cursos de férias com carga horária de 60 horas, com o objetivo de oferecer oportunidades diferenciadas para a formação dos discentes e a consequente integralização dos cursos. A reforma curricular do curso de Ciências Sociais que será implementada a partir de 2020 pretende garantir a formação nas 3 grandes áreas – Antropologia, Ciência Política e Sociologia – com disciplinas obrigatórias e tópicos específicos, bem como a profissionalização através das atividades práticas desenvolvidas nas Oficinas de Pesquisa Social Aplicada, que abarcarão as grandes áreas de atuação do CPDOC.

Para os estudantes que forem selecionados por meio do processo de transferência externa, a Escola prevê o aproveitamento de até 25% dos conteúdos cursados em outra IES, embora o regulamento possa prever decisões excepcionais, a serem avaliadas pelo respectivo Colegiado e pela Coordenação de Ensino de Graduação.

## 2.4. Atividades práticas e estágios

A IES conta para o próximo período com o Núcleo de Estágio e Desenvolvimento de Carreiras da Mantenedora. Esse setor é responsável pelo estágio extracurricular, e vem trabalhando de forma sistemática em três áreas: a) levantamento de oportunidades profissionais para graduandos em Ciências Sociais; b) estabelecimento de convênios e contatos com empresas, organizações sociais e instituições culturais; c) atividades direcionadas aos discentes, como dinâmicas de grupos e workshops; d) levantamento da situação dos egressos da IES.

As atividades complementares são contabilizadas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), que auxilia os coordenadores na tarefa de organização das atividades, controle de frequência e aproveitamento.

Para contemplar essas perspectivas de formação, um dos pontos importantes do programa de curso do bacharelado em Ciências Sociais é a abertura de estágio na própria instituição, em qualquer de seus programas de pesquisa ou em atividades de documentação, e também, a orientação para alocação dos estudantes em estágios extra-institucionais. Os estágios poderão ser computados como créditos. As experiências de estágio que forem apresentadas com vistas à obtenção de crédito serão avaliadas pela Secretaria de Registros Acadêmicos, sob a orientação da Coordenação Geral da Escola e dos cursos, de acordo com regras específicas definidas pela própria comissão para este fim.

Finalmente, e de acordo com premissas emanadas do MEC, temos as “Atividades complementares” entendidas como sendo “componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar”. Assim, todos os alunos inscritos nos cursos de graduação da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getulio Vargas deverão realizar atividades acadêmicas complementares às disciplinas oferecidas regularmente para obter o título de Bacharel em Ciências Sociais. De acordo com o Artigo 1º § 1º do referido manual entende-se por atividade complementar:

“as atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. Incluem-se nesse conjunto: palestras, estágios, iniciação científica, projetos de extensão, seminários e eventos científicos, congressos e simpósios promovidos por Associações Científicas ou entidades culturais, devendo ser realizadas desde o primeiro semestre letivo e serão classificadas e computadas conforme o Banco de Atividades em constante do Manual de Atividades Complementares.”

## 2.5. Desenvolvimento de materiais pedagógicos

O corpo docente da Escola de Ciências Sociais tem se preocupado com a produção autônoma de materiais pedagógicos para a comunidade escolar mais ampla. Podem-se citar dois exemplos que traduzem de forma precisa esse interesse e sua articulação com a dimensão interdisciplinar que norteia a IES: a) o livro didático História do mundo, produzido pelos professores Américo Freire, Dora Rocha e Marly Motta; b) o livro “Tempos Modernos, Tempos de Sociologia”, publicado pela editora da Mantenedora e escrito por Helena Bomeny, Bianca Freire-Medeiros, Julia O'Donnell e Raquel Emerique. Esse livro foi recomendado pelo MEC na primeira seleção pública para livros didáticos de Sociologia.

A IES também busca se articular com outras instâncias da Mantenedora para produção de conteúdos pedagogicamente inovadores.

## 2.6. Incorporação de avanços tecnológicos

A IES tem plenas condições de incorporar as novas tecnologias de informação ao processo de ensino-aprendizagem. Isso se dá tanto pela infraestrutura propiciada pela Mantenedora, como pelo foco em turmas menores com maior possibilidade de interação face-a-face e atendimento personalizado. No ciclo que se inicia, o projeto para incorporação de avanços tecnológicos se dá principalmente pela implementação, consolidação e disseminação através do ECLASS.

O ECLASS é uma plataforma que permite a criação de um espaço virtual de aprendizado, que pode potencializar as interações e as discussões de sala de aula. Entre suas funcionalidades, destacam-se: a) comunicação instantânea entre professores e estudantes; b) recursos didáticos virtuais que podem ser produzidos e disseminados pelos

docentes; c) recursos como fóruns e chats, que podem enriquecer e complementar processo da sala de aula.

Outra possibilidade que vem sendo trabalhada pela IES refere-se ao papel exercido pelo seu Núcleo de Audiovisual e Documentário. Este Núcleo, situado no âmbito da IES, conta com ilha de edição e equipamentos audiovisuais que permitem a produção de vídeos e outros produtos digitais. Além de centro de produção, o NAD é também um espaço de reflexão sobre ensino e audiovisual, e profissionais do núcleo podem ministrar disciplinas eletivas que contemplem essa discussão, possibilitando um saber-fazer que se coaduna com o projeto pedagógico da IES. Assim, no ciclo que se inicia, espera-se que esse papel exercido pelo NAD seja potencializado, com oferta de disciplinas e realização de projetos coletivos de pesquisa-ação.

## 2.7. Políticas de ensino de Graduação

Desde sua criação, a Escola de Ciências Sociais tem como pilar de suas políticas de ensino para graduação os seguintes eixos: a) interdisciplinariedade, princípio reforçado pela articulação entre as áreas de História, pautadas pelo histórico institucional da IES e pela configuração do corpo docente; b) articulação entre teoria e prática, princípio traduzido na estruturação da grade curricular e na organização de Laboratórios de Pesquisa que integram discentes graduandos; c) pluralismo metodológico, princípio que busca superar tradicionais dicotomias que permeiam o ensino de ciências sociais e humanas em geral.

A interdisciplinaridade é refletida na busca por uma organização curricular na qual se evite a reificação de saberes em domínios por demais restritos, estimulando a *transversalidade* e a formação de disciplinas que combinam conteúdos da História e das Ciências Sociais. A Escola entende que conteúdos como Direitos Humanos e Educação para Relações Étnico-Raciais devem permear as discussões de disciplinas como “Introdução às Ciências Sociais”, “Antropologia 1/ Tópicos em Antropologia I”, “Instituições Brasileiras” e “Sociologia I”.. A disciplina “Interpretações do Brasil”, obrigatória para o curso de Ciências Sociais, consolida o debate sobre esses temas a partir da análise das grandes controvérsias sobre a formação da identidade brasileira.

A articulação entre teoria e prática se dá por meio de duas estratégias pedagógicas: a) organização de disciplinas nas quais haja efetivo trabalho discente de produção de conhecimento por meio de atividades de pesquisa; b) integração das atividades de

Laboratórios de Pesquisa e Oficinas à vida estudantil dos graduandos. No curso de Ciências Sociais, as disciplinas relativas à Metodologia e Técnicas de Pesquisa Quantitativas e Qualitativas têm papel central no itinerário formativo dos estudantes, pois elas são fundamentadas em atividades de pesquisa coordenadas pelo professor responsável, que prevê avaliações baseadas na elaboração de etnografias, questionários e entrevistas semi-estruturadas.

Os Laboratórios de Pesquisa são redes livres coordenadas por professores da IES, que organizam seminários, projetos coletivos e eventos temáticos, agregando estudantes de graduação e de pós-graduação. Os Laboratório atualmente em funcionamento são: Laboratório de Pensamento Social (LAPES); Laboratório de Estudos da Cultura Visual (LECV); Laboratório de Ensino de História (LEH), Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM); Laboratório de Estudos do Esporte (LESP); Grupo de Estudos em História Antiga e Medieval (GEHAM); Laboratório de Estudos sobre Instituições (LEI); Laboratório de Estudos Políticos (LEP); Laboratório de Estudos sobre Turismo (LET); Laboratório de Humanidades Digitais (LHuD).

O pluralismo metodológico da IES se expressa na recusa às dicotomias que costumam marcar o ensino de graduação em Ciências Sociais, como na clássica oposição entre “métodos quantitativos” e “métodos qualitativos”. O compromisso da Escola baseia-se na ideia de que o egresso deve ser um profissional habilitado para a prática da pesquisa sobre sociedade, e, para tanto, deve ser capaz de dominar fundamentos variados de investigação empírica, tais como: pesquisa documental; análise e leitura de material audiovisual; softwares de análise estatística; análise de discurso; técnicas de História Oral; escrita etnográfica. Nesse sentido, não acreditamos que um egresso em Ciências Sociais deva ser um profissional restrito a um método de pesquisa específico, mas um praticante criativo e flexível diante das múltiplas demandas de nosso tempo e da vida democrática brasileira.

A IES também acredita que a formação humanística e a sensibilização para a agenda democrática do Brasil contemporâneo são aspectos fundamentais que devem percorrer de forma transversal seu curso de graduação. Entendemos que os itinerários formativos dos estudantes devem contemplar discussões sobre as desigualdades sociais e raciais, a construção histórica dos direitos humanos no Brasil e os problemas que envolvem a construção de uma comunidade sustentável. Tais debates devem ser abrigados nos componentes curriculares, mas também fazer parte de atividades de Laboratórios e oficinas.

Finalmente, a IES acredita que a auto-avaliação é componente fundamental de suas políticas para a graduação. Assim, a Escola prevê a reavaliação periódica de suas estratégias

de ensino, seja por meio de relatório da CPA, seja por intermédio das avaliações do trabalho dos docentes feitas semestralmente pelos graduandos. Do mesmo modo, a IES procura rever suas grades curriculares periodicamente, por intermédio de discussões feitas no NDE do curso e no Colegiado de Graduação.

## 2.8. Políticas de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

O Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), criado em 2003 pela equipe de profissionais reunida no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (hoje Escola de Ciências Sociais – FGV CPDOC), foi inaugurado com a criação do Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, pioneiro em seu perfil e que manteve conceito cinco (5) na última avaliação quadrienal da Capes (2013-2016). Em uma segunda etapa, foram o Mestrado Acadêmico e o Doutorado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais, implantados em 2007.

Para além da excelência acadêmica, comprovada pela produção intelectual de seu corpo docente e por sua inserção em redes de pesquisa, nacionais e internacionais, o PPHPBC realiza, em parceria com os demais núcleos da Escola de Ciências Sociais, pesquisas de caráter aplicado e produção de bens públicos. O FGV Opinião, o Núcleo de Audiovisual e Documentário e o Programa de História Oral, já citados anteriormente, oferecem aos alunos a possibilidade de aplicar e difundir por diferentes plataformas o conhecimento adquirido em seu percurso acadêmico. Além do núcleo de pesquisa aplicada a FGV conta com um mecanismo interno criado para desenvolver desenvolver a integração entre empresa-mercado e a academia, a Rede de Pesquisa e Conhecimento Aplicado (RPCAp) tem o objetivo de incentivar a produção de conhecimento, além de auxiliar no gerenciamento das atividades de pesquisa, na disseminação dos resultados e, mais importante ainda, no financiamento das pesquisas e estudos aplicados. Os recursos utilizados nos projetos são de um fundo constituído pela FGV e tem incentivado a integração entre unidades da instituição, assim como o envolvimento de *stakeholders* e agentes de instituições públicas e privadas externas. Coordenados por professores do PPHPBC, os projetos podem contar com a participação dos alunos do programa, que tem a oportunidade de atuar como assistentes de pesquisa.

Desde a sua criação, o PPHPBC procura incrementar a formação metodológica de seus pós-graduandos e docentes a partir também, de oficinas que adotam um formato inovador. Valorizando a dimensão interdisciplinar que lhe é constitutiva, o Programa oferece

seminários, workshops e oficinas que escapam ao formato tradicional que caracteriza os encontros acadêmicos. As oficinas do PPHPBC possuem a metodologia não apenas como tema, mas também como prática de construção do conhecimento. Seus formatos são diversos: mesas-redondas e palestras de especialistas elaboradas a partir de questões específicas; oficinas de realização audiovisual; ateliês de produção de texto; imersão em campos de pesquisa, dentre outros. O PPHPBC acredita que esta prática inovadora no campo da metodologia de pesquisa é sua marca distintiva no âmbito da pós-graduação no Brasil, traduzindo de forma nova a tradição interdisciplinar da IES.

O PPHPBC possui duas linhas de pesquisa que representam o perfil dos docentes e dos projetos desenvolvidos no programa. A linha “Memória e Cultura” aborda os distintos processos de objetificação da memória e o lugar que ocupam em dinâmicas de construção de identidades sociais. Esses são aspectos centrais ao trabalho desenvolvido por grande número de docentes do Programa, bem como a constituição de espaços de arquivamento, a organização de projetos de “resgate” de trajetórias, pessoais ou institucionais, a institucionalização de bens e tradições culturais, e seu entrecruzamento com políticas públicas do campo do patrimônio.

A linha denominada “Instituições e Política” toma como objeto de análise ações, práticas e percepções de grupos sociais e de instituições, fundamentalmente, mas também de indivíduos. Os estudos nessa linha contribuem para uma melhor compreensão dos processos de construção institucional e de tomada de decisão na estrutura do poder público; exploram o papel de lideranças sociais, bem como suas múltiplas e complexas interfaces com as instituições políticas mais amplas e discutem as políticas públicas e seus reflexos na construção da cidadania. Atenção especial é dada à concepção, monitoramento e avaliação de projetos sociais desenvolvidos por órgãos públicos, organizações da sociedade civil ou empresas.

As atividades das duas linhas de pesquisa são articuladas de modo orgânico aos eventos, palestras e oficinas organizados pelos Laboratórios de Pesquisa citados anteriormente (<https://cpdoc.fgv.br/pos/laboratorios>). Cabe ressaltar, que os Laboratórios de Pesquisa organizam também, grupos de estudos abertos a todos os alunos do PPHPBC. Dessa forma os Laboratórios pretendem ser um espaço horizontal de construção de saber, de trocas de experiência e de aproximação entre os mestrandos, doutorandos e professores da casa.

Como já mencionado, o PPHPBC abriga atualmente os cursos de Mestrado e Doutorado Acadêmicos e Mestrado Profissional, e acaba de submeter à Capes uma proposta de criação de um Doutorado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais. Caso aprovado, esse será o primeiro Doutorado Profissional criado na área de História no Brasil. A proposta de criação de um Doutorado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais no

âmbito da Escola de Ciências Sociais da FGV é orientada pela perspectiva de promover a formação profissional e acadêmica de maneira integrada com o desenvolvimento das atividades laborais dos alunos. Nosso objetivo geral é qualificar quadros para o mercado de trabalho, assim como promover uma sinergia entre as atividades profissionais dos alunos com uma reflexão acadêmica voltada para o desenvolvimento de produtos.

Para o próximo período a IES pretende continuar seus esforços no sentido de aproximar a comunidade acadêmica dos demais setores da sociedade civil; estimular seus alunos na produção de trabalhos inovadores também do ponto de vista metodológico; investir na internacionalização do programa através de intercâmbio de alunos e professores e proporcionar ao seu corpo docente e discente o contato com pesquisas de ponta realizadas em âmbito nacional e internacional.

## 2.9. Políticas de Pesquisa Aplicada

No âmbito das atividades de pesquisa, a IES vem desenvolvendo algumas linhas de investigação que permanecem como pontos de referência e identidade de seu grupo de pesquisadores, das quais resulta uma produção intelectual com mais de 1.600 títulos, entre livros, artigos, teses e trabalhos apresentados em eventos acadêmicos, incluindo reflexões nas áreas de arquivos privados e história oral. Com a criação do Núcleo de Audiovisual e Documentário, em 2007, a Escola passa a investir mais também na produção e no desenvolvimento de padrões para produtos audiovisuais.

O reconhecimento acadêmico não levou a IES a uma opção pelo isolamento. Ao contrário, nos últimos anos fortaleceu-se o seu compromisso com o público e a sociedade de maneira geral, pois a Escola vem investindo firmemente na divulgação progressiva do seu acervo e dos seus produtos. Ao final de 2009, com a conclusão do projeto de Preservação e Digitalização do Acervo Histórico do CPDOC, apoiado pelo Banco Real, grande quantidade de informações foi disponibilizada pelo Portal. A partir de março de 2010 passou a ser possível, via internet, a busca integrada entre as bases de dados relativas ao acervo de Arquivos Privados, ao Programa da História Oral e à nova edição atualizada do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*.

No campo da pesquisa social aplicada, destaca-se o FGV Opinião, núcleo que congrega professores, estudantes e analistas de pesquisa da IES, e que é responsável por desenvolver atividades e produtos que permitam a articulação entre a academia e o mercado.



O FGV Opinião tem contribuído no delineamento de pesquisas avaliativas e de *surveys* para mensurar a percepção de públicos pesquisados, sendo importante para o desenvolvimento das pesquisas internas da instituição, assim como na realização de estudos sob demanda de instituições externas.

O FGV Opinião também tem papel importante na política de ensino e de profissionalização discente da IES, já que abriga muitos alunos de graduação como estagiários. Esses estudantes podem, portanto, desenvolver habilidades e competências como pesquisadores em um ambiente real de trabalho no qual devem articular demandas de clientes com o necessário rigor que aprendem no mundo acadêmico.

Para o ciclo 2014-2018, a IES prevê ampliar suas atividades de pesquisa aplicada, envolvendo mais decisivamente outros grupos, em especial, a Coordenação de Documentação e o Núcleo de Audiovisual e Documentário, sempre articulando as atividades com as políticas de ensino de graduação.

## 2.10. Políticas de Extensão

Tendo sido criada a partir de um Centro de História e Documentação sobre História Contemporânea do Brasil, a IES tem na produção de bens públicos um vetor fundamental de suas atividades, o que a diferencia de outras instituições de ensino superior. Assim, a política de extensão da Escola de Ciências Sociais não se confunde com um simples “anexo” às atividades de ensino e pesquisa, supostamente mais “nobres”.

A política de extensão da IES tem os seguintes vetores: a) produção de bens públicos na área de História e Ciências Sociais para uma audiência extra acadêmica; b) organização de atividades formativas para públicos externos à IES; c) envolvimento de estudantes na produção de conhecimento para audiências não acadêmicas.

No caso da produção de bens públicos, podem-se destacar as seguintes iniciativas:

- a) a manutenção do DHBB (Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro), agora em versão digital;
- b) o projeto de constituição de um acervo de História Oral para o Museu do Futebol, em São Paulo (<http://cpdoc.fgv.br/museudofutebol>);
- c) organização do Cineclube FGV (<http://cpdoc.fgv.br/cineclube>);

d) produção de indicadores sociais que podem ser utilizados por gestores, cidadãos e lideranças de movimentos sociais, como Índice de Percepção da Presença de Estado” ([http://cpdoc.fgv.br/fgvopiniao/pesquisaspublicas#id\\_1](http://cpdoc.fgv.br/fgvopiniao/pesquisaspublicas#id_1)), feito pelo FGV/Opinião.

e) produção de filmes através do Núcleo de Audiovisual, que possuem exibição em canais de televisão, festivais de cinema, escolas, e ficam disponíveis online para serem acessados por qualquer interessado (<https://cpdoc.fgv.br/nucleoAD/atividades>).

No caso das atividades formativas, a IES realiza oficinas de uso de fontes históricas, com destaque para seminários de formação de professores da educação básica. Entre essas atividades, destaca-se a “Oficina do Uso de Fontes Históricas em Sala de Aula”, oferecida regularmente desde 2013, tendo sua última edição em maio de 2019 (<https://cpdoc.fgv.br/oficina fontes historicas>) Neste mesmo ano, a IES iniciou o curso Experiência FGV CPDOC (<https://cpdoc.fgv.br/experiencia fgv cpdoc>), ofertado para alunos de Ensino Médio de escolas públicas e privadas. São 8 aulas de Ciências Sociais com os professores do corpo docente. O curso é gratuito e acontece duas vezes ao ano.

A IES prevê para o próximo ciclo a realização de Oficinas de Audiovisual para profissionais e alunos de pós-graduação de outras instituições e centros de pesquisa, tendo como finalidade a produção de material audiovisual a partir do acervo histórico da própria IES.

## 2.11. Políticas de Gestão

A IES orienta-se por uma política de gestão marcada pelos seguintes princípios: a) autonomia intelectual e acadêmica em relação à Mantenedora; b) busca da eficiência na realização de sua missão nas áreas de História e de Ciências Sociais; c) cultura institucional que valoriza a prática da auto avaliação.

Para a concretização desses princípios, a Escola de Ciências Sociais reelaborou seu Regimento com a finalidade de dar maior sinergia às suas diferentes atividades, integrando-as à luz da missão de produzir conhecimento nas áreas de História e de Ciências Sociais. Assim, o organograma institucional da IES ganhou a seguinte configuração:

No Conselho de Coordenação, que se reúne mensalmente, tem assento os representantes das coordenações descritas no organograma. Essa instância é responsável pela discussão de todos os assuntos administrativos da IES, ao passo que na Congregação,

na qual todos os professores em tempo integral têm assento, discute-se o planejamento didático-pedagógico da instituição.

As coordenações de ensino de graduação e de pós-graduação deliberam sobre suas metas por meio dos respectivos Colegiados, nos quais docentes e discentes têm representação.

## 2.12. Políticas de Responsabilidade Social

A política de responsabilidade social da IES estrutura-se tanto a partir de sua política de bolsas de estudos, como também das suas ações de extensão que visam produzir bens públicos para a sociedade brasileira.

No primeiro caso, a Escola de Ciências Sociais oferece bolsas para os dez primeiro colocados em seu processo seletivo, com valores de desconto que vão de 100% (integral) até 60%. Além disso, oferece bolsas restituíveis para estudantes sem condições financeiras para arcar com o custo de suas mensalidades. Finalmente, a IES também tem recebido bolsistas integrais da ONG EDUCAFRO, que luta pela promoção da inclusão no ensino superior de jovens afro-brasileiros.

No segundo caso, a IES tem atuado no sentido de facilitar o acesso da população brasileira ao conhecimento produzido pela instituição. Situa-se nesse eixo a digitalização do acervo histórico mantido pela instituição desde 1973. O processo de digitalização de documentos manuscritos iniciou-se em 2005, com a digitalização e disponibilização do Arquivo Getúlio Vargas em meio digital. Em 2007, uma nova iniciativa permitiu que o fundo Ernesto Geisel também fosse digitalizado e liberado a consulta pública na web.

Destacamos dois projetos realizados nos últimos anos com foco na preservação e difusão desse acervo. O primeiro, intitulado “Preservação e Divulgação do Acervo Histórico do CPDOC”, teve como objetivo universalizar o acesso gratuito, através da internet, ao acervo documental da FGV CPDOC, preservando os originais do desgaste causado pelo manuseio constante — e às informações do Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. Durante a vigência do projeto foram digitalizadas cerca de 30.000 fotografias, 350 discos, 65 películas cinematográficas, 388 fitas (entre fitas VHS, U-MATIC, rolo e cassete) além de 361.000 páginas de documentos textuais. O projeto foi realizado através do Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC, do Ministério da Cultura, patrocinado pelo então Banco ABN Amro Real S.A., tendo sua execução iniciada em janeiro de 2008 e seu término em janeiro de 2010.

Já o projeto “Difusão e preservação e documentos históricos: um direito do cidadão e um direito do povo” buscou ampliar o processo de universalização do acesso gratuito, através do Portal CPDOC ([www.fgv.br/cpdoc](http://www.fgv.br/cpdoc)) aos conteúdos histórico-culturais do acervo FGV CPDOC, bem como desenvolver produtos que potencializem sua difusão para um público amplo. Para a execução deste projeto, firmou-se um Convênio de Cooperação entre a Fundação Getúlio Vargas e a União, por intermédio do Ministério da Cultura. O projeto iniciou sua execução no final de 2012 e encerrou em janeiro de 2017. Atualmente estão disponíveis para acesso gratuito, cerca de 1.043.000 páginas, num universo de 2,5 milhões de páginas do acervo, disponíveis para consulta hoje, além de mais de 84.000 fotografias.

Em 2010, o CPDOC adquiriu um imóvel localizado na Rua Jornalista Orlando Dantas, 60. O objetivo era construir um prédio destinado a abrigar seu acervo no terreno. A casa (com fachada preservada) abrigaria a sala de consultas, um pequeno auditório, uma sala de atividades para tratamento do acervo e uma sala de higienização. No ano de 2012 contratou um consultor especialista em análise de risco para auxiliar na definição de todo o projeto que foi finalizado em 2013. As obras começaram em março de 2014 e encerraram em julho de 2015. Nesse momento a FGV CPDOC passou a contar com um prédio de 3 andares para seu acervo. As salas de acervo foram equipadas com aparelhos de climatização com controle de temperatura e umidade. Uma dessas salas é uma câmara fria pensada para abrigar os suportes audiovisuais. Quanto ao combate a incêndio, o acervo conta com um sistema moderno de detecção e combate a incêndio com 25 detectores ópticos de fumaça espelhados pelas salas dos três andares do prédio. Para o combate temos o gás FM-200 instalados em todas as salas.

De modo a garantir a segurança da casa e do prédio temos 32 Câmeras, todas com infravermelho e com alcance de 20 metros. O sistema é digital, baseado em DVR e imagens em 960h de resolução. Monitoramento 24h no local e sistema de alarme em todos os pontos vulneráveis. Sensores de barreira de duplo feixe no perímetro, sensores de movimento por micro-ondas nas partes internas e sensores de abertura nas portas de perímetro. E finalmente, a Casa Acervo CPDOC possui também sistema próprio de energia que garante 12h de atuação em falta de energia, além de sistema de monitoramento acionado no local e remoto (a partir da sede da FGV). A mudança do acervo histórico para a Casa Acervo terminou em junho de 2016.

Em 2007 o CPDOC recebeu o diploma da UNESCO concedendo o título de patrimônio documental ao Arquivo Getúlio Vargas. Devido ao reconhecimento da sua excepcional relevância e singularidade do registro da biografia e das atividades políticas de Getúlio Vargas e da primeira metade do século XX". Em 2012 foi a vez do arquivo pessoal de Herbert de Souza, o Betinho, ser reconhecido pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO – MOWBrasil como patrimônio documental.

Outra iniciativa que merece destaque diz respeito à concessão de bolsas de iniciação científica para estudantes de ensino médio. O projeto “Laboratório de História e Sociologia para o Ensino Médio” é realizado anualmente e oferece até 4 bolsas para jovens interessados em se iniciar nos rudimentos da pesquisa na área. Além de valor financeiro, a IES oferece auxílio-transporte e alimentação.

### **III– CRONOGRAMA DE IMPLEMENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA**

#### **3.1. Cronograma de desenvolvimento da instituição para o período de vigência do PDI**

##### 3.1.1 - Tabela I - Programação de abertura de cursos de Graduação (Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo)

A abertura do curso de Relações Internacionais está em estudo de viabilidade.

##### 3.1.2 – Tabela II – Programação de abertura de vagas nos cursos existentes de Graduação (Bacharelado e Licenciatura, presenciais)

<b>Nome do curso</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Bacharelado em Ciências Sociais	50	50	50	50	50

##### 3.1.3 - Tabela II - Programação de abertura de turmas para cursos de pós-graduação latu sensu (MBA)

Nome do curso	2019	2020	2021	2022	2023
---------------	------	------	------	------	------

Relações Internacionais (RJ)	Turma 12 e Turma 13	Turma 14 e Turma 15	Turma 16 e Turma 17	Turma 18 e Turma 19	Turma 20 e Turma 21
Relações Internacionais (SP)	Turma 7	Turma 8	Turma 9	Turma 10	Turma 11
Bens Culturais (RJ)	Turma 5	Turma 6	Turma 7	Turma 8	Turma 9
Cinema Documentário (RJ)	Turma 13	Turma 14	Turma 15	Turma 16	Turma 17

3.1.4 – Tabela III – Programação de abertura de turmas para cursos de pós-graduação strictu-sensu

<b>Nome do curso</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais	Turma 17	Turma 18	Turma 19	Turma 20	Turma 21
Mestrado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais	Turma 13	Turma 14	Turma 15	Turma 16	Turma 17
Doutorado Acadêmico em História, Política e Bens Culturais	Turma 13	Turma 14	Turma 15	Turma 16	Turma 17

3.1.5 - Tabela IV - Programação de abertura de cursos a Distância (EaD)

Não há previsão para abertura de cursos à distância

3.1.6 - Tabela V - Programação de aumento de vagas para cursos reconhecidos

Não há.

3.1.7 - Tabela VI - Programação de remanejamento de vagas e/ou criação de novo turno

Não há.

## **IV - CORPO DOCENTE**

### **4.1. Requisitos de titulação**

A Escola de Ciências Sociais abriga um quadro interdisciplinar de docentes, com concentração nas seguintes áreas de atuação: História, Sociologia, Antropologia e Ciências Sociais.

O Corpo Docente da Escola de Ciências Sociais se distribui entre as classes da carreira de magistério da Mantenedora: adjunto I, II e III; associado I, II e III; professor titular. Os professores são contratados pela Mantenedora, segundo o regime das leis trabalhistas, observados os critérios e normas do Regimento. Além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, didáticos e profissionais, relacionados com a matéria a ser por ele lecionada. Obedecendo ao disposto no art. 52 da LDB os requisitos de titulação para manutenção do quadro docente exigem titulação acadêmica de mestrado ou doutorado de no mínimo um terço do corpo docente.

O núcleo docente estruturante (NDE) – responsável perante o MEC pela criação, implantação e consolidação da escola – é composto obedecendo ao mínimo de 30% de professores da IES com regime de trabalho parcial ou integral.

#### 4.2. Experiência no magistério superior e experiência profissional não acadêmica

As tabelas abaixo apresentam o quadro atual da IES previsto para o ano letivo de 2019. Na primeira tabela, estão listados os docentes em tempo integral e parcial da IES, enquanto que na segunda, encontram-se os professores extra carreira horistas.

N	Professor/Pesquisador em tempo integral	Titulação	Tempo de exercício em 2019 (anos)			
			Magistério superior	Magistério superior na própria IES	Magistério ensino fundamental e médio	Profissão fora do magistério
1	Americo Oscar Guichard Freire	Doutorado	9	13	33	18
2	Angela Moreira Domingues da Silva	Doutorado	7	6	0	8
3	Bernardo Borges Buarque de Hollanda	Doutorado	12	10	1	0
4	Celso Correa Pinto de Castro	Doutorado	19	13	0	33
5	Elena Lazarou	Doutorado	9	9	0	11
6	Jairo Cesar Marconi Nicolau	Doutorado	28	0		
7	Jaqueline Porto Zulini	Doutorado	1	0	0	0
8	Jimmy Medeiros	Doutorado	10	9	0	6
9	João Marcelo Ehlert Maia	Doutorado	16	12	0	0



10	Márcio Grijó	Doutorado	9	8	0	11
11	Marco Aurélio Vannucchi	Doutorado	11	6	0	12
12	Martina Spohr Gonçalves	Doutorado	6	6	0	12
13	Matias Spektor	Doutorado	11	7	0	11
14	Oliver Stuenkel	Doutorado	9	7	0	8
15	Sergio Praça	Doutorado	7	4	0	0
16	Silvia Monnerat Barbosa	Doutorado	4	4	0	0
17	Suemi Higuchi	Doutorado	13	13	0	14
18	Thaís Continentino Blank	Doutorado	10	9	6	9

N	Professor/Pesquisador em tempo parcial	Titulação	Tempo de exercício em 2019 (anos)			
			Magistério superior	Magistério superior na própria IES	Magistério ensino fundamental e médio	Profissional fora do magistério
1	Vivian Luiz Fonseca	Doutorado	6	6	8	6

N	Professor Extra Carreira	Titulação	Tempo de exercício em 2019 (anos)			
			Magistério superior	Magistério superior na própria IES	Magistério ensino fundamental e médio	Profissional fora do magistério
1	Adelina Maria Alves Novaes e Cruz	Pós-graduação	0	0	0	30

2	Carolina Gonçalves Alves	Doutorado	1	1	0	9
3	Daniele Chaves Amado	Mestrado	0	5	0	15
4	Jean Spritzer e Spritzer	Mestrado	0	0	0	8
5	Juliana Marques					
6	Leonardo Paz Neves	Doutorado	11	0	0	13
7	Ninna de Araújo Carneiro Lima	Pós-graduação	0	0	0	6
8	Renan Marinho de Castro	Mestrado	0	0	0	13
9	Savio Ramos Laterce	Doutorado	15	6	15	10

#### 4.3. Os critérios de seleção e contratação

Os professores em regime integral são contratados pela Mantenedora, de acordo com as leis trabalhistas. Busca-se, sempre que possível, abrir editais com ampla divulgação, sempre com exigência mínima de doutorado. No caso de professores extra carreira, essa seleção segue dois caminhos principais: a) editais públicos para seleção de professores horistas, com exigência mínima de Mestrado; b) indicação da Coordenação de Ensino de Graduação. Todos os professores são contratados de acordo com o estabelecido na CLT, permanecendo na instituição com tempo disponível para o exercício de atividades docentes, de pesquisa e atendimento aos alunos.

#### 4.4. Políticas de qualificação, plano de carreira e regime de trabalho

A Escola de Ciências Sociais tem um compromisso com a qualificação de seu corpo docente. Tal compromisso se reflete no estímulo à participação em congressos, seminários outros eventos acadêmicos, bem como na filiação a entidades científicas; no apoio à participação nos editais públicos de fomento à pesquisa; no contínuo aprimoramento acadêmico, com previsão de licenças para pós-doutorado e estágios em centros de excelência do Brasil e do exterior.

Para auxílio em participação de eventos, a IES lança editais internos quadrimestrais, por meio dos quais os professores indicam os congressos que desejam participar. A alocação de recursos é decidida pelo Conselho de Coordenação da IES.

Existem dois mecanismos principais de avaliação dos docentes: o primeiro refere-se ao trabalho dos mesmos em sala de aula, e é baseado nas avaliações dos estudantes ao final de cada disciplina. Essa avaliação é conduzida pela equipe do FGV-Opinião, que se encarrega de preparar o questionário online e anônimo utilizado como instrumento de pesquisa. Após os resultados tabulados, a coordenação de ensino de graduação se comunica com o Núcleo de Apoio Pedagógico para identificar eventuais questões mais graves que estejam afetando a relação de ensino e aprendizagem. O Colegiado de Graduação também é o fórum adequado para tratar de problemas mais amplos que porventura afetem o desempenho de um grupo específico de estudantes. O segundo mecanismo avaliativo é o sistema de avaliação trienal conduzido pela Mantenedora. Esse sistema é baseado na aferição qualitativa da produção intelectual dos docentes, e é conduzido por uma comissão externa convocada pela Presidência da Mantenedora. A comissão tem total autonomia para avaliar cada docente, distribuindo-os em níveis avaliativos. Essa avaliação orienta as políticas de promoção dos docentes.

De acordo com o plano de carreira da FGV, os salários são estipulados levando-se em conta titulação, produção acadêmica e experiência profissional. O Plano de Cargos e Salários - PCS da Fundação Getulio Vargas, implantado desde 1992, foi criado com o objetivo de valorizar o trabalho dos que assinam contrato com a Fundação, dotando-a, ao mesmo tempo, de um indispensável instrumento de gestão de pessoal, permitindo-lhe atrair, desenvolver, remunerar e manter pessoas altamente qualificadas em seu Quadro Funcional.

O PCS foi estruturado com base em estudos realizados por uma Comissão de Funcionários da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas (EBAPE), por iniciativa da direção da FGV, acompanhados por outra Comissão de representantes dos

funcionários, devidamente eleitos por eles, também integrada pelo presidente adjunto e professor titular. Os cargos foram descritos segundo o enfoque de cargo amplo, desde que observados a natureza da tarefa e os requisitos legais de instrução e de experiência exigidos. No cargo amplo, as competências são diversificadas e abrangentes, dando possibilidade de melhor aproveitamento da força de trabalho.

#### 4.5. Procedimentos para substituição eventual dos professores do quadro

A Escola prevê que um dos professores do quadro permanente pode, eventualmente, substituir o profissional que tenha se ausentado em caso de emergência. Há também a previsão de substituição com professor-horista selecionado especificamente para responder pelas aulas em caso de prolongamento do afastamento do referido profissional. A escolha por uma dessas opções leva em conta as condições específicas em que cada caso ocorre, sempre se buscando a melhor solução para a boa finalização dos cursos, sem prejuízo dos alunos.

#### 4.6. Tabela IX - Cronograma de expansão do corpo docente

Para o período 2019-2023, a IES prevê uma menor utilização de professores horistas extra carreira, incrementando a renovação do quadro principal.

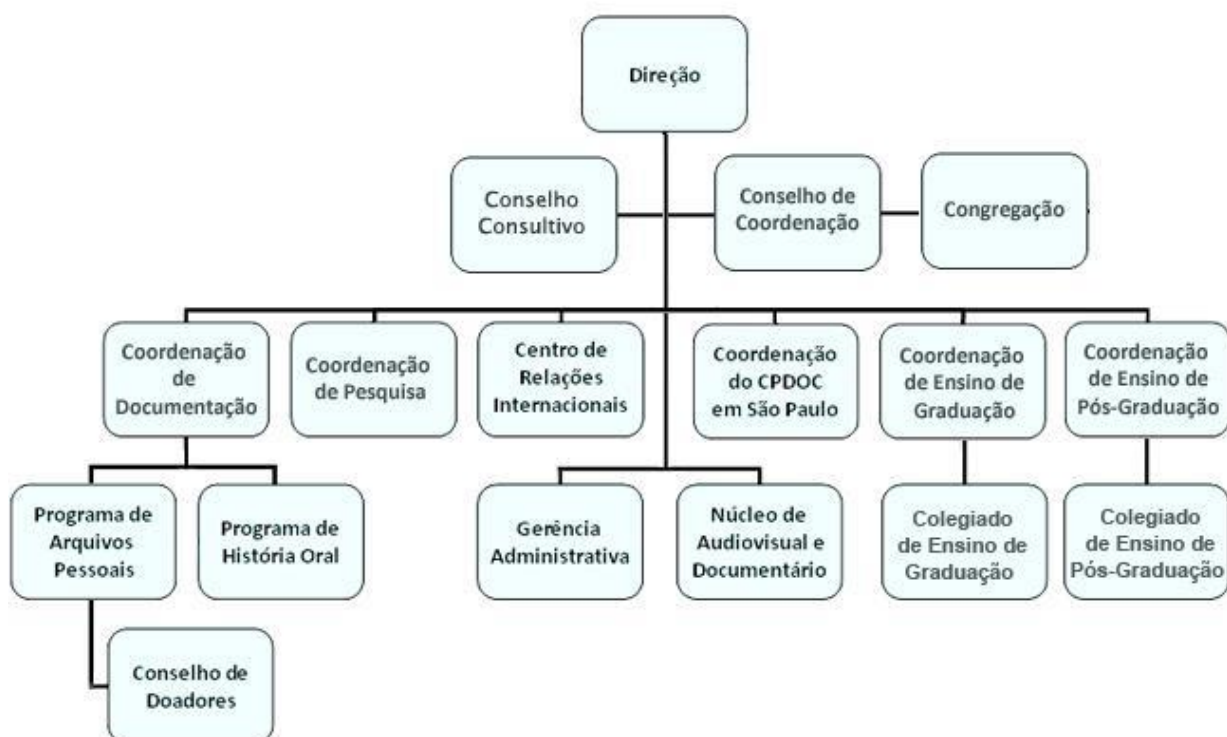
A IES também prevê continuar seu processo de renovação do quadro docente principal. Nesse caso, a IES projeta a contratação definitiva de ao menos quatro docentes.

Previsão de contratação de docentes	2014	2015	2016	2017	2018
Professores em tempo integral com doutorado	1	1	0	2	0
Professores horistas com mestrado/doutorado (os professores horistas são	11	11	5	3	3

contratados a cada ano letivo)					
--------------------------------	--	--	--	--	--

## V – ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O novo regimento aprovado em 2013 prevê nova organização administrativa da IES, traduzida graficamente no organograma abaixo:



A estrutura organizacional é composta por órgãos deliberativos e órgãos executivos em 2 (dois) níveis hierárquicos: administração superior e administração básica.

São órgãos da administração superior:

- I – Congregação;
- II – Diretoria;
- III – Conselho Consultivo;
- IV – Conselho de Coordenação.

São órgãos da administração básica:

- I – Colegiado de Ensino de Graduação;
- II – Coordenação de Ensino de Graduação
- III – Colegiado de Ensino de Pós-Graduação;
- IV – Coordenação de Ensino de Pós-Graduação
- V – Coordenação de Pesquisa
- VI – Coordenação de Documentação
- VII - Centro de Relações Internacionais
- VIII – Coordenação do CPDOC em São Paulo

São órgãos de apoio: Secretaria, Biblioteca, Ouvidoria, Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação, Setor de Regulação e Avaliação, Instituto Superior de Educação e demais serviços.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA é um órgão de assessoramento, responsável pela condução do processo de avaliação institucional anual, conforme a legislação vigente.

A **Congregação** é o órgão normativo, consultivo e deliberativo superior da Escola em matéria didático–pedagógica, sendo constituída:

- I – pelo Diretor da Escola, seu Presidente;
- II – pelo Vice–Diretor;
- III – pelo Coordenador e Subcoordenador de Ensino de Graduação;
- IV – pelo Coordenador e Subcoordenador de Ensino de Pós-Graduação;
- V – pelos professores titulares, professores associados e professores adjuntos em regime de tempo integral, em efetivo exercício na Escola;
- VI – por um representante dos professores Extra–Carreira, eleito por seus pares;
- VII – por dois representantes do corpo discente, sendo um do programa de pós–graduação e um da graduação, eleitos por seus pares;
- VIII – por um representante da Mantenedora, indicado pela Presidência da Mantenedora.

A Congregação é presidida pelo Diretor da Escola; na ausência deste, pelo Vice–Diretor e, na ausência de ambos, pelo Pró-reitor de Ensino, Pesquisa e Pós-graduação ou um substituto expressamente designado pela Mantenedora.

A Congregação reúne-se ordinariamente, uma vez por semestre letivo, ou extraordinariamente, mediante convocação do Diretor da Escola.

São atribuições da Congregação:

- I – manifestar-se sobre a criação, regulamentação, organização, modificação, suspensão ou extinção de cursos de graduação, pós-graduação e sequenciais, suas vagas, planos curriculares e questões sobre sua aplicabilidade, na forma da Lei;
- II – manifestar-se sobre o desempenho da Escola, bem como discutir diretrizes e normas sobre o assunto;
- III – decidir quanto à concessão de títulos honoríficos por proposta de, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros;
- IV – apreciar o plano anual de trabalho elaborado pela Diretoria;
- V – apreciar o relatório anual da Diretoria;

A **Diretoria**, exercida pelo Diretor da Escola e pelo Vice-Diretor é o órgão de superintendência, administração, coordenação e fiscalização executiva das atividades do CPDOC. O Diretor e o Vice-Diretor da Escola são designados pelo Presidente da Mantenedora, conforme definido em seu Estatuto, sendo de três anos seus mandatos, permitida a recondução.

Compete ao Diretor da Escola:

- I – supervisionar, superintender, dirigir e coordenar todas as atividades do CPDOC;
- II – representar a Escola em atos públicos e perante outras instituições públicas e particulares;
- III – convocar e presidir as reuniões da Congregação, do Conselho Consultivo e do Conselho de Coordenação;
- IV – executar as decisões e recomendações da Congregação e dos Conselhos em suas respectivas competências;
- V – representar a Escola junto aos órgãos colegiados da Mantenedora;
- VI – elaborar e submeter à apreciação dos órgãos colegiados competentes propostas de resoluções ou de alterações das normas em vigor;
- VII – submeter à apreciação da Congregação o plano anual de trabalho;
- VIII – promover intercâmbio com instituições educacionais do país e do exterior;
- IX – apresentar à Congregação e à Direção Superior da Mantenedora relatórios sobre as atividades da Escola;
- X – conferir graus, expedir diplomas, títulos e certificados acadêmicos;
- XI – aplicar ou propor as premiações, recompensas e penalidades de sua alçada;
- XII – designar professores, pesquisadores, técnicos e pessoal administrativo para integrarem coordenações e comissões especiais, respeitadas as condições estabelecidas neste Regimento;
- XIII – encaminhar aos órgãos competentes do CPDOC recursos de professores e alunos;

- XIV – constituir Comissão Própria de Avaliação – CPA, responsável pela condução do processo de avaliação institucional, que atenda aos requisitos estabelecidos pela legislação vigente;
- XV – designar comissões para proceder aos processos disciplinares;
- XVI – zelar pela manutenção da ordem e disciplina no âmbito do CPDOC, respondendo por abuso ou omissão;
- XVII – coordenar e propor o orçamento à Direção Superior da Mantenedora e responsabilizar-se pela sua execução;
- XVIII – propor ao Presidente da Mantenedora a admissão, a dispensa, a promoção e o acesso de professores, pesquisadores e pessoal técnico-administrativo;
- XIX – indicar os membros do corpo docente que representarão a Escola em congressos, conferências e reuniões equivalentes, no país e no exterior, *ad referendum* da Mantenedora, nos casos em que as normas desta última o exijam;
- XX – decidir os casos de natureza urgente ou que impliquem matéria omissa ou duvidosa, neste Regimento, ouvindo a Mantenedora;
- XXI – criar e extinguir assessorias específicas, bem como nomear e dispensar os ocupantes destes cargos;
- XXII - cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento e da legislação em vigor.

O **Conselho Consultivo** é órgão de assessoramento à Diretoria da Escola na formulação de diretrizes, na análise e avaliação dos resultados obtidos, bem como no desenvolvimento das relações externas do CPDOC.

O Conselho Consultivo é constituído pelo Diretor da Escola da Escola, que o preside, e pelos seguintes membros:

- I – 5 representantes de entidades públicas ou privadas, indicados pela Congregação;
- II – 1 representante da Congregação da Escola, por ela indicado, que será o secretário executivo do Conselho;
- III – 1 representante da mantenedora, indicado pelo Presidente da Mantenedora;
- IV – 1 ex-aluno do CPDOC, por indicação da Congregação.

O Conselho Consultivo reúne-se ordinariamente, uma vez por ano, ou extraordinariamente, sempre que convocado pelo Diretor da Escola.

São atribuições do Conselho Consultivo:

- I – assessorar a Diretoria na formulação, análise e avaliação de seus programas e no relacionamento externo da Escola;
- II – promover, dentro do plano geral da Mantenedora de captação de recursos, campanhas financeiras destinadas a levantar fundos especiais, acompanhando sua aplicação;
- III – opinar sobre o plano anual de trabalho;



- IV – sugerir programas relacionados com os interesses e atividades da Escola;
- V – emitir parecer, quando solicitado, acerca de assuntos de interesse da Escola.

O **Conselho de Coordenação** é responsável, junto com a Direção, pela execução e acompanhamento das atividades do CPDOC.

O Conselho de Coordenação é constituído :

I. pelo Diretor da Escola, seu Presidente;

II. pelo Vice-Diretor;

III. pelos Coordenadores de Pesquisa, Documentação, Ensino de Graduação, Ensino de Pós-Graduação, Coordenação do CPDOC em São Paulo e Centro de Relações Internacionais.

O Conselho de Coordenação reúne-se mensalmente e, extraordinariamente, quando convocado pela Direção.

São atribuições do Conselho de Coordenação:

I – articular e integrar as atividades da Escola;

II – acompanhar o desenvolvimento dos projetos e iniciativas da Escola;

III – sugerir linhas de ação e iniciativas a serem seguidas pela Escola;

IV – opinar sobre parcerias institucionais, de acordo com as diretrizes adotadas pela Mantenedora;

V – opinar sobre planos estratégicos, planos de trabalho e proposta do orçamento anual;

**As Coordenações** são as unidades básicas de estrutura da Escola. São Coordenações do CPDOC:

I – Coordenação de Ensino de Graduação.

II– Coordenação de Ensino de Pós-Graduação;

III - Coordenação de Pesquisa

IV - Coordenação de Documentação

V – Coordenação do Centro de Relações Internacionais

VI – Coordenação do CPDOC em São Paulo

Cada Coordenação tem um coordenador escolhido pelo Diretor da Escola que poderá ser um docente, pesquisador ou técnico de nível superior, com mandato de dois anos, permitida a recondução.

Os Coordenadores de Ensino de Graduação e de Ensino de Pós-Graduação serão substituídos, em suas ausências e impedimentos, pelos respectivos Subcoordenadores.

Estes são indicados pelos Coordenadores de Ensino e nomeados pelo Diretor da Escola, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

São atribuições comuns às Coordenações:

- I- Executar e fazer executar no âmbito de sua atuação as decisões da Direção e dos órgãos deliberativos da Escola;
- II- Elaborar, executar e supervisionar, de acordo com as diretrizes estabelecidas, o planejamento de atividades em sua área de atuação;
- III- Elaborar e apresentar à Direção os relatórios anuais e semestrais de atividades e relatórios especiais, quando solicitados;
- IV- Supervisionar e avaliar o desempenho da equipe;
- V- Submeter à decisão da Direção medidas que importem em despesas relativamente aos trabalhos em curso em sua área de atuação;
- VI- Coadjuvar a Direção nos entendimentos com órgãos públicos e privados no sentido da obtenção de recursos financeiros e assistência técnica;
- VII- Zelar pela manutenção do espírito de integração que deve nortear as atividades do CPDOC.
- VIII – Criar condições indispensáveis para que haja integração entre ensino, pesquisa e extensão.
- IX – Fixar ou propor, quando for o caso, diretrizes para o exercício das atividades de ensino, pesquisa, documentação e extensão;
- X – Examinar e submeter preliminarmente ao Diretor da Escola:
  - a) projetos de ensino, pesquisa e extensão;
  - b) nomes de docentes, pesquisadores e técnicos que participarão dos diferentes projetos;
- XI – Supervisionar e apoiar, técnica e academicamente, as atividades e os projetos sob sua responsabilidade.

As Coordenações reúnem-se de acordo com as necessidades e especificidades de cada Coordenação.

**O Colegiado de Ensino de Graduação** é constituído por todos os professores que ministrem disciplinas do currículo dos cursos de graduação oferecidos pela Escola e por um representante do corpo discente.

São atribuições do Colegiado de Ensino de Graduação:

- I – fixar o perfil dos cursos e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas;
- II – elaborar o currículo dos cursos e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectiva carga horária, de acordo com as diretrizes curriculares emanadas do Poder Público;

- III – planejar, orientar e acompanhar o ensino das disciplinas que compõem o currículo dos cursos;
- IV – propor diretrizes para a elaboração de pesquisas associadas ao ensino de graduação;
- V – promover a avaliação dos cursos, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- VI – colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;
- VII – definir o Núcleo Docente Estruturante dos cursos, de acordo com as disposições legais vigentes, submetendo-o à aprovação do Conselho Técnico-Acadêmico;
- VIII – propor ações que visem à integração dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- IX – exercer outras atribuições de sua competência ou que lhe forem delegadas pelos demais órgãos colegiados.

A **Coordenação de Ensino de Graduação** é o órgão de administração, coordenação e fiscalização executiva das atividades dos cursos de graduação do CPDOC.

Compete ao Coordenador de Ensino de Graduação:

- I – convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Ensino de Graduação e do Núcleo Docente Estruturante;
- II – representar a Coordenação de Ensino de Graduação;
- III – elaborar o horário acadêmico dos cursos e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Acadêmico;
- IV – orientar, coordenar e supervisionar as atividades da Coordenação de Ensino de Graduação;
- V – desenvolver a formação profissional dos alunos, promovendo sua participação em programas de estágio e atividades complementares, conforme legislação vigente;
- VI – fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, bem como a execução dos demais projetos da Coordenação de Ensino de Graduação;
- VII – decidir e homologar aproveitamento de estudos e propostas de adaptações de cursos;
- VIII – exercer o poder disciplinar no âmbito da Coordenação de Ensino de Graduação;
- IX – executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Ensino de Graduação e as normas dos demais órgãos do CPDOC;
- X – exercer as demais atribuições previstas no Regimento da Escola e aquelas que lhe forem atribuídas pelo Diretor da Escola e demais órgãos do CPDOC.

O **Núcleo Docente Estruturante** – NDE é um órgão consultivo composto pelo Coordenador de Ensino de Graduação e por, pelo menos, 5 docentes de cada curso que tenham comprovada experiência, titulação e qualificação contratados em regime de trabalho que assegure, preferencialmente, dedicação plena ao curso. Cada NDE é responsável pela

formulação, implementação, atualização e consolidação do projeto pedagógico dos cursos de graduação, e seu funcionamento é disciplinado por regulamento próprio.

O **Colegiado de Ensino de Pós-Graduação** é constituído por todos os pesquisadores e professores de carreira que atuam nos programas de pós-graduação da Escola e por um representante do corpo discente dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Cabe ao Colegiado de Ensino de Pós-Graduação a articulação das ações de pesquisa e ensino voltadas para a sistematização e para a produção do conhecimento científico e formação acadêmica. Ele reúne-se ordinariamente uma vez por semestre, ou extraordinariamente, por convocação do Coordenador de Ensino de Pós-Graduação, ou de 1/3 (um terço) de seus membros.

Cabe ao Colegiado de Ensino de Pós-Graduação:

- a) apreciar os currículos e os programas dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*;
- b) propor diretrizes para a realização, divulgação e publicação de estudos e pesquisas voltadas para a produção científica e formação acadêmica na Escola, em nível de pós-graduação.

O funcionamento das atividades específicas do Ensino de Pós-Graduação é regulado e definido por regimento específico.

A **Coordenação de Ensino de Pós-Graduação** é o órgão de administração, coordenação e fiscalização executiva das atividades de formação acadêmica em cursos de pós-graduação *stricto sensu* do CPDOC

Compete ao Coordenador de Ensino de Pós-Graduação:

- I – convocar e presidir as reuniões do Colegiado de Ensino de Pós-Graduação;
- II – representar a Coordenação de Ensino de Pós-Graduação perante as autoridades e órgãos do CPDOC;
- III – elaborar o horário acadêmico dos cursos e fornecer à Diretoria os subsídios para a organização do Calendário Acadêmico;
- IV – orientar, coordenar e supervisionar as atividades da Coordenação de Ensino de Pós-Graduação;
- V – fiscalizar a observância do regime acadêmico e o cumprimento dos programas e planos de ensino, pesquisa e extensão, bem como a execução dos demais projetos da Coordenação de Ensino de Pós-Graduação;
- VI – exercer o poder disciplinar no âmbito Coordenação de Ensino de Pós-Graduação;
- VII – executar e fazer executar as decisões do Colegiado de Ensino de Pós-Graduação e as normas dos demais órgãos do CPDOC;

VIII – exercer as demais atribuições previstas no Regimento da Escola e aquelas que lhe forem atribuídas pelo Diretor da Escola e demais órgãos do CPDOC.

A **Coordenação de Pesquisa** tem por finalidade propor, realizar e avaliar projetos de pesquisa sobre temas relacionados à História Contemporânea do Brasil e às Ciências Sociais em geral.

A **Coordenação de Documentação** tem por finalidade zelar pela rotina de funcionamento do Programa de Arquivos Pessoais e do Programa de História oral, bem como desenvolver projetos que visem à melhoria das condições de controle, preservação e difusão dos acervos da instituição.

O Programa de Arquivos Pessoais tem por finalidade:

- I - Receber, organizar, preservar e divulgar os arquivos privados doados à FGV, facultando sua consulta pública;
- II - Manter atualizados os procedimentos técnicos adotados pelo Programa.

O Programa de História Oral tem por finalidade:

- I - Constituir, tratar, preservar e divulgar o acervo de entrevistas de História Oral do CPDOC, facultando sua consulta pública;
- II - Manter atualizados os procedimentos técnicos adotados pelo Programa;

O Coordenador de Documentação reúne anualmente o Conselho de Doadores do CPDOC, composto pelos doadores dos arquivos que integram o acervo da instituição.

A **Coordenação do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas**, sediado na FGV CPDOC, tem por finalidade desenvolver estudos e pesquisas nessa área, em conexão com outras escolas e unidades da FGV.

A **Coordenação do CPDOC em São Paulo** tem por objetivo dinamizar e apoiar as atividades da IES nessa cidade.

O **Instituto Superior de Educação** é uma unidade acadêmica, formalmente constituída pela Mantenedora para atender a todas as suas Escolas, a qual será responsável por articular a formação, execução e avaliação do projeto institucional de formação de professores, sendo regido por regimento próprio.

## 5.1. Os critérios de seleção e contratação do quadro técnico-administrativo

Os membros do corpo técnico-administrativo são contratados pela Mantenedora, de acordo com as leis trabalhistas vigentes. A admissão do funcionário é feita mediante processo seletivo orientado pela Direção da Escola. Todos os funcionários são contratados de acordo com o estabelecido na CLT e são devidamente treinados e submetidos às normas de promoção e avaliação previstas no Estatuto da Mantenedora.

## 5.2. Tabela X - Cronograma de expansão do corpo técnico- administrativo

**Tabela X - Cronograma de expansão do corpo técnico-administrativo**

<b>Titulação</b>	<b>Regime de trabalho</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
Graduação	40 horas/semanais	16	15	14	13	13
Especialista	40 horas/semanais	19	20	21	22	22
Mestre	40 horas/semanais	3	3	3	3	2
Doutor	40 horas/semanais	0	0	0	0	1

## 5.3. Órgãos de apoio administrativo

### 5.3.1 - Secretaria de Registro Acadêmico

À Secretaria de Registro Acadêmico, órgão da Mantenedora, compete organizar, controlar e supervisionar todas as atividades relativas ao controle acadêmico, comunicação e arquivo.

São atribuições da Secretaria de Registro Acadêmico exercer as atividades referentes à matrícula e aos registros acadêmicos, à expedição de diplomas, certificados e demais documentos de identidade acadêmica, bem como manter os necessários registros dos cursos e programas ministrados pela FGV CPDOC.

A Secretaria de Registro Acadêmico rege-se por seu próprio regulamento.

### 5.3.2 - Biblioteca

A Mantenedora dispõe de uma biblioteca especializada para uso do corpo docente e discente e da comunidade da região, sob a responsabilidade de profissional legalmente habilitado. A biblioteca, organizada segundo os princípios internacionalmente aceitos da biblioteconomia, rege-se por regulamento próprio.

### 5.3.3 – Secretaria Administrativa

A Secretaria Administrativa é responsável pelas ações administrativas e financeiras da FGV CPDOC, estando diretamente subordinada à Direção. O Gerente Administrativo será indicado pelo Diretor da Escola da FGV CPDOC e nomeado pelo Presidente da Mantenedora, conforme este Regimento, Estatutos e Normas da Fundação Getulio Vargas.

### 5.3.4 – Ouvidoria

As funções da ouvidoria da FGV CPDOC serão realizadas pela Ouvidoria Acadêmica vinculada à Pró-reitoria. A Ouvidoria Acadêmica da Mantenedora atua com autonomia e absoluta imparcialidade, vinculada diretamente à direção da instituição, com o objetivo de zelar pelos princípios da legalidade, moralidade e eficiência administrativa, resguardando o sigilo das informações.

### 5.3.5 – Núcleo de Apoio Pedagógico da Graduação

O Núcleo de Apoio Pedagógico ao Ensino de Graduação é órgão da Mantenedora mediador das situações relacionadas ao processo de ensino–aprendizagem docente e discente, cujo funcionamento é disciplinado por regulamento próprio.

### 5.3.6 – Setor de Regulação e Avaliação Institucional

O Setor de Regulação e Avaliação Institucional é órgão de apoio da FGV CPDOC e tem por finalidade cumprir e fazer cumprir a legislação do ensino superior interagindo com órgãos reguladores e atendendo às demandas e solicitação pertinentes.

## **VI – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO CORPO DISCENTE**

### **6.1. Políticas de acesso**

O Regimento da IES prevê em seu artigo 78 que o acesso aos cursos de graduação seja feito pelos seguintes mecanismos: a) exame de vestibular; b) ENEM; c) transferência; d) reingresso para portadores de diploma de nível superior; e) convênio cultural. Ao todo, a IES tem autorização para oferecer 50 vagas anuais, e a distribuição das mesmas é regulada anualmente por meio de edital de processos seletivos.

O vestibular é feito anualmente por um setor especializado da própria IES. As provas do processo seletivo têm por base os programas do Ensino Médio de acordo com conteúdos específicos indicados no Manual do Candidato disponibilizado pela IES no ato da inscrição. As provas ocorrem em dois módulos: objetivo e discursivo.

No período que antecede ao vestibular, com o objetivo de ampliar as possibilidades de escolha aos jovens que ingressam no Ensino Superior, a Fundação Getúlio Vargas vem executando um programa de debate, informação e orientação profissional aos estudantes do Ensino Médio. O programa consiste em um conjunto de atividades específicas dentro e fora da Instituição. Nesse conjunto estão contempladas as seguintes atividades:

- 1) palestras realizadas nas escolas de Ensino Médio, públicas e privadas, por professores da FGV, apresentando os cursos de graduação e informando sobre as profissões e as possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho;
- 2) participação nas feiras de Orientação Vocacional promovidas pelas escolas de Ensino Médio com vistas à informação aos futuros candidatos sobre o processo seletivo e a dinâmica dos cursos;
- 3) palestras e aulas-convite oferecidas na FGV aos estudantes de diversos colégios sobre temas e questões relevantes a cada curso específico oferecido pela IES. Os alunos visitantes, acompanhados dos respectivos coordenadores das escolas, vivenciam uma situação de aula, ampliando assim os conhecimentos e alternativas frente à escolha profissional dos candidatos ao vestibular. A atividade de aulas-convite se completa com uma visita guiada aos diversos setores da instituição destinados aos cursos de graduação.



- 4) curso de Ciências Sociais moldados para alunos de Ensino Médio, chamado Experiência FGV CPDOC, oferecido semestralmente. Os alunos vinculados a qualquer escola se inscrevem gratuitamente para o processo seletivo. O curso acontece uma vez por semana, durante 8 semanas, e permite uma vivência de 2 meses de sala de aula dentro da IES e com seu respectivo corpo docente.
- 5) convite aos inscritos no vestibular para o evento CPDOC de portas abertas, que acontece uma vez ao ano, no segundo semestre. Neste evento os alunos podem assistir uma disciplina de sua escolha junto aos alunos matriculados na IES durante uma semana. O evento também promove uma visita guiada às instalações da IES.

A IES consolidou o uso do ENEM como instrumento de seleção nacional de estudantes, e seu edital de seleção anual tem previsto concessão de bolsas para os estudantes inscritos.

Os processos de reingresso para portadores de diploma e de transferência externa ocorrem duas vezes ao ano, usualmente ao final de cada semestre letivo, e são regulamentados por meio de editais específicos, que contemplam análise de histórico escolar e entrevistas com a coordenação da graduação. Semestralmente é aberto também o edital de dupla graduação da Mantenedora, que possibilita o ingresso de alunos provenientes das Escolas de Direito e Matemática Aplicada.

Ao final de todas as etapas descritas até aqui, os estudantes aprovados no processo seletivo são recebidos, individualmente, pelo Núcleo de Apoio Pedagógico. O encontro se dá em momento anterior à formalização da matrícula e tem como objetivo prestar esclarecimento detalhado sobre o curso, os regulamentos e as perspectivas de integração e de aproveitamento acadêmico das quais os futuros estudantes poderão usufruir. A Fundação Getúlio Vargas e a Escola de Ciências Sociais acreditam que tais encontros minimizam as inquietações naturais de jovens que ingressam no ensino superior, criando melhores condições pedagógicas para seu amadurecimento e aproveitamento intelectual. Completado o ciclo de entrevistas, os alunos e suas famílias são recebidos pela Coordenação da Escola e por um conjunto de professores para apresentação oficial dos cursos, exposição das oportunidades oferecidas pela IES e as expectativas de interação que constam do programa da Escola.

## 6.2. Programas de apoio pedagógico e financeiro

A Escola tem como principal instrumento de apoio pedagógico o trabalho realizado pelo Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), órgão de sua Mantenedora. O NAP é composto por profissionais com formação pedagógica, e tem por objetivo principal auxiliar coordenadores e diretores na realização bem-sucedida dos projetos pedagógicos de cada curso de graduação.

São atribuições do NAP:

1. Prestar apoio didático-pedagógico às áreas de apoio ao ensino, aos coordenadores e diretores de cursos de graduação do Rio de Janeiro, no sentido de aprimorar e desenvolver as atividades docentes e discentes, acompanhando e supervisionando a execução do projeto pedagógico dos cursos;
2. Entrevistar os candidatos aprovados no processo seletivo e acompanhar o processo de matrícula junto à Secretaria de Registros Acadêmicos;
3. Planejar e coordenar as atividades da Semana de Integração de novos alunos, promovida a cada semestre pelas coordenações dos cursos;
4. Analisar os perfis das turmas e orientar professores sobre demandas específicas de conteúdo, alterações curriculares ou situações didático-pedagógicas diferenciadas;
5. Elaborar manuais de orientação para docentes e discentes, em acordo com as coordenações dos cursos, e implantá-los após validação junto aos coordenadores e Colegiado/Congregação;
6. Informar e orientar alunos e professores sobre o regulamento do curso, direitos e deveres de docentes e discentes, sistemas de avaliação, regime disciplinar e critérios de jubramento, dentre outras, bem como adotar e proceder à aplicação das medidas administrativas cabíveis, observando o regimento e regulamentos específicos, encaminhando à direção dos cursos os casos que extrapolem sua esfera de competência;
7. Auxiliar os professores, quando demandado, sobre a didática utilizada em suas aulas;
8. Realizar acompanhamento pedagógico, individual ou em grupo, aos alunos, desenvolvendo métodos de estudo que facilitem ao processo de ensino-aprendizagem;
9. Orientar e aprovar o plano de estudo dos alunos, de acordo com as diretrizes estipuladas pelas coordenações dos cursos;
10. Analisar os resultados do desempenho dos alunos no Exame Nacional de Cursos (ENADE) e em outros testes e exames semelhantes, de forma a fornecer subsídios aos coordenadores de cursos e contribuir para a qualificação das escolas;

11. Monitorar o desempenho acadêmico dos alunos, através de sistema específico, analisando resultados dos desempenhos dos alunos no semestre, de forma a subsidiar decisões e correções por parte dos professores, coordenações e/ou direção dos cursos;
12. Elaborar, validar e implantar o Regulamento e Manual de Atividades Complementares, em acordo com as coordenações de cada curso, gerando os instrumentos de acompanhamento necessários para o cumprimento das horas exigidas por cada curso;
13. Coordenar e acompanhar as atividades complementares curriculares e extracurriculares de acordo com as demandas exigidas pelas coordenações dos cursos;
14. Organizar, a partir das demandas dos coordenadores de cursos, os calendários acadêmicos letivos e a sequência de provas e exames;
15. Acompanhar e supervisionar o cumprimento do calendário anual dos cursos, observando os prazos estabelecidos e providenciando a reposição de aulas, quando couber;
16. Acompanhar o trabalho desenvolvido pelos monitores de disciplinas ou projetos de tutorias, visando o melhor desempenho das turmas em geral e de alunos que apresentam dificuldades;
17. Resolver, no âmbito de sua competência, questões disciplinares e encaminhá-las, aos coordenadores de cursos e às direções das escolas, para a aplicação das regras estabelecidas nos regulamentos dos cursos;
18. Participar, conforme a política interna da Instituição, de projetos, cursos, eventos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão, bem como de programa de treinamento, quando convocado;
19. Comunicar à Secretaria de Registros Acadêmicos quaisquer mudanças relativas à matriz curricular, procedimentos para equivalências e outras medidas, para implantação em prazo e condições adequadas;
20. Promover integração entre família, escola e comunidade, de acordo com os critérios estabelecidos pelas coordenações dos cursos;
21. Avaliar e elaborar, com as coordenações dos cursos, instrumentos de avaliação de desempenhos docente e discente, com os objetivos de aprimorar os sistemas de avaliação interna e externa;
22. Submeter à coordenação e direção dos cursos as demandas para a provisão dos recursos humanos necessários.

Além disso, a IES prevê, para o período 2019-2023, a aprovação de um protocolo de atendimento para alunos com necessidades especiais. Esse protocolo deve ser articulado em conjunto com o NAP.

O Núcleo de Apoio Pedagógico é responsável por monitorar regularmente o bem-estar físico e psicológico dos estudantes, por meio de reuniões coletivas com representantes estudantis, atendimentos individualizados e contato com setores de apoio social.

A política pedagógica desenvolvida é preventiva, e visa detectar sinais que costumam conduzir estudantes à evasão escolar. Assim, a equipe do NAP é responsável por orientar os coordenadores a respeito de estudantes com necessidades emocionais específicas, orientando-os sobre como programar avaliações e atividades escolares.

O NAP também procura orientar os estudantes na montagem de seus planos de estudos, de forma a evitar a sobrecarga de trabalho e a síndrome de burn out.

O regimento da IES também prevê o Regime Excepcional de Estudos como forma de contemplar a manutenção do vínculo do estudante com a instituição diante de situações médico-psicológicas graves. As regras que delimitam as condições e os critérios para o Regime Excepcional de Estudos estão dispostas entre os artigos 103 e 109 do Regimento da IES.

A Coordenação de Ensino de Graduação também recebe individualmente os alunos aprovados e seus responsáveis nas semanas de matrícula, visando esclarecer eventuais dúvidas e leva-los para conhecer a IES em uma visita. Nas primeiras semanas de aula, a coordenação se reúne com a turma ingressante e promove eventos sobre a carreira de cientista social e sobre o curso em si, com a finalidade de acompanhar eventuais possibilidades de evasão.

Afora o NAP, a IES adota um constante processo de auto avaliação, seja no âmbito da CPA, seja em seus Colegiados de curso e na sua Congregação. Considera-se que esses espaços são fundamentais para a atualização de procedimentos de avaliação, reformulação curricular e novas estratégias de ensino e pesquisa.

Para o período 2019-2023, a IES pretende explorar mais decisivamente as novas tecnologias de ensino no meio digital, além de articular de forma mais institucionalizada sua política de extensão, de forma coerente com a tradição da Mantenedora e do CPDOC na

produção de bens públicos. A IES também prevê a formalização de uma política de atendimento aos estudantes com necessidades especiais.

O atendimento às diretrizes pedagógicas passa pela revisão dos currículos dos cursos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, com a carga horária mínima estabelecida para os cursos de graduação e com os princípios do Projeto Pedagógico Institucional. O processo de revisão curricular, orientado por critérios de inovação, flexibilidade, e crescente utilização de recursos da tecnologia da informação e comunicação, abrange a definição/redefinição do perfil do egresso, da estrutura curricular, da metodologia de ensino, da forma de avaliação, da prática profissional, das atividades complementares e dos estágios.

De acordo com o princípio de constante acompanhamento e revisão dos projetos pedagógicos dos cursos, propõe-se que, no período 2019-2023, haja continuidade na revisão do currículo do curso, em suas diferentes modalidades/habilitações.

### 6.3. Estímulos à permanência

No caso do apoio financeiro, a IES oferece bolsas restituíveis como mecanismos para manutenção nas suas graduações de estudantes com baixo poder aquisitivo. A IES também oferece a possibilidade de auxílios específicos para o deslocamento de seus estudantes para congressos científicos e encontros estudantis.

### 6.4. Organização estudantil (espaço para participação e convivência estudantil)

O corpo discente tem como órgão de representação o Diretório Acadêmico, regido por Estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado conforme a legislação vigente. A representação tem por objetivo promover a cooperação da comunidade acadêmica e o aprimoramento da FGV/ CPDOC.

Compete ao Diretório Acadêmico indicar os representantes discentes com direito a voz e voto nos órgãos colegiados da FGV/ CPDOC, vedada a acumulação. Conforme Regimento da IES, os alunos do curso têm direito a um representante estudantil com voz e voto no Colegiado.. No caso da Congregação, os alunos da IES como um todo podem escolher um representante discente com direito a voz e voto nesse fórum.

Além do Diretório Acadêmico, os alunos podem participar de diferentes entidades estudantis que reúnem outras IES da Mantenedora: FGV + (Entidade da FGV que tem como principal objetivo oferecer consultoria social, conectando o conhecimento construído na faculdade com a prática para, assim, fornecer nova perspectiva sobre os problemas que afetam ONGs, microempreendedores, comunidades cariocas e outros órgãos e pessoas cujos objetivos são transformar a realidade que os circunda); Atlética FGV (Associação civil sem fins lucrativos responsável pela difusão das práticas esportivas na instituição); Amplia FGV (curso de pré-vestibular social para preparar alunos de baixa renda para o vestibular); Coletivo Negrxs FGV (Coletivo estudantil que propõe diálogo sobre os desafios dos estudantes negros na instituição e na sociedade); Coletivo LGBT+ Existo! (Coletivo fundado com o propósito de criar um ambiente acolhedor para LGBTs na Fundação Getulio Vargas e promover ações e eventos em torno das questões específicas da comunidade LGBT+); FGV Jr. (Empresa de consultoria formada por graduandos da Fundação Getulio Vargas do Rio de Janeiro de modo autônomo e apartidário. A organização atende aos micros, pequenos e médios negócios, apresentando como atividade central a execução de projetos ligados à consultoria gerencial e financeira); Sociedade de Debates FGV (SDGV) (Entidade da FGV-RJ que visa refletir sobre temas relevantes, sempre com diálogo de qualidade, argumentação plural e respeito pelo dissenso); União de Mulheres da FGV (Criada com o objetivo de representar todas as mulheres que estudam e trabalham na FGV, promove discussões e troca de experiências).

## 6.5. Acompanhamento dos egressos

A IES conta com o Núcleo de Estágios e Desenvolvimento de Carreiras da Mantenedora para acompanhamento de egressos. A equipe desse órgão realiza esse monitoramento principalmente por meio das redes sociais, que são utilizadas para comunicação de eventos, oportunidades de empregos e demais assuntos que interessem aos egressos.

O núcleo de pesquisa aplicada FGV-Opinião realizou, entre 2015 e 2018, uma pesquisa quantitativa com os egressos de todos os cursos de graduação da Fundação Getulio Vargas. O objetivo da pesquisa foi mapear o desenvolvimento acadêmico, identificar a formação de pós-graduação, bem como a inserção no mercado de trabalho dos alunos egressos dos cursos de graduação da FGV. Foram realizadas 1.069 entrevistas com alunos egressos da FGV, além de outras 504 entrevistas com alunos evadidos e aprovados no

vestibular da FGV que optaram por não ingressar na IES. Desta forma, a pesquisa permitiu comparar os resultados de desempenho dos egressos com outros dois perfis que funcionam como uma espécie de grupo controle.

## **VII - INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS**

### **7.1. Laboratórios**

#### **LABORATÓRIOS**

Atualmente, a Escola possui 23 (vinte e cinco) auditórios, 11 (quinze) salas de aula e 08 (oito) laboratórios localizados nos 4º, 5º, 8º, 10º, 13º andares no Edifício SEDE, 01(um) laboratório localizado no Térreo da unidade JOD 30 e 01(um) laboratório na biblioteca no Centro Cultural, sendo 04 (422, 1016, 1332 e JOD 30) equipados com computadores, projetores multimídia e sonorização. Todos com conexão de rede cabeada e wireless (sem fio), que atendem aos programas de graduação, mestrados e doutorados das Escolas.

Configuração de hardware dos computadores dos laboratórios:

**LABORATÓRIOS - SEDE / BOTAFOGO, Centro Cultural e Unidade JOD 30.**

**Laboratório 422 possui 1 computador para o professor + 29 para os alunos,**

- ✓ Optiplex 3020 - DELL;
- ✓ Intel Core I5 – 4590 3.3 GHz;
- ✓ 8 GB;
- ✓ 1 TB;
- ✓ Windows 7 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 19”;

**Laboratório LPC com 10 IMAC no 5º andar da sede**

- ✓ IMAC
- ✓ Intel Core I5 - 2.9 GHZ
- ✓ 8GHZ;
- ✓ 1T HD;
- ✓ Monitores de 21”;

**Laboratório 813 possui 23 computadores.**

- ✓ Optiplex 3020 - DELL;
- ✓ Intel Core I5 – 4590 3.3 GHz;
- ✓ 8 GB;
- ✓ 1 TB;
- ✓ Windows 7 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 17”;

**Laboratório 1016 possui 1 computador para o professor + 13 para os alunos.**

- ✓ Optiplex 3020 - DELL;
- ✓ Intel Core I5 – 4590 3.3 GHz;
- ✓ 8 GB;
- ✓ 1 TB;
- ✓ Windows 7 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 17”;

**O laboratório 1330 possui 20 computadores.**

- ✓ ThinkCentre M58 / LENOVO;
- ✓ PENTIUM E5400 2.7GHz;
- ✓ 2GB DDR2 400MHz;
- ✓ 320 GB;
- ✓ Windows 7 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 19”;

**O laboratório 1332 possui 1 computador para o professor + 50 para os alunos.**

- ✓ ALL IN ONE - AT 2022 / ITAUTEC;
- ✓ CORE I5 2.5GHz;
- ✓ 4 GB;
- ✓ 500 GB;
- ✓ Windows 7 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 20”;

**O laboratório 1333 - 01 computador para o professor + 50 para os alunos**

- ✓ OptiPlex 3050 Micro;
- ✓ 7ª geração – Core I7 - 7700T (4 núcleos, 2,9 GHz expansível até 3.8 GHz Cache de 8 MB;
- ✓ 16 GB;
- ✓ 1 TB;
- ✓ Windows 10 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 22”;

**O laboratório do Centro Cultural (biblioteca) possui 20 computadores**

- ✓ Optiplex 3040M – DELL;
- ✓ Intel Core I5 – 6500T 2.5 Ghz;
- ✓ 4 GB;
- ✓ 500 GB;
- ✓ Windows 7 Enterprise 64 bits;
- ✓ Monitores de 22”;

**O laboratório da Unidade JOD 30 possui 01 computador para o professor + 55 para os alunos**

- ✓ Optiplex 3040M/3050M – DELL;
- ✓ Intel Core I5 – 6500T 2.5 Ghz;
- ✓ 4 GB;
- ✓ 500 GB;
- ✓ Windows 10 Enterprise 64 bits;



✓ Monitores de 22”;

Em cada andar onde temos laboratório fica uma impressora do projeto PAPER CUT para atender as demandas de impressão.

As máquinas atuam em rede com Windows 7 Enterprise 64 bits e estão com os seguintes programas instalados: Eviews 9, MatLab 2018a, IBM SPSS 25, IBM AMOS 25, R + RStudio, MikTex – Latex – Ghostscript, Grelt, Stata, Económica, NotePad++, DrRacket, Scilab, Inkscape, GNU Emacs, Python, GeoGebra, Haskell, LispWorks, Processing, Tecnic Center, Xlaunch, Xming, Netbeans IDE, Bizagi Modeler, SBCL, Spyder, Putty, PyCharm, Anaconda, GSView, Dynare, Pacote Office 2016.

## **RECURSOS DE INFORMÁTICA**

O portal da Fundação Getúlio Vargas ([www.fgv.br](http://www.fgv.br)), redesenhado em 2010, constitui o ponto de acesso principal às informações sobre a instituição na web. Nele é possível conhecer a história, missão e obter detalhes sobre cada unidade da organização. Há, ainda, chamadas referentes a eventos realizados e às últimas notícias que envolvem a Fundação; dados sobre produtos e serviços da FGV (cursos, consultorias, revistas...) e sobre bens públicos (indicadores econômicos, arquivos históricos, pesquisas econômicas). A página também traz índices gerais, como IGP/M, FGV100, INCC-M, IPC/RJ-DI, IPC/SP-DI, IPA/DI-M e outros, prontamente atualizados.

Aluno Online:

O aluno online é um sistema de informações que permite ao aluno acesso às suas informações acadêmicas para acompanhamento do curso, solicitações acadêmicas via requerimento online cursadas até a conclusão do curso. O sistema é acessado pela internet.

eClass:

Em 2015, a FGV lançou sua nova ferramenta eletrônica eclass D2L, um sistema de apoio ao ensino para os cursos da FGV, a plataforma permite a interação entre alunos e professores para acesso a material didático complementar, exercícios, postagem de material (download e upload). Também é (para os alunos de Administração) o canal oficial de comunicação entre a Escola, professores e alunos. Nele, todos têm acesso aos documentos e formulários relativos ao programa, tais como: calendários, avisos e demais informações acadêmicas presentes no cotidiano do curso.

WIFI:

O prédio da FGV disponibiliza a rede wi-fi em todos os andares.

Conexão Remota à FGV:

A conexão remota à FGV é feita através da VPN (virtual private network) da FGV. Esta tecnologia permite o acesso remoto seguro à rede da FGV por seus alunos e professores, através de uma infraestrutura compartilhada.

Conta-se ainda com os serviços do Núcleo de Apoio ao Usuário (NAU) - unidade da Divisão de Tecnologia da Informação (TIC/FGV). As principais atividades do NAU são a orientação aos usuários e a administração da rede FGV. Todos os servidores da FGV são administrados por técnicos do NAU. Existem aproximadamente 20 servidores que desempenham tarefas bastante variadas: servidores de arquivo, correio eletrônico, Web, bancos de dados e outras aplicações importantes. Periodicamente, o NAU também organiza cursos de informática, sendo possível a participação de alunos. A equipe completa do NAU conta com um total de nove funcionários e nove prestadores de serviço para o helpdesk. Todas estas funcionalidades podem ser acessadas através dos laboratórios de informática, conforme detalhado anteriormente no item “Infra-estrutura”.

## 7.2. Biblioteca

A FGV possui uma das mais completas e importantes bibliotecas no Rio de Janeiro nas diferentes áreas de ciências humanas. Criada em dezembro de 1945, como Biblioteca Central, passou a denominar-se Biblioteca Mario Henrique Simonsen em dezembro de 1997 em homenagem a Mario Henrique Simonsen, ex-Ministro da Fazenda e Vice-Presidente da Fundação Getulio Vargas.

A **Biblioteca** possui importante e tradicional acervo nas áreas de Administração, Ciência Política, Direito, Economia, Finanças, História do Brasil, Matemática e Sociologia. O acervo é composto por livros, dissertações, teses, papers, multimeios e periódicos. É depositária de toda a produção intelectual e editorial da FGV (Arquivo Bibliográfico).

A **Biblioteca** utiliza o sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas SOPHIA, possibilitando consulta, empréstimo e reservas via Web. Participa das redes de trabalho cooperativo Bibiliodata, CCN, COMUT, CLADEA (Centros de Informação do Conselho Latino-Americano de Escolas de Administração) e do grupo de Compartilhamento de Bibliotecas de Instituições de Ensino Superior do Estado do Rio de Janeiro - CBIES-RJ. É filiada ao Conselho Regional de Biblioteconomia – 7ª Região - CRB-7 e à Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias - CBBU.

A **Biblioteca** possui homepage com o endereço (<http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/>) onde disponibiliza o catálogo online, o *Acervo Acadêmico FGV*, uma interface única de acesso às coleções impressas e digitais das quatro bibliotecas da FGV (RJ, SP, DF e Biblioteca Digital), bem como, nas diversas bases de dados assinadas pela Instituição, aos artigos do Portal de Periódicos CAPES, conteúdos de acesso aberto e, ainda informações sobre todos os serviços oferecidos: consulta local; empréstimo domiciliar; empréstimo entre Bibliotecas; reserva de material; sala multimídia equipada com ar condicionado, TV, DVD, vídeo cassete, TV a cabo e computador; caixa de devolução de livros; rede wireless; levantamento bibliográfico; comutação bibliográfica; elaboração de ficha catalográfica; orientação quanto à normalização bibliográfica (normas Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT); serviço de

reprografia, visitas orientadas e a capacitação de usuários através de cursos, workshops e palestras.

A **Biblioteca** funciona, na **Praia de Botafogo, 186 – Centro Cultural**, de segunda à sexta-feira, no horário das 08h15 às 21h45 e no sábado, somente para usuários internos, no horário das 08h30 às 12h30 e, na **Praia de Botafogo, 190 – 7. Andar**, de segunda a sexta-feira, no horário de 08h15 às 17h30. A consulta ao acervo é de livre acesso aos usuários internos (corpo discente, docente, funcionários e ex-alunos da FGV) e externos (docentes, pesquisadores, alunos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado de outras instituições). Os usuários externos só podem ter acesso à Biblioteca mediante apresentação de documento da Instituição a que estão vinculados. O regulamento e o regimento da BMHS, bem como as normas para utilização de seu espaço e serviços, estão disponíveis em seu site: [http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/bmhs\\_normas](http://sistema.bibliotecas-rj.fgv.br/bmhs_normas)

A **Biblioteca** dispõe de meios de comunicação com os usuários através da caixa de sugestão, fale conosco, e-mail, telefones e através das redes sociais: Twitter e Facebook, onde também compartilha informações.

A **Biblioteca** oferece um acervo com títulos **105.490** e **225.975** exemplares, distribuídos entre livros, DVDs/vídeos, publicações eletrônicas, teses e dissertações, gravações sonoras, além de publicações periódicas em papel e eletrônicas.

A **Biblioteca** disponibiliza 39 computadores para seus *usuários*, e as bases de dados estão disponíveis a todos os usuários que estejam utilizando um computador conectado à rede interna ou que estejam, no momento da consulta, utilizando a FGV/RJ como provedora de acesso (acesso remoto). As principais bases de dados disponíveis são: *Portal de periódicos Capes, Jstor, Ebsco, Heinonline, LexisNexis, Proquest Dissertations & Theses, Eikon, Bloomberg, Economatica, EMIS, Kluwer, Oxford Handbooks, Orbis, Orbis Bank Focus, Zephyr, Euromonitor, S&P Capital IQ, RT Online e etc.*

A **Biblioteca** disponibiliza acesso remoto as bases do Sistema de Bibliotecas/FGV por proxy através de login e senha de rede FGV

A **Biblioteca** disponibiliza salas de estudo em grupo, guarda-volumes, caixa de devolução de livros e máquina de café.

A **Biblioteca** oferece um **Ambiente de Acessibilidade e Tecnologia Assistida** - iniciativa que indica o compromisso social da FGV no atendimento não somente à sua comunidade, mas também aos demais segmentos da sociedade. Desta forma, disponibiliza duas mesas ergonômicas especiais para cadeirantes, equipadas com suporte para monitor multidirecional e suporte para livros multidirecional, computadores equipados com monitores de 23 polegadas, teclado ampliado e com softwares leitores de tela (*DosVox, NVDA e JAWS*) que se destinam a facilitar o acesso de deficientes visuais aos computadores. O espaço conta também com um Ampliador de Caracteres Automático (*myReader 2*) que amplia as letras, projeta e dá acessibilidade para quem tem baixa visão e um Digitalizador e Leitor Autônomo (*POET COMPACT2+*) que transforma o texto impresso em voz, sem uso do computador.

A **Biblioteca**, em parceria com a Editora FGV e com os Diretórios Acadêmicos , promove sistematicamente ***Campanhas de preservação do acervo***, com exposição dos livros danificados; ***Trote Solidário***, onde os calouros apagam os livros rabiscados da Biblioteca, objetivando assim, conscientizar os alunos sobre a preservação do acervo e criar uma maior integração entre os alunos dos cursos de Economia, Matemática, Administração, História, Ciências Sociais e a Biblioteca; ***Feira da Troca de Livros***, uma iniciativa de incentivo à leitura, onde se leva um livro que não utiliza mais e troca por outro de seu interesse; ***Campanhas de Natal***, onde o aluno doa livros infantis e tem a multa da Biblioteca abonada – os livros são doados a instituições carentes da Comunidade.

A **Fundação Getúlio Vargas** implantou a sua Biblioteca Digital FGV (BD) com o objetivo de preservar e promover a visibilidade nacional e internacional de sua produção científica, assim como atender à recomendação MEC/CAPES de integrar os sistemas de informação de teses e dissertações em meio eletrônico de acesso aberto. A BD é composta pelo Repositório de Teses-Dissertações-Objetos digitais (DSpace@FGV) e o Repositório de Periódicos e Revistas da FGV (OJS@FGV). No [DSpace@FGV](#) estão textos, imagens, arquivos de áudio ou vídeo ou qualquer outro conteúdo digital, organizado em “comunidades” que se dividem em sub-comunidades e podem conter diversas coleções de documentos.

No [OJS@FGV](#) estão os periódicos científicos e revistas da FGV que são disponibilizados online com acesso aos textos completos dos artigos.

A **Biblioteca** tem uma [política de desenvolvimento de coleções](#) que busca atender às solicitações do corpo docente, discente e de pesquisadores, bem como a dos próprios bibliotecários, que sugerem a aquisição de publicações, identificando lacunas a partir do atendimento ao leitor ou em função da pesquisa nos instrumentos de busca (catálogo de editoras, internet, etc.).

A aquisição de publicações se dá tanto por recursos definidos na previsão orçamentária anual da FGV, quanto por dotações oriundas de projetos de docentes e pesquisadores.

Toda **Comunidade FGV** tem acesso irrestrito ao acervo e aos serviços da BMHS.

## **ANEXO I –Informações complementares – Ano 2019.1**

1 . A biblioteca ocupa uma área total de **1.399,49 m2**, assim distribuída:

LOCAL	METRAGEM
<b>Biblioteca 7º Pav. – Ed. Sede (Acervo, Atendimento e Consulta)</b>	652,25 m²
<b>Biblioteca – Centro Cultural – Pav. Térreo (Recepção, Xerox e Acervo)</b>	616,07 m²
<b>Biblioteca – Centro Cultural – 2 Pav. (Administração/ Diretoria, Processamento Técnico, Sala de Reunião)</b>	131,17 m²

## 2. Pessoal técnico administrativo da biblioteca

CARGO	ADMINISTRAÇÃO	DESENV. COLEÇÕES	PROCESSAMENTO TÉCNICO	REFERÊNCIA	TOTAL
Bibliotecários	2	1	2	3	8
Administrativos	1	1		4	6
Estagiários	-	1		4	5
Jovem Aprendiz		1		2	3
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>13</b>	<b>22</b>

## 3. Recursos tecnológicos da biblioteca

SETOR	IMPRESSORAS				SCANNER	TORRES (7CDs)	ESTAÇÕES DE TRABALHO
	Térmica	Multifuncional	Colorida	Total			
<b>Chefia</b>	-	1	-	-		2	2
<b>Secretaria</b>	-					1	1
<b>Aquisição</b>	-	1	-	-	-	3	3
<b>Proc. Técnicos</b>	-	-	-	-	-	4	4
<b>Referência</b>	6	2	-	8	0	10	10
<b>Sala Multimídia</b>	-	-	-	-	-	1	1
<b>Usuários</b>	-	-	-	-	-	38	38
<b>Totais</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>8</b>		<b>59</b>	<b>59</b>

## ACERVO GERAL - BMHS

2019

		1o. SEMESTRE	
		Total	
		Tít.	Ex.
	Livros Impressos	92.700	131.445
	eBooks	1.692	940
	Teses, Dissertações e TCC's	8.123	8.459
	Fotografia	0	0
	Áudios	21	33
	Audiobooks	0	0
	Programas de Computador	3	4
	Vídeos	1.341	1.811
	Outros	0	0
	<b>Total - Obras em geral</b>	<b>103.880</b>	<b>142.692</b>
Publicações periódicas			
	Impressos	1.415	83.182
	eJournals	195	101
	<b>Total</b>	<b>1.610</b>	<b>83.283</b>
Analíticas de periódicos			
	Impressos	8.241	-
	eJournals	147	-
	<b>Total</b>	<b>8.388</b>	<b>-</b>
Analíticas de monografias			
	Livros Impressos	202	-
	eBooks	5	-
	<b>Total</b>	<b>207</b>	<b>-</b>
<b>Total de títulos e exemplares</b>		<b>105.490</b>	<b>225.975</b>

## ASSENTOS

Localização	Estudo individual	Estudo em grupo	Total (estudo)	Terminais de consulta	Acessibilidade	Sala multimídia (acentos)	Lazer	Laboratório (computadores)	Total
BMHS (7 Andar)	11	28	39	4	0	6	8	0	57
Centro Cultural 1º pavimento	92	0	92	13	2	0	15	20	142
Centro Cultural 2º pavimento	10	24	34	0	0	0	4		38

<b>Total Centro Cultural</b>	<b>102</b>	<b>24</b>	<b>126</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>20</b>	<b>179</b>
<b>Total Geral</b>	<b>113</b>	<b>52</b>	<b>165</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>27</b>	<b>20</b>	<b>236</b>

### 7.3. Política de acessibilidade

A IES pode ser acessada por duas entradas principais, todas franqueadas a cadeirantes. Na entrada da Rua Barão de Itambi, há tanto uma ampla rampa com acesso à portaria da IES como também elevadores ao nível da rua, que podem ser operados por profissionais especializados. Na entrada da Praia de Botafogo, também há elevador especial para cadeirantes. Finalmente, o Centro Cultural da FGV pode ser acessado por rampa que parte da rua.

No interior do prédio em que fica a IES, encontram-se banheiros adaptados com barras, espaços de ampla circulação sem obstáculos, e acesso facilitado a salas de aulas, auditórios e órgãos de apoio administrativo.

No caso específico de alunos com deficiência de visão, a instituição se compromete a proporcionar, quando e se demandada, os seguintes equipamentos: máquina de datilografia Braille, impressora Braille acoplada a computador, sistema de síntese de voz; gravador e fotocopadora que amplie textos; software de ampliação de tela; equipamento para ampliação de textos para atendimento a aluno com visão subnormal; lupas, régua de leitura; scanner acoplado a computador; computador com software especializado para a conversão de texto em áudio (DOSVOX ou similar).

No caso de alunos com deficiências auditivas, a IES está comprometida a oferecer, se e quando demandada: a presença de intérprete de LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou atividades que venham a complementar processos avaliativos específicos; correção flexível de avaliação, levando em conta aspectos semânticos do raciocínio do estudante; orientação dos docentes a respeito das necessidades específicas do estudante.

A BHMS, por sua vez, conta com duas mesas ergonômicas especiais para cadeirantes, equipadas com suporte para monitor LCD Multidirecional e suporte para livros multidirecional. Os computadores da unidade estão equipados com programas adequados

para portadores de necessidades especiais, tais como Jaws, Nvda e DosVox, e a equipe da biblioteca está preparada para orientar esse público no uso dos recursos tecnológicos e na consulta ao acervo.

#### **7.4. Serviço Médico e Assistência Social**

Para atendimentos de emergência, a IES dispõe de um Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho (SESMT), localizado no 15º andar do edifício-sede. O serviço funciona de segunda a sexta, de 08 às 22 horas. A equipe é composta por dois médicos em revezamento, duas enfermeiras e uma secretária. Junto ao SEMST funciona o serviço de assistência social, que conta com uma assistente social da Mantenedora.

### **VIII- AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

A política de avaliação da IES tem seu eixo central na Comissão Própria de Avaliação (CPA), que está em constante diálogo com outras instâncias e mecanismos avaliativos que regem o desenvolvimento institucional da IES.

A Comissão Própria de Avaliação é composta por: 1 (um) membro externo da sociedade civil organizada representante da Comunidade, 3 (três) membros do corpo docente em tempo integral, 1 membro docente extra carreira, 2 (dois) representantes do corpo discente, e 3 membros do corpo técnico-administrativo, todos escolhidos na forma da legislação vigente. A forma de escolha dos representantes e as atribuições da CPA constam no regimento da IES tal como segue:

§ 1º Os representantes da Comunidade serão escolhidos pela Congregação ou pela Direção da IES com mandato de 2 (dois) anos.

§ 2º Os representantes do corpo docente são eleitos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos.

§ 3º Os representantes do corpo discente e o membro do corpo técnico-administrativo serão indicados pelo seus pares e terão mandato de 2 (dois) anos.



A CPA da Escola de Ciências Sociais reúne-se no mínimo duas vezes ano, embora seu trabalho de acompanhamento de dados seja contínuo. A metodologia de seu trabalho prevê a integração com outros setores da IES e da Mantenedora que são cruciais para o fornecimento de dados necessários para o acompanhamento institucional. Particularmente importantes são os seguintes órgãos: Secretaria Administrativa da IES, Secretaria de Registro Acadêmico da Mantenedora, Núcleo de Apoio Pedagógico e Ouvidoria. Importante ressaltar que a Ouvidoria tem um canal eletrônico direto com a CPA, por intermédio do qual são recebidas as reclamações feitas pelo corpo discente e docente.

O cronograma anual de atuação da CPA atende os procedimentos a seguir: a primeira reunião do ano estabelece o plano de trabalho anual e analisa o relatório anual referente ao ano anterior, cuja postagem no sistema E-MEC ocorre usualmente no período entre março e abril. Nessa reunião, são apresentadas eventuais modificações no principal instrumento utilizado pela CPA, que é um questionário online e anônimo que mede as percepções da comunidade acadêmica (alunos, professores e técnico-administrativos) sobre as principais dimensões do desenvolvimento institucional da IES. Em seguida, o coordenador sintetiza os principais resultados presentes no relatório da CPA em um resumo executivo que é apresentado nas instâncias colegiadas (Conselho de Coordenação, Colegiado de Graduação e Congregação) e divulgado em formato eletrônico para estudantes. O relatório também é postado no site da IES, na íntegra. A segunda reunião, feita no segundo semestre, é o momento em que a CPA finaliza o instrumento a ser aplicado no final do corrente ano.

Além do relatório feito pela CPA, exigência regulatória básica, a IES também produz um Relatório Anual solicitado pela Mantenedora, e que deve trazer os principais indicadores institucionais solicitados pela FGV. Esse Relatório, circulado entre todos os docentes e técnico-administrativos, verifica o cumprimento de metas estabelecidas pela Mantenedora no seu planejamento de longo prazo.

Finalmente, importante ressaltar que a cultura de avaliação perpassa a IES em vários níveis, para além do trabalho da CPA. Assim, as avaliações do trabalho docente feitas pelos alunos são debatidas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico e são fundamentais para a organização acadêmica feita pela Coordenação de Ensino de Graduação. Do mesmo modo, o processo trienal de avaliação da produção intelectual dos docentes feito por comissão externa autônoma é crucial para orientar a Direção da IES nos processos de progressão funcional e aumento salarial.

## 8.1. Formas de participação da comunidade acadêmica, técnica e administrativa, incluindo a atuação da Comissão Própria de Avaliação

A forma de participação dos diversos segmentos da IES está contemplada em conformidade com a Lei Nº 10.861 garantindo de acordo com o constante no regimento que todos os segmentos façam parte da Comissão Própria de Avaliação e que nenhum dos segmentos constitua maioria absoluta em relação à soma dos demais. Assim, os diferentes órgãos colegiados da instituição atuarão sempre no sentido de assegurar não só a participação efetiva dos diferentes segmentos, mas também a observância dos termos e exigências do SINAES, de acordo com o previsto em sua normatização e na Portaria 1.264, de 17 de outubro de 2008.

Além disso, a IES procura garantir que o trabalho regular da CPA seja amplamente conhecido pela comunidade, tanto por meio da divulgação de resultados, como da eventual realização de reuniões de sensibilização com os funcionários técnico-administrativos.

## 8.2. Formas de utilização dos resultados das avaliações

No caso do Relatório elaborado pela CPA, os dados e as análises são nas principais instâncias colegiadas, nas quais diferentes aspectos institucionais são debatidos. Assim, no Colegiado de Graduação, os dados são utilizados para aprimorar processos didático-pedagógicos, reorganizar planejamento acadêmico e incrementar as políticas de ensino, de atendimento aos discentes e de extensão. No caso do Conselho de Coordenação, as análises servem para subsidiar debates sobre políticas de gestão, infraestrutura física e políticas de pessoal. Na Congregação, o relatório da CPA orienta debates sobre políticas de ensino e de pesquisa, fundamentalmente. Finalmente, o NAP vale-se dos resultados da CPA para acompanhar políticas discentes.

# IX - ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

## 9.1. Planejamento econômico-financeiro

A capacidade e a sustentabilidade financeira da IES são demonstradas por meio de seus balanços. No que se refere às receitas, as principais fontes são as mensalidades oriundas dos cursos de graduação e do mestrado profissional, bem como da execução de projetos de pesquisa aplicada. A inadimplência tem se mantido em níveis bastante reduzidos, estando bem administrada. O CPDOC possui também forte tradição de captação de recursos para custeio de pesquisas e atividades de preservação, organização e disponibilização de seu acervo documental, destacando-se editais de agências de fomento à pesquisa e recursos captados através de leis de incentivo cultural. Além disso, realiza receita através da oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* e outros de menor duração através do Instituto de Desenvolvimento Educacional (IDE) da FGV.

<b>Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC) - 2019 a 2023</b>					
<b>Receitas</b>					
	<b>Receitas</b>				
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>Anuidades/Mensalidades</b>	1.200.339	1.248.353	1.298.287	1.350.219	1.404.227
<b>Taxas/Secretaria</b>	100	100	100	100	100
<b>Financeiras</b>	1.089	1.132	1.177	1.225	1.274
<b>Serviços</b>	2.000	2.000	2.000	2.000	2.000
<b>Diversos</b>	0	0	0	0	0
<b>RECEITA BRUTA</b>	1.203.528	1.251.585	1.301.565	1.353.543	1.407.601
<b>DESCONTOS</b>					
<b>Bolsas</b>	601.813	625.886	650.921	676.958	704.037
<b>Inadimplência</b>	52.294	54.386	56.561	58.824	61.177
<b>TOTAL DESCONTOS</b>	654.107	680.272	707.483	735.782	765.213
<b>Receita Operacional</b>	549.421	571.314	594.082	617.761	642.388

<b>Despesas</b>					
	<b>Despesas</b>				
	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>1. PESSOAL</b>					
<b>Docente</b>	2.764.135	2.874.700	2.989.688	3.109.276	3.233.647
<b>Técnicos e Administrativo</b>	519.342	540.116	561.720	584.189	607.557
<b>Encargos</b>	3.536.742	3.678.212	3.825.340	3.978.354	4.137.488
<b>Sub-Total 1</b>	6.820.219	7.093.028	7.376.749	7.671.819	7.978.691
<b>2. MANUTENÇÃO</b>					
<b>Consumo</b>	4.770	4.961	5.159	5.365	5.580
<b>Aluguel</b>					
<b>Sub-Total 2</b>	4.770	4.961	5.159	5.365	5.580
<b>3. INVESTIMENTO</b>					
<b>Mobília</b>	27.085	28.168	29.295	30.467	31.685

<b>Reformas/salas de aula/laboratório</b>	32.554	33.856	35.210	36.619	38.083
<b>Biblioteca e Acervo</b>	9.731	10.120	10.525	10.946	11.383
<b>Equipamento de Informática/Computadores</b>	52.086	54.170	56.336	58.590	60.933
<b>Diversos</b>	19.532	20.314	21.126	21.971	22.850
<b>Sub-Total 3</b>	140.988	146.627	152.492	158.592	164.936
<b>4. OUTROS</b>					
<b>Treinamento</b>	25.950	25.950	25.950	25.950	25.950
<b>Pesquisa e Extensão</b>	50.200	52.208	54.296	56.468	58.726
<b>Evento</b>	7.313	7.605	7.909	8.226	8.555
<b>Sub-Total 4</b>	83.462	85.763	88.155	90.643	93.231
<b>TOTAL</b>	7.049.439	7.330.378	7.622.555	7.926.419	8.242.438

## **ANEXO 01**

# **PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS DA ESCOLA DE CIÊNCIAS  
SOCIAIS DA FGV/RJ**

**Julho de 2019**

# Sumário

## Sumário

1. CARACTERIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DE CURSO .....	12
2. IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA, DA IES E DOS CURSOS.....	12
3. APRESENTAÇÃO.....	13
4. JUSTIFICATIVA DO CURSO .....	14
5. PERFIL DO CURSO .....	15
6. PERFIL DO EGRESSO.....	18
7. FORMA DE ACESSO .....	21
8. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO .....	23
9. SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	24
10. O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO .....	26
11. ATIVIDADES COMPLEMENTARES.....	27
12. POLÍTICA DE ESTÁGIO .....	28
13. ITINERÁRIO FORMATIVO .....	29
14. EMENTÁRIO .....	30
15. ELETIVAS.....	102
<b>14.1 Introdução às Ciências Sociais .....</b>	<b>30</b>
<b>14.1.1 Ementa .....</b>	<b>31</b>
<b>14.1.2 Objetivos .....</b>	<b>31</b>
<b>14.1.3 Bibliografia Básica .....</b>	<b>31</b>

14.1.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	32
14.2 Introdução ao estudo da História .....	32
14.2.1 Ementa .....	32
14.2.2 Objetivo .....	32
14.2.3 Bibliografia básica .....	33
14.2.4 Bibliografia complementar.....	33
14.3 Instituições Brasileiras .....	34
14.3.1 Ementa .....	34
14.3.2 Objetivos .....	34
14.3.3 Bibliografia Básica .....	34
14.3.4 Bibliografia complementar.....	35
14.4 Filosofia .....	35
14.4.1 Ementa .....	35
14.4.2 Objetivos .....	36
14.4.3 Bibliografia Básica.....	36
14.4.4 Bibliografia complementar.....	36
14.5 Oficina de Comunicação e Expressão .....	36
14.5.1 Ementa .....	37
14.5.2 Objetivos .....	37
14.6 Antropologia I .....	37
14.6.1 Ementa .....	37
14.6.2 Objetivos .....	37
14.6.3 Bibliografia Básica .....	38
14.6.4 Bibliografia complementar.....	38
14.7 Ciência Política I .....	38
14.7.1 Ementa .....	38
14.7.2 Objetivos .....	39
14.7.3 Bibliografia Básica .....	39
14.7.4 Bibliografia complementar.....	39
Palestra de Adam Przeworski – Evento CEBRAP (2019, São Paulo, 77 minutos). Disponível em <a href="https://www.youtube.com/watch?v=N_GRWwRzNIQ">https://www.youtube.com/watch?v=N_GRWwRzNIQ</a> .....	40
14.8 Sociologia I .....	40
14.8.1 Ementa .....	40
14.8.2 Objetivos .....	40
14.8.3 Bibliografia Básica .....	40
14.8.4 Bibliografia Complementar .....	41
14.9 Laboratório de Análise de Dados.....	41
14.9.1 Ementa .....	41
14.9.2 Objetivos .....	42
14.9.3 Bibliografia básica .....	42
14.10 História Contemporânea do Brasil I.....	43



14.10.1 Ementa.....	43
14.10.2 Objetivos.....	43
14.10.3 Bibliografia Obrigatória.....	43
14.10.4 Bibliografia Complementar .....	44
14.11 Antropologia 2 .....	45
14.11.1 Ementa.....	45
14.11.2 Objetivos.....	45
14.11.3 Bibliografia Básica .....	46
14.11.4 Bibliografia complementar.....	46
14.12 Ciência Política 2 .....	46
14.12.1 Ementa.....	47
14.12.2 Objetivos.....	47
14.12.3 Bibliografia Básica .....	47
14.12.4 Bibliografia complementar.....	47
14.13 Sociologia 2 .....	48
14.13.1 Ementa.....	48
14.13.2 Objetivos.....	48
14.13.3 Bibliografia básica .....	48
14.13.4 Bibliografia complementar.....	49
14.14 METODOLOGIA QUANTITATIVA I .....	49
14.14.1 Ementa.....	49
14.14.2 Objetivos.....	49
14.14.3 Bibliografia básica .....	50
14.15 História Contemporânea do Brasil I.....	50
14.15.1 Ementa.....	50
14.15.2 Objetivos: .....	51
14.15.3 Bibliografia básica .....	51
14.15.4 Bibliografia complementar.....	51
14.16 Antropologia 3 .....	52
14.16.1 Ementa.....	52
14.16.2 Objetivos.....	52
14.16.3 Bibliografia básica .....	53
14.16.4 Bibliografia complementar.....	53
14.17 Ciência Política 3 .....	54
14.17.1 Ementa.....	54
14.17.2 Objetivos.....	54
14.17.3 Bibliografia básica .....	54
14.17.4 Bibliografia complementar.....	55
14.18 Sociologia 3 .....	55
14.18.1 Ementa.....	55
14.18.2 Objetivos.....	55

14.18.3 Bibliografia básica .....	56
14.18.4 Bibliografia complementar.....	56
14.19 Metodologia Quantitativa II .....	56
14.19.1 Ementa.....	56
14.19.2 Objetivos.....	57
14.19.3 Bibliografia básica .....	57
14.19.4 Bibliografia complementar.....	57
14.20 Formação do Mundo Contemporâneo .....	58
14.20.1 Ementa.....	58
14.20.2 Objetivos.....	58
14.20.3 Bibliografia básica .....	58
14.20.4 Bibliografia complementar.....	58
14.21 Metodologia Qualitativa I .....	59
14.21.1 Ementa.....	59
14.21.2 Objetivos.....	59
14.21.3 Bibliografia básica .....	60
14.21.4 Bibliografia complementar.....	60
14.22 Interpretações do Brasil .....	61
14.22.1 Ementa.....	61
14.22.2 Objetivos.....	61
14.22.3 Bibliografia básica .....	62
14.22.4 Bibliografia complementar.....	62
14.23 Metodologia Qualitativa II .....	63
14.23.1 Ementa.....	63
14.23.2 Objetivos.....	63
14.23.3 Bibliografia básica .....	63
14.23.4 Bibliografia complementar.....	64
14.24 Trabalho de Conclusão de Curso I.....	65
14.24.1 Ementa.....	65
14.24.2 Objetivo .....	65
14.25 Trabalho de Conclusão de Curso II.....	65
14.25.1 Ementa.....	66
14.25.2 Objetivos.....	66
14.26 Tópicos em Antropologia I.....	65
14.26.1 Ementa.....	66
14.26.2 Objetivos.....	66
14.26.3 Bibliografia básica .....	67
14.26.4 Bibliografia complementar.....	67
14.27 Tópicos em Antropologia II.....	67
14.27.1 Ementa.....	68
14.27.2 Objetivos.....	68

14.27.3 Bibliografia básica.....	67
14.27.4 Bibliografia complementar.....	68
14.28 Tópico em Antropologia III .....	70
14.28.1 Ementa.....	70
14.28.2 Objetivos.....	70
14.29 Tópicos em antropologia IV.....	71
14.29.1 Ementa.....	71
14.29.2 Objetivo .....	72
14.29.3 Bibliografia Básica .....	72
14.29.4 Bibliografia complementar.....	72
14.30 Tópicos em antropologia V.....	73
14.30.1 Ementa.....	73
14.30.2 Objetivos.....	73
14.30.3 Bibliografia obrigatória .....	73
14.30.4 Bibliografia complementar.....	73
14.31 Tópicos em antropologia VI.....	74
14.31.1 Ementa.....	74
14.31.2 Objetivos.....	74
14.31.3 Bibliografia obrigatória .....	74
14.31.4 Bibliografia complementar.....	74
14.32 Tópicos em antropologia VII.....	75
14.32.1 Ementa.....	75
14.32.2 Objetivos.....	75
14.32.3 Bibliografia obrigatória .....	75
14.32.4 Bibliografia complementar.....	76
14.33 Tópicos em antropologia VIII.....	76
14.33.1 Ementa.....	76
14.33.2 Objetivos.....	76
14.33.3 Bibliografia Básica .....	76
14.33.4 Bibliografia complementar.....	77
14.34 Tópicos em Sociologia I .....	77
14.34.1 Ementa.....	77
14.34.2 Objetivos.....	77
14.34.3 Bibliografia Básica .....	78
14.34.4 Bibliografia complementar.....	78
14.35 Tópicos em Sociologia II .....	78
14.35.1 Ementa.....	78
14.35.2 Objetivos.....	78
14.35.3 BIBLIOGRAFIA BÁSICA .....	79
14.35.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	79

14.36 Tópico em Sociologia III .....	79
14.36.1 Ementa.....	79
14.36.2 Objetivos.....	80
14.36.3 Bibliografia básica .....	80
14.36.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	80
14.37 Tópicos em Sociologia IV .....	80
14.37.1 Ementa.....	80
14.37.2 Objetivos.....	81
14.37.3 Bibliografia Básica .....	81
14.37.4 Bibliografia complementar.....	81
14.38 Tópicos em Sociologia V .....	81
14.38.1 Ementa.....	81
14.38.2 Objetivos.....	82
14.38.3 Bibliografia básica .....	82
14.38.4 Bibliografia complementar.....	82
14.39 Tópicos em Sociologia VI .....	83
14.39.1 Ementa.....	83
14.39.2 Objetivos.....	83
14.39.3 Bibliografia básica .....	83
14.39.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	83
14.40 Tópicos em Sociologia VII .....	84
14.40.1 Ementa.....	84
14.40.2 Objetivos.....	84
14.40.3 Bibliografia básica .....	84
14.40.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	84
14.41 Tópico em Sociologia VIII .....	85
14.41.1 Ementa.....	85
14.41.2 Objetivos.....	85
14.41.3 Bibliografia obrigatória .....	85
14.41.4 Bibliografia complementar.....	86
14.42 Tópicos em Ciência Política I .....	86
14.42.1 Ementa.....	86
14.42.2 Objetivos.....	86
14.42.3 BIBLIOGRAFIA BÁSICA .....	86
14.42.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	87
14.43 Tópicos em Ciência Política II .....	87

14.43.1 Ementa.....	87
14.43.2 Objetivo .....	87
14.43.3 Bibliografia básica .....	88
14.43.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	88
14.44 Tópicos em Ciência Política III.....	88
14.44.1 Ementa.....	88
14.44.2 Objetivos.....	89
14.44.3 Bibliografia básica .....	89
14.44.4 Bibliografia complementar.....	89
14.45 Tópicos em Ciência Política IV.....	89
14.45.1 Ementa.....	90
14.45.2 Objetivos.....	90
14.45.3 Bibliografia básica .....	90
14.45.4 Bibliografia complementar.....	90
14.46 Tópicos em Ciência Política V .....	91
14.46.1 Ementa.....	91
14.46.2 Objetivos.....	91
14.46.3 Bibliografia básica .....	91
14.46.4 Bibliografia complementar.....	92
14.47 Tópicos em Ciência Política VI .....	92
14.47.1 Ementa.....	92
14.47.2 Objetivos.....	92
14.47.3 Bibliografia básica .....	92
14.47.4 Bibliografia complementar.....	93
14.48 Tópicos em Ciência Política VII .....	93
14.48.1 Ementa.....	93
14.48.2 Objetivos.....	94
14.48.3 Bibliografia básica .....	94
14.48.4 Bibliografia complementar.....	94
14.49 Tópicos em Ciência Política VIII .....	94
14.49.1 Ementa.....	95
14.49.2 Objetivos.....	95
14.49.3 Bibliografia básica .....	95
14.49.4 Bibliografia complementar.....	95
14.50 Oficina de Pesquisa Aplicada I .....	96
14.50.1 Ementa.....	96
14.50.2 Objetivos.....	96
14.50.3 Bibliografia básica .....	96
14.50.4 Bibliografia complementar.....	96
14.51 Oficina de Pesquisa Aplicada II.....	96

14.51.1 Ementa.....	97
14.51.2 Objetivos.....	97
14.51.3 Bibliografia básica .....	98
14.51.4 Bibliografia complementar.....	98
14.52 Oficina de Pesquisa Aplicada III.....	97
14.52.1 Ementa.....	98
14.52.2 Objetivos.....	99
14.52.3 Bibliografia básica .....	99
14.52.4 Bibliografia complementar.....	99
14.53 Oficina de Pesquisa Aplicada IV.....	99
14.53.1 Ementa.....	100
14.53.2 Objetivos.....	100
14.53.3 Bibliografia básica .....	100
14.53.4 Bibliografia complementar.....	100
14.54 Oficina de Pesquisa Aplicada V.....	100
14.54.1 Ementa.....	101
14.54.2 Objetivos.....	101
14.54.3 Bibliografia básica .....	101
14.54.4 Bibliografia complementar.....	101
14.55 Oficina de Pesquisa Aplicada VI.....	101
14.55.1 Ementa.....	101
14.55.2 Objetivos.....	101
14.55.3 Bibliografia básica .....	102
14.55.4 Bibliografia complementar.....	102
14.56 Oficina de Pesquisa Aplicada VII.....	102
14.56.1 Ementa.....	102
14.56.2 Objetivos.....	102
14.56.3 Bibliografia básica .....	103
14.56.4 Bibliografia complementar.....	103
15.1 História do Tempo Presente.....	102
15.1.1 Ementa .....	103
15.1.2 Objetivos .....	103
15.1.3 Bibliografia básica .....	103
15.1.4 Bibliografia complementar.....	104
15.2 História e Teoria Social.....	103
15.2.1 Ementa .....	104
15.2.2 Objetivos .....	104
15.2.3 Bibliografia básica .....	104
15.2.4 Bibliografia complementar.....	105
15.3 Introdução às Humanidades Digitais.....	104
15.3.1 Ementa .....	105

15.3.2 Objetivos .....	105
15.3.3 Bibliografia básica .....	106
15.3.4 Bibliografia complementar .....	106
15.4 Arte e Sociedade .....	108
15.4.1 Ementa .....	108
15.4.2 Objetivo .....	108
15.4.3 Bibliografia Básica .....	108
15.4.4 Bibliografia complementar .....	109
15.5 Documentário e Direitos Humanos .....	109
15.5.1 Ementa .....	109
15.5.2 Objetivos .....	110
15.5.3 Bibliografia obrigatória .....	110
15.5.4 Bibliografia complementar .....	111
15.6 Memória e Sociedade .....	111
15.6.1 Ementa .....	111
15.6.2 Objetivos .....	111
15.6.3 Bibliografia Básica .....	112
15.6.4 Bibliografia complementar .....	112
15.7 Patrimônio Histórico e Cultural .....	113
15.7.1 Ementa .....	113
15.7.2 Objetivos .....	113
15.7.3 BIBLIOGRAFIA BÁSICA .....	113
15.7.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	113
15.8 Imagem e Ciências Sociais .....	114
15.8.1 Ementa .....	114
15.8.2 Objetivos .....	114
15.8.3 Bibliografia básica .....	115
15.8.4 BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR .....	115
15.9 Instituições Culturais e de Memória .....	116
15.9.1 Ementa .....	116
15.9.2 Objetivos .....	116
15.9.3 Bibliografia Básica .....	116
15.9.4 Bibliografia complementar .....	117
15.10 Planejamento e Financiamento de Projetos .....	117
15.10.1 Ementa .....	118
15.10.2 Objetivos .....	118
15.10.3 Bibliografia básica .....	118
15.10.4 Bibliografia complementar .....	118

15.11 Justiça de Transição .....	119
15.11.1 Ementa.....	119
15.11.2 Objetivos.....	120
15.11.3 Bibliografia obrigatória .....	120
15.11.4 Bibliografia complementar.....	120
15.12 História das Relações Internacionais .....	121
15.12.1 Ementa.....	121
15.12.2 Objetivos.....	121
15.12.3 Bibliografia básica .....	121
15.12.4 Bibliografia complementar.....	122
15.13 Geopolítica e Governança Transnacional .....	122
15.13.1 Ementa .....	122
15.13.2 Objetivos.....	122
15.13.3 Bibliografia básica .....	123
15.13.4 Bibliografia complementar.....	123
15.13.5 Filmografia .....	123
15.14 Movimento e Temas Contemporâneos .....	124
15.14.1 Ementa .....	124
15.14.2 Objetivos .....	124
15.14.3 Bibliografia básica .....	124
15.14.4 Bibliografia complementar.....	1255
15.14.5 Filmografia.....	125

## 1. Caracterização Institucional e de Curso

<b>Mantenedora</b>	<b>Fundação Getulio Vargas</b>
<b>Endereço</b>	<b>Praia de Botafogo 190 - 22250-900 Rio de Janeiro - RJ</b>
<b>Mantida</b>	<b>Escola de Ciências Sociais</b>
<b>Curso</b>	<b>Bacharelado em Ciências Sociais</b>
<b>Portaria de Autorização</b>	<b>Portaria MEC 1.294 de 19/04/2005</b>
<b>Regime</b>	<b>Anual</b>
<b>Carga Horária</b>	<b>2.400 h/a</b>
<b>Período Mínimo de Integralização</b>	<b>6 semestres</b>
<b>Período Máximo de</b>	<b>8 anos</b>
<b>Coordenador</b>	<b>Profa. Martina Spohr Gonçalves</b>

## 2. Identificação da mantenedora, da IES e dos cursos.



A ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL-CPDOC é um estabelecimento isolado de ensino superior, com limite territorial circunscrito ao Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Getúlio Vargas, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, e com seu estatuto registrado no 17º Cartório de Ofícios e Notas, da Comarca do Rio de Janeiro, em 20 de dezembro de 1944. Credenciada pela Portaria 1294 de 19 de Abril de 2005, publicada no Diário Oficial de 20 de abril de 2005, a Escola de Ciências Sociais recebeu autorização de funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais pela Portaria 1295, de 19 de Abril de 2005, publicada no Diário Oficial de 20 de abril do mesmo ano. O curso foi reconhecido pela Portaria n.255, de julho de 2011. A primeira turma de Ciências Sociais iniciou suas atividades regulares em Fevereiro de 2006.

A IES possui um de graduação ativo, o Bacharelado em Ciências Sociais, em funcionamento desde 2006, e um curso em processo de desativação a ser finalizado em 2020, a Licenciatura em História autorizada pela Portaria 604, de 27 de Agosto de 2008. O curso de Ciências Sociais tem carga horária de 2400 h/a, incluídas 300 horas de Atividades Complementares distribuídas ao longo dos períodos regulares do curso e previsão de integralização em um mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) semestres.

### **3. Apresentação**

Este Projeto Político-Pedagógico é o resultado de doze anos de experiência de graduação da Escola de Ciências Sociais. Ele sintetiza o aprendizado realizado ao longo desse percurso por professores, estudantes e funcionários, e foi discutido ao longo de 2018 por meio de um processo democrático iniciado pelo Núcleo Docente Estruturante, debatido em uma comissão especial de reforma curricular composta por docentes e discentes, e consolidado em reunião de Colegiado de graduação de Ciências Sociais.

Ao longo do ano, diversos documentos instruíram o debate e foram fundamentais para a atualização do PPC. Em primeiro lugar, utilizamos como documento norteador as Diretrizes Nacionais Curriculares para Ciências Sociais, aprovadas pelo Parecer CNE/CES 492/2001. Também incorporamos as recomendações propostas na Lei 10.639/2003, que versa sobre a História dos povos indígenas e da população afro-brasileira, o Parecer

CNE/CPE de 2012, que versa sobre o ensino de Direitos Humanos e o Parecer CNE 14/2012, que orienta sobre as diretrizes nacionais curriculares para a Educação Ambiental.

A Escola de Ciências Sociais tem seu interesse voltado para a formação de alunos para o desempenho profissional exigido pela realidade contemporânea. Mais do que formar especialistas, busca-se desenvolver um trabalho que torne os alunos capazes de entender criticamente a sociedade e as ações dos profissionais como um processo multidisciplinar e integrado, no qual o exercício da liderança e da cidadania é fundamental.

A concepção que subsidia os pressupostos epistemológicos e metodológicos do curso é a de que as Ciências Sociais incluem caminhos diversos e se definem pela pluralidade de perspectivas, o que responde pela vitalidade e plasticidade desse campo do conhecimento que, na feliz expressão de Max Weber, é formado pelas “ciências de eterna juventude”. Confirmam ainda outro aspecto de suma importância para compreender a vocação de pesquisa da Instituição e sua relevância no cenário da produção no campo das Ciências Sociais: o cruzamento da História com as Ciências Sociais como identificação da produção intelectual do Centro de Pesquisa e Documentação em História do Brasil Contemporâneo, instituição criada em 1973 e que deu origem à Escola de Ciências Sociais.

Este novo PPC procura atualizar essa vocação interdisciplinar, reforçando o experimentalismo que sempre marcou a Escola e apostando na formação de um cientista social plural, com fortes habilidades para pesquisa empírica e prática profissional

#### **4. Justificativa do curso**

Ao longo desses anos, a Escola de Ciências Sociais tem reforçado seu investimento na área de ensino em diversos níveis, graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, cursos livres e de formação continuada. Atualmente, contamos com um Mestrado Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais, um Mestrado e um Doutorado Acadêmicos em História, Política e Bens Culturais, além de um conjunto de cursos de pós-graduação lato sensu (Relações Internacionais, Cinema Documentário, e Bens Culturais: Cultura, Economia e Gestão). No âmbito da graduação, o investimento no bacharelado em Ciências Sociais parte de um diagnóstico de que, a despeito da cidade do Rio de Janeiro contar com um número razoável de graduações na mesma área, faltava um curso que

oferecesse uma perspectiva interdisciplinar e contemporânea aos jovens egressos do ensino médio, com vinculação estreita entre teoria e prática de pesquisa.

O novo PPC confirma a aposta original da Escola, e procura renová-la à luz dos desafios colocados para os cientistas sociais em uma sociedade que em uma sociedade que passa por profundos e acelerados processos de mudanças político-culturais e socioeconômicas. Entre os principais temas que demandam o trabalho qualificado desses profissionais, destacamos: a) a persistência da desigualdade social, a despeito de significativos avanços nas últimas décadas; b) a falta de uma cultura sólida de Direitos Humanos, como evidenciam os indicadores de violência e letalidade policial no país; c) os efeitos persistentes do racismo na sociedade brasileira; d) a crescente internacionalização da economia brasileira, que produz novas configurações culturais e identitárias e crescentes desequilíbrios ambientais. Esses principais desafios nos fizeram repensar a graduação de forma a contribuir para a formação de cientistas sociais que não apenas detenham o instrumental teórico-metodológico, mas também a formação humanística que os habilitará a identificar os pontos sensíveis de nossa agenda democrática. Análise de temas como racismo, mudança climática, desigualdades e violência, devem estar na pauta de todo profissional formado pela Escola de Ciências Sociais.

## **5. Perfil do curso**

O novo perfil do curso parte do diagnóstico de que a formação tradicional do cientista social sofre de um duplo problema: a) por um lado, uma ênfase excessiva no aprendizado enciclopédico de teorias; b) por outro, a falta de uma articulação mais coerente das habilidades metodológicas necessárias, frequentemente cindidas em falsas oposições, como, por exemplo, entre “quantitativo” e “qualitativo”.

Desse modo, o curso pretende atuar na formação dos alunos enfrentando um dos problemas dos cursos de Ciências Sociais, que consiste no fechamento da orientação apenas no sentido de oferecer condições aos que estão vocacionados academicamente para o campo, e que seguirão os passos da pós-graduação com vistas ao magistério de nível superior e à pesquisa. Entendemos, portanto, que nosso curso deve sinalizar para possibilidades diversas: quem tem definida a vocação acadêmica encontrará nele espaço para seu pleno desenvolvimento; os que se interessam e anseiam por uma participação

mais imediata em outras áreas do mercado profissional encontrarão apoio e condições objetivas para poderem se encaminhar profissionalmente nesse sentido.

A questão central que interessa ao nosso curso é administrar as tensões presentes na própria natureza das Ciências Sociais, produzindo uma mescla entre seus polos que leve nossos estudantes a conhecer as diferentes possibilidades, ampliando, assim, as chances de inserção dos nossos profissionais no mercado de trabalho. Precisamos, portanto, dosar corretamente atividades voltadas à profissionalização e à vida acadêmica; prover experiências de treinamento, pesquisa e trabalho; dar oportunidade de crescimento ao conjunto dos alunos. Todas essas são questões que nosso curso precisa considerar. Temos que procurar, de forma explícita e articulada, encontrar a mescla ideal para formar bons profissionais de Ciências Sociais.

O novo itinerário formativo consolidado em 2019 está dividido em três eixos: formação específica, formação complementar e formação livre. Os eixos contêm disciplinas obrigatórias e eletivas, e sua distribuição foi debatida pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso e pelo Colegiado de Graduação em Ciências Sociais.

O eixo de formação específica contempla as disciplinas tidas como centrais para a formação do cientista social, pois desenvolvem as principais habilidades de pesquisa e reflexão teórica-metodológica que são exigidas do egresso. São elas: as disciplinas obrigatórias de Introdução às Ciências Sociais, Sociologia I, II e III, Antropologia I, II e III, Ciência Política I, II e III, duas disciplinas obrigatórias de Métodos e Técnicas de Pesquisa Qualitativa, duas disciplinas obrigatórias de Métodos e Técnicas de Pesquisa Quantitativa, o Laboratório de Análise de Dados e as duas disciplinas de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II). Esse eixo contempla 17 disciplinas de 60 horas, num total de 1020 horas obrigatórias, perfazendo 40% do curso.

O eixo de formação complementar abriga as seguintes disciplinas: Introdução ao Estudo da História, Instituições Brasileiras, Oficina de Comunicação e Expressão, Filosofia, Interpretações do Brasil, Formação do Mundo Contemporâneo, História do Brasil República I e História do Brasil República II, Oficina de Pesquisa Social Aplicada I, II e III, Tópicos em Antropologia/Sociologia/Ciência Política I, II e III, todas com 60 horas, num total de 660 horas obrigatórias, perfazendo pouco mais de 32,5% do curso.

Finalmente, o eixo de formação livre contempla 4 disciplinas eletivas de 60 horas e 300 horas de atividades complementares, num total de 840 horas de livre cumprimento, perfazendo aproximadamente 22,5% do total do curso.

A distribuição acima seguiu as recomendações das Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas em Parecer do CNE de 2001, no qual se pode ler que um dos princípios norteadores das DCNs é “criar uma estrutura curricular que estimule a autonomia intelectual, a capacidade analítica dos estudantes e uma ampla formação humanística”. Assim, o Colegiado optou por um itinerário formativo flexível, no qual a formação específica da área se dá em um conjunto de disciplinas obrigatórias distribuídas principalmente até o quinto semestre do curso, articulando conhecimentos teóricos e habilidades práticas de pesquisa social, e a formação humanística do estudante é articulada tanto no eixo complementar, que contém disciplinas obrigatórias, como no eixo de formação livre, inteiramente composto de eletivas e atividades complementares.

Dentro do eixo de formação complementar, através das disciplinas de tópicos, garantimos a possibilidade de escolha do aluno. Ele poderá optar por se dedicar a uma das grandes áreas das Ciências Sociais, podendo cursar os três tópicos dentro de uma grande área. Garantimos também a possibilidade de uma diversificação, caso o aluno queira cursar os tópicos em áreas diversas (Antropologia, Sociologia, Ciência Política). Possibilitamos ainda no eixo de formação complementar a profissionalização de nossos alunos através das disciplinas de Oficina de Pesquisa Social Aplicada, nas quais serão desenvolvidas atividades da prática profissional inerentes à formação do cientista social, tais como: ida a campo aplicar o método etnográfico; simulação de votações na Câmara dos Deputados; prática de construção e produção de um filme documentário, entre outras possibilidades.

O eixo de formação livre foi pensado justamente para valorizar a natureza interdisciplinar da Escola de Ciências Sociais da FGV, na qual um grande número de historiadores e outros profissionais atuam. Assim, espera-se que a oferta de disciplinas nesse eixo contemple a análise de problemas científicos dados pelo entrecruzamento de História, e Ciências Sociais.. Além disso, a possibilidade de organização de atividades de estágio e de iniciação científica está prevista nas atividades complementares, e a própria Escola de Ciências Sociais oferece espaços para o desenvolvimento de habilidades práticas, em especial nos estágios realizados no Núcleo de Audiovisual, na Coordenação de Documentação e no FGV Opinião.

O principal critério para o estabelecimento de disciplinas obrigatórias e eletivas foi a delimitação do que o Colegiado entendeu ser o conjunto fundamental e imprescindível de habilidades e competências desejadas para o egresso. Assim, as disciplinas obrigatórias que compõem os eixos de formações específicas e complementar objetivam formar pesquisadores capazes de dominar tanto os conhecimentos teórico-metodológicos básicos, como as habilidades interdisciplinares de pesquisa e da prática profissional

demandadas do cientista social contemporâneo. As eletivas, por sua vez, foram pensadas como desdobramentos da natureza interdisciplinar da Escola, e sua oferta periódica segue uma regularidade de 3 por semestre, particularmente a partir do 6º período letivo de integralização curricular sugerida. As disciplinas eletivas também têm como finalidade promover uma oxigenação no curso, trazendo para debates temas e desafios mais atuais e/ou pesquisas desenvolvidas mais recentemente.

Importante ressaltar que a preocupação com a agenda democrática das Ciências Sociais perpassa o itinerário formativo de modo transversal. A temática dos Direitos Humanos é discutida tanto na disciplina de Instituições Brasileiras, como nas obrigatórias de Antropologia, em que o estudante aprende a respeito da gênese do próprio conceito de individualismo moderno, e de Ciência Política, em que há debates programáticos sobre teoria dos direitos e da Justiça. Já a discussão sobre sustentabilidade também surge na disciplina de Instituições Brasileiras, perpassando conteúdos de formação livre e disciplinas do eixo complementar, como “Formação do Mundo Contemporâneo”. Finalmente, a educação para relações étnico-raciais é trabalhada tanto na disciplina de Instituições Brasileiras, como inspira debates programáticos no eixo de formação específica, particularmente nas disciplinas de Sociologia e Antropologia. Importante ressaltar também que as temáticas dos direitos humanos e do racismo são debatidas também nas disciplinas eletivas, como se pode ver no ementário que está no final deste PPC.

Finalmente, ressaltamos que é muito importante também garantir a pluralidade de pontos de vista em relação ao campo das Ciências Sociais. Por isso, o objetivo desta proposta é muito mais desenvolver as capacidades dos alunos do que dar-lhes argumentos para se “filiarem” a correntes ou tendências que disputam a “lealdade” de cientistas sociais desde a formação desta área de conhecimento. A atualização das questões obriga-nos a não nos deixarmos aprisionar por esquemas propostos em contextos históricos distintos. Reificar teorias é negar o próprio sentido delas. Podemos repetir Wright Mills e dizer que o curso deve, acima de tudo, estimular a “imaginação sociológica”, ou seja, aquilo que distingue o cientista social do simples técnico.

## **6. Perfil do egresso**

O perfil do egresso presente neste documento foi pensado tanto a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2001, como também dos Pareceres citados na

apresentação deste documento, e que preveem uma formação cidadã mais completa e integrada. No documento de 2001, pode-se ler que os perfis apontados para o egresso são os seguintes:

- Professor de ensino superior.
- Pesquisador seja na área acadêmica ou não acadêmica.
- Profissional que atue em planejamento, consultoria, formação e assessoria junto a empresas públicas, privadas, organizações não governamentais, governamentais, partidos políticos, movimentos sociais e atividades similares.

Acreditamos que a profissão se expandiu nos últimos anos, particularmente por conta da obrigatoriedade da disciplina de Sociologia no ensino médio, que impulsionou a criação de numerosos cursos de Licenciatura. Porém, é possível perceber também a presença de profissionais da área em empresas públicas, ONGs, e órgãos de administração, confirmando a relação entre o avanço do processo de democratização social e a maior relevância do conhecimento científico sobre a sociedade.

Diante desse quadro, a Escola renova seu compromisso com a formação de profissionais plurais, vocacionados tanto para a carreira acadêmica, como para ocupações nos mundos público e privado. Tal compromisso está alinhado ao novo PPC (2019-2022) da IES.

As recomendações caminham no sentido de que os programas contemplem a um só tempo formação, experiência de pesquisa e vivência profissional com disciplinas, estágios e participação em pesquisas. Esses pontos vão ao encontro do perfil que se buscou na formulação das propostas de curso aqui expostas.

De forma sintética, listamos como principais competências e habilidades esperadas do egresso do bacharelado em Ciências Sociais da FGV:

- Fortes habilidades metodológicas, com ênfase no domínio do instrumental básico da pesquisa empírica na área, tanto nas técnicas qualitativas, como nas técnicas quantitativas.
- Capacidade de articular conhecimentos teóricos fundamentais à análise empírica de problemas científicos.
- Capacidade de articular a produção de conhecimentos de modo interdisciplinar, particularmente por meio do diálogo com o saber historiográfico.

- Compromisso com a agenda democrática da sociedade brasileira, particularmente com temas contemporâneos, tais como: cultura dos direitos e combate ao racismo e às desigualdades sociais.

- Sensibilidade humanística e abertura para outras formas de análise da vida social.

Para atingir tais objetivos, é preciso encarar o itinerário formativo de modo integrado, contemplando não apenas a grade curricular, como também o ambiente acadêmico mais amplo vivenciado pelo estudante ao longo da graduação.

No caso da grade, a reforma curricular realizada em 2019 procurou reforçar a interdisciplinaridade, introduzindo novos componentes, como os tópicos nas três grandes áreas e as disciplinas práticas intituladas Oficina de Pesquisa Social Aplicada. As disciplinas de Métodos e Técnicas e o Laboratório de Análise de Dados são os espaços fundamentais para a formação das habilidades metodológicas, que serão exercitadas de modo autônomo nas disciplinas de TCC.

Já a sensibilização dos egressos para a agenda democrática proposta deve ser encarada de modo transversal, por meio da distribuição de conteúdos por toda a grade, iniciando-se com os cursos centrais de “Instituições Brasileiras” e “introdução às Ciências Sociais” e desenvolvendo-se nas disciplinas intermediárias do eixo de formação específica.

Além da grade, destacamos os Laboratórios de Pesquisa como espaços fundamentais para a construção dessas competências por parte dos egressos. Em 2019, podemos listar os seguintes Laboratórios que contam com participação de estudantes: Laboratório de Pensamento Social (LAPES), Laboratório de Estudos sobre Militares (LEM), Laboratório de Estudos de Instituições (LEI), Laboratório de Estudos do Esporte (LESP), Laboratório de Cultura Visual, Laboratório de Estudos do Turismo e o Laboratório de Humanidades Digitais.

Além dos Laboratórios, o curso conta com as oportunidades de trabalho acadêmico e estágio em três grandes áreas de atuação profissional do CPDOC. São eles: o Núcleo de Audiovisual e Documentário (NAD), que seleciona alunos para realizar gravações e edições de entrevistas e documentários realizados no âmbito dos diferentes projetos desenvolvidos pelo CPDOC e auxiliar na produção de eventos organizados pelo Núcleo, como o Cineclubes FGV; a Coordenação de Documentação, que seleciona estagiários para integrarem a equipe de organização do seu acervo histórico, que compreende documentos textuais, audiovisuais, sonoros e iconográficos; e o FGV Opinião, que seleciona alunos para auxiliar no



desenvolvimento dos projetos de pesquisa aplicada, atuando nas etapas de elaboração de questionários, montagem de tabelas e gráficos, processamento e tabulação dos dados, assim como na análise dos dados quantitativos. Estes são os espaços usualmente mobilizados para planejamento pedagógico de disciplinas da graduação e na reforma curricular ficaram responsáveis por ofertar o conteúdo prático dessas atividades através das disciplinas de Oficina de Pesquisa Social Aplicada, o que cria mais instâncias de desenvolvimento de habilidades metodológicas para pesquisa empírica e possibilita maior profissionalização do nosso corpo discente. As 300 horas de atividades complementares fazem parte do eixo de formação livre e são desenhadas de forma a contemplar o aproveitamento dos estágios e demais formas de inserção estudantil.

Como se vê, o compromisso da Escola é com a formação de profissionais com fortes habilidades metodológicas, vocação para pesquisa interdisciplinar, sensibilidade humanística e compromisso democrático.

## **7. Forma de acesso**

O Regimento da IES prevê em seu artigo 78 que o acesso aos cursos de graduação seja feito pelos seguintes mecanismos: a) exame de vestibular; b) ENEM; c) transferência; d) reingresso para portadores de diploma de nível superior; e) convênio cultural. Ao todo, a IES tem autorização para oferecer 50 vagas anuais, e a distribuição das mesmas é regulada anualmente por meio de edital de processos seletivos.

O vestibular é feito anualmente por um setor especializado da própria IES. As provas do processo seletivo têm por base os programas do Ensino Médio de acordo com conteúdos específicos indicados no Manual do Candidato disponibilizado pela IES no ato da inscrição. As provas ocorrem em dois módulos: objetivo e discursivo.

No período que antecede ao vestibular, com o objetivo de ampliar as possibilidades de escolha aos jovens que ingressam no Ensino Superior, a Fundação Getúlio Vargas vem executando um programa de debate, informação e orientação profissional aos estudantes do Ensino Médio. O programa consiste em um conjunto de atividades específicas dentro e fora da Instituição. Nesse conjunto estão contempladas as seguintes atividades:

- 1) palestras realizadas nas escolas de Ensino Médio, públicas e privadas, por professores da FGV, apresentando os cursos de graduação e informando sobre as profissões e as possibilidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho;

- 2) participação nas feiras de Orientação Vocacional promovidas pelas escolas de Ensino Médio com vistas à informação aos futuros candidatos sobre o processo seletivo e a dinâmica dos cursos;
- 3) palestras e aulas-convite oferecidas na FGV aos estudantes de diversos colégios sobre temas e questões relevantes a cada curso específico oferecido pela IES. Os alunos visitantes, acompanhados dos respectivos coordenadores das escolas, vivenciam uma situação de aula, ampliando assim os conhecimentos e alternativas frente à escolha profissional dos candidatos ao vestibular. A atividade de aulas-convite se completa com uma visita guiada aos diversos setores da instituição destinados aos cursos de graduação.
- 4) curso de Ciências Sociais moldados para alunos de Ensino Médio, chamado Experiência FGV CPDOC, oferecido semestralmente. Os alunos vinculados a qualquer escola se inscrevem gratuitamente para o processo seletivo. O curso acontece uma vez por semana, durante 8 semanas, e permite uma vivência de 2 meses de sala de aula dentro da IES e com seu respectivo corpo docente.
- 5) convite aos inscritos no vestibular para o evento CPDOC de Portas Abertas, que acontece uma vez ao ano, no segundo semestre. Neste evento os alunos podem assistir uma disciplina de sua escolha junto aos alunos matriculados na IES durante uma semana. O evento também promove uma visita guiada às instalações da IES.

A IES consolidou o uso do ENEM como instrumento de seleção nacional de estudantes, e seu edital de seleção anual tem previsto concessão de bolsas para os estudantes inscritos.

Os processos de reingresso para portadores de diploma e de transferência externa ocorrem duas vezes ao ano, usualmente ao final de cada semestre letivo, e são regulamentados por meio de editais específicos, que contemplam análise de histórico escolar e entrevistas com a coordenação da graduação. Semestralmente é aberto também o edital de dupla graduação da Mantenedora, que possibilita o ingresso de alunos provenientes das Escolas de Direito e Matemática Aplicada.

Ao final de todas as etapas descritas até aqui, os estudantes aprovados no processo seletivo são recebidos, individualmente, pelo Núcleo de Apoio Pedagógico. O encontro se dá em momento anterior à formalização da matrícula e tem como objetivo prestar esclarecimento detalhado sobre o curso, os regulamentos e as perspectivas de integração e de aproveitamento acadêmico das quais os futuros estudantes poderão usufruir. A Fundação

Getulio Vargas e a Escola de Ciências Sociais acreditam que tais encontros minimizam as inquietações naturais de jovens que ingressam no ensino superior, criando melhores condições pedagógicas para seu amadurecimento e aproveitamento intelectual. Completado o ciclo de entrevistas, os alunos e suas famílias são recebidos pela Coordenação da Escola e por um conjunto de professores para apresentação oficial dos cursos, exposição das oportunidades oferecidas pela IES e as expectativas de interação que constam do programa da Escola.

## **8. Sistema de avaliação do projeto do curso**

A avaliação do projeto do curso passa fundamentalmente por três instâncias específicas: o Colegiado de graduação em Ciências Sociais; a Congregação da IES; e a Comissão Própria de Avaliação da IES.

O Colegiado de Ensino de Graduação tem seu funcionamento regulamentado pelo Regimento da IES em sua Seção II, especialmente artigos 29 e 30. Fazem parte do Colegiado todos os professores que ministram disciplinas na graduação e um representante do corpo discente.

Já a Congregação da IES tem seu funcionamento regulamentado pelo Regimento da IES em seus artigos 7º, 8º, 9º, e 10º. Ela é o órgão máximo em assuntos didático-pedagógicos, e delibera sobre o desempenho da Escola e quiser mudanças e alterações em seus cursos e projetos de ensino. Deliberações do Colegiado que afetem estruturas de cursos de graduação devem ser aprovadas na Congregação.

Já a Comissão Própria de Avaliação é o órgão responsável pela avaliação do projeto de desenvolvimento institucional da IES, e deve se articular aos demais órgãos para aprimorar o processo de feedback de avaliações e críticas. Espera-se que os relatórios da CPA sejam apreciados nas reuniões da Congregação e do Colegiado de Graduação em Ciências Sociais.

Na sua atual configuração, a CPA da Escola tem a seguinte configuração: 1 (um) membro externo da sociedade civil organizada representante da Comunidade, 3 (três) membros do corpo docente em tempo integral, 1 membro docente extra carreira, 2 (dois)

representantes do corpo discente, e 3 membros do corpo técnico-administrativo, todos escolhidos na forma da legislação vigente, a saber:

- a) Os representantes da Comunidade serão escolhidos pela Congregação da IES ou pela Direção com mandato de 2 (dois) anos.
- b) Os representantes do corpo docente são eleitos por seus pares, para mandato de 2 (dois) anos.
- c) Os representantes do corpo discente e o membro do corpo técnico-administrativo serão indicados pelos seus pares para mandatos de 2 (dois) anos.

Caberá à própria comissão estabelecer a periodicidade de suas reuniões bem como as normas internas de seu funcionamento, desde que essas sejam definidas em consonância com a legislação vigente. O objetivo será sempre o de avaliar as atividades do curso, a qualidade da formação oferecida, a satisfação de docentes e discentes com relação aos objetivos e ações do curso no sentido de replanejar o que for necessário no sentido de manter o nível de excelência do curso.

Um dos principais instrumentos de avaliação periódica do curso é o sistema de avaliação de disciplinas, aplicado semestralmente, ao final de cada semestre, por intermédio de plataforma eletrônica fechada. Por meio desse questionário, os estudantes avaliam a qualidade de cada disciplina e o trabalho dos professores. Os resultados são disponibilizados para a Coordenação de Ensino de Graduação, que os repassa individualmente, em caráter reservado, para cada docente. O Núcleo de Apoio Pedagógico da IES também tem acesso a esses questionários, e pode convidar os docentes para reuniões caso seja detectada uma questão didático-pedagógica relevante.

## **9. Sistema de Avaliação do Processo de ensino-aprendizagem**

Os princípios que regem a avaliação do processo de ensino-aprendizagem são coerentes com o projeto pedagógico do curso e com o perfil desejado do egresso, e são aderentes aos valores que orientam o PDI da IES. Assim, as disciplinas contemplam

diferentes mecanismos de avaliação do desempenho dos estudantes, desde provas escritas em aula até seminários expositivos e trabalhos em grupo, passando por dinâmicas de produção de conhecimento inovadoras, como elaboração de materiais pedagógicos e produção de material audiovisual.

O curso estimula que os docentes pensem os mecanismos de avaliação a partir do perfil de egresso desejado, isto é, que busquem articular conhecimentos teóricos e práticos, além de competências metodológicas sólidas. Desta forma, a prática da escrita acadêmica deve ser valorizada, mas também se espera que o estudante demonstre capacidade de análise e interpretação de dados em outras modalidades de comunicação.

São previstos os seguintes instrumentos de aprendizagem:

- Provas escritas, aplicadas em sala de aula, versando sobre os conteúdos substantivos ministrados nas disciplinas.
- Trabalhos, individuais ou em grupo, feitos no domicílio, a partir de temas sugeridos pelos docentes, nos quais se espera a articulação entre conteúdos teóricos substantivos e problemas práticos.
- Seminários expositivos, nos quais os estudantes apresentem oralmente análises e interpretações sobre textos e problemas debatidos nas disciplinas.
- Produtos audiovisuais, nos quais os estudantes articulem conhecimentos substantivos às especificidades da linguagem audiovisual. Esse mecanismo pode ser incorporado em qualquer disciplina do curso, e preferencialmente articulado juntamente com os profissionais do Núcleo de Audiovisual e Documentário da IES.
- Exercícios estatísticos construídos a partir da organização e análise de banco de dados primários. Esse mecanismo deve ser preferencialmente utilizado nas disciplinas de Laboratório de Análise de Dados, Metodologia e Técnicas de Pesquisa Quantitativa I e III.
- Relatos etnográficos e textos que exponham resultados analíticos de trabalho de cunho qualitativo.
- Artigos e relatórios produzidos a partir das atividades práticas desenvolvidas nas disciplinas de Oficina de Pesquisa Social Aplicada.

Na avaliação desses produtos da aprendizagem, os docentes deverão levar em conta os seguintes critérios: a) adequação da linguagem ao meio utilizado; b) capacidade de raciocínio lógico e analítico; c) capacidade de articular argumentos teóricos a problemas de natureza empírica; d) sensibilidade humanística para o tratamento dos problemas e questões debatidas.

## **10. O Trabalho de Conclusão de Curso**

O curso de Ciências Sociais prevê a obrigatoriedade da realização de um trabalho de conclusão de curso (TCC). Para tanto, prevê o oferecimento de duas disciplinas obrigatórias (TCC 1 e TCC2) nos dois últimos semestres de integralização curricular dos estudantes.

O TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) será a atividade acadêmica de sistematização do conhecimento trabalhado sobre um objeto de estudo pertinente à profissão do bacharel em Ciências Sociais, que articula e inter-relaciona os conteúdos teóricos com o cotidiano, quer no âmbito institucional, como fora dele. Será acompanhada por professores orientadores, que propiciarão a absorção dos alunos em projetos de pesquisa (pura e aplicada) e participação em estágios, constituindo-se requisito essencial para a integralização curricular. Observa-se, evidentemente, as regras estabelecidas pelo Manual para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, aprovado em Colegiado em 2018. O TCC pode ser realizado da seguinte forma, conforme disposto no artigo 1º do Manual:

*Artigo 1º – O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) corresponda a uma produção acadêmica ou aplicada que expresse as habilidades, competências e conhecimentos adquirido pelo (a) aluno(a) ao longo do curso de graduação. O TCC pode ser elaborado nas formas de monografia, artigo científico ou produção audiovisual acompanhado de trabalho escrito. As formas omissas devem ser aprovadas pelo colegiado de curso.*

A avaliação do TCC compreenderá o acompanhamento contínuo pelo professor orientador e a avaliação final pela Banca Examinadora, que será composta pelo orientador e mais um professor parecerista, conforme disposto no artigo 7º do Manual:

*Artigo 7º – O TCC será avaliado com uma nota média entre 0 e 10 atribuída pelo(a) professor(a) orientador(a) e pelo professor(a) parecerista, devendo ser outro professor do curso de ciências sociais da FGV CPDOC.*

*§ 1º – A nota média será enviada pelo(a) professor(a) orientador(a) para a Coordenação do curso para que a mesma possa lançar no sistema de notas;*

*§ 2º – O estudante poderá, de forma opcional e de comum acordo com o professor orientador, apresentar oralmente seu Trabalho de Conclusão de Curso para uma banca de avaliação. Esta deverá ser composta, obrigatoriamente, da seguinte forma: 1) o(a) professor(a) orientador(a); 2) docente da Escola de Ciências Sociais ou de outra IES. O segundo membro pode ser o(a) parecerista do trabalho escrito entregue para à Escola de Ciências Sociais da FGV;*

*§ 3º – O(a) professor(a) orientador(a) é o(a) responsável pelo agendamento da banca de avaliação, devendo informar: por escrito junto à secretaria da graduação informações quanto à data, local, horário e composição da banca com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da apresentação oral;*

*§ 4º – A apresentação oral do Trabalho de Conclusão de Curso não isenta a elaboração do TCC nas formas de monografia, artigo científico ou produção audiovisual acompanhado de trabalho escrito.*

## **11. Atividades Complementares**

O curso prevê a obrigatoriedade de 300 horas de atividades complementares, que fazem parte do eixo de formação livre do curso, em acordo com o previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais. Estas constituem importante contribuição no sentido de tornar essa formação plena, pois exigem a articulação permanente, desde o primeiro período do curso, entre pesquisa, prática e conhecimentos teóricos contribuindo para a formação de um profissional capaz de efetivar a articulação necessária entre esses diferentes campos, desenvolvendo um raciocínio analítico, fundamental para os bacharéis em Ciências Sociais.

As Atividades Complementares são entendidas como sendo componentes curriculares que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente universitário stricto. Abrangem estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, voltadas especialmente para as relações com o mundo

do trabalho, com as condições sociais contemporâneas e o papel que o aluno nelas pode desempenhar, no sentido de extensão de sua ação à comunidade. São, portanto, componentes curriculares enriquecedores e que contribuem para que o aluno se situe no mercado e nas possíveis atividades profissionais que poderá vir a desempenhar em função do seu próprio perfil.

De acordo com o estabelecido no Manual de Atividades Complementares elaborado pela Instituição:

*Art 2º Compete ao aluno a escolha das atividades acadêmicas complementares que poderão ser realizadas na Escola de Ciências Sociais, em outros cursos de graduação oferecidos pela FGV, no Rio de Janeiro ou São Paulo ou em qualquer outra instituição acadêmica e cultural qualificada.*

*Art 3º O aluno deverá totalizar um mínimo de 300 horas de atividades acadêmicas complementares durante os períodos em que estiver cursando a graduação.*

*§ 1º - A carga horária obtida nestas atividades será computada no histórico escolar.*

*§ 2º - As atividades acadêmicas complementares independem do necessário cumprimento da carga horária integral nas disciplinas obrigatórias, optativas e eletivas.*

## **12. Política de Estágio**

Para contemplar essas perspectivas de formação, um dos pontos importantes do programa de curso do Bacharelado em Ciências Sociais é a abertura de estágio na própria instituição, em qualquer de seus programas de pesquisa, e também, a orientação para alocação dos estudantes em estágios extra-institucionais. Os estágios poderão ser computados como horas de atividades complementares, seguindo as diretrizes contidas no Manual de Atividades Complementares.

No âmbito da Escola, os principais espaços para realização de estágios são: o Núcleo de Audiovisual e Documentário, a Coordenação de Documentação, o FGV-Opinião.. Em todos esses espaços, os estudantes podem interagir com atividades práticas



relacionadas à pesquisa em ciências sociais, destacando-se os núcleos fundamentais de trabalho intelectual da IES: linguagem audiovisual e memória; fontes arquivísticas; pesquisa social aplicada.

Os estágios são acompanhados por professores supervisores, e a carga horária dedicada pelos estudantes às atividades não pode exceder o que está disposto em legislação federal sobre o tema.

A IES também oferece anualmente bolsas de iniciação científica. Nessa modalidade de estágio, o discente deverá se envolver em um projeto de pesquisa do professor orientador, desenvolvendo um enfoque analítico próprio.

Note-se que a Mantenedora da IES oferece o Núcleo de Estágio e Desenvolvimento de Carreiras, que conta com profissionais encarregados de prospectar vagas para os estudantes e realizar workshops e seminários para sua preparação profissional.

### **13. Itinerário Formativo**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**  
**CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - 2019**

1º Período	2º Período	3º Período	4º Período	5º Período	6º Período	7º Período	8º Período
Introdução às Ciências Sociais 60 h	Antropologia I 60h	Antropologia II 60 h	Antropologia III 60h	Tópico em Antropologia ou Ciência Política ou Sociologia I 60h	Tópico em Antropologia ou Ciência Política ou Sociologia II 60h	Tópico em Antropologia ou Ciência Política ou Sociologia III 60h	Eletiva 60h
Filosofia 60 h	Ciências Políticas I 60h	Ciências Políticas II 60h	Ciências Políticas III 60h	Oficina de Pesquisa Social Aplicada I 60h	Oficina de Pesquisa Social Aplicada II 60h	Oficina de Pesquisa Social Aplicada III 60h	Eletiva 60h
Instituições Brasileiras 60 h	Sociologia I 60 h	Sociologia II 60 h	Sociologia III 60 h	Interpretação do Brasil 60h	Eletiva 60h	Trabalho de Conclusão de Curso I 60h	Trabalho de Conclusão de Curso II 60h
Oficina de Comunicação e Expressão 60 h	Laboratório de Análise de Dados 60h	Métodos e Técnicas Quantitativas de Pesquisa I 60h	Métodos e Técnicas Quantitativas de Pesquisa II 60h	Métodos e Técnicas Qualitativas de Pesquisa I 60h	Métodos e Técnicas Qualitativas de Pesquisa II 60h	Eletiva 60h	
Introdução à História 60h	História Contemporânea do Brasil I 60h	História Contemporânea do Brasil II 60h	Formação do Mundo Contemporâneo 60h				

Atividades complementares: 300h

## 14. Ementário

### 14.1 Introdução às Ciências Sociais

### **14.1.1 Ementa**

Senso comum e percepção sociológica: opiniões e conceitos. Noções de poder, autoridade, normas e padrões. Hierarquia e igualdade. Processo de Secularização (dos valores, da política, na economia). Etnocentrismo, Racismo, Direitos Humanos e trato das diferenças. A profissão das ciências sociais e as contribuições da Antropologia, Sociologia e Ciência Política.

### **14.1.2 Objetivos**

Este curso não está preso a uma disciplina em especial. Seu objetivo maior é levar aos estudantes a noção da qualidade do olhar do cientista social para o mundo que o cerca. O sentido largo do que Wright Mills conceituou como imaginação sociológica, ao lado da sugestão de Peter Berger de construir uma visão humanística da relação entre biografia e sociedade a que deu o nome de perspectivas sociológicas são duas referências gerais que traduzem o espírito do curso. Mais do que acompanhar a produção de um ou outro clássico da teoria social, os alunos deverão ser expostos à alteração de percepção que temos de nossa própria maneira de explicar o cotidiano da vida em sociedade, quando ingressamos no universo das Ciências Sociais. Compreender as razões pelas quais as sociedades estabelecem padrões de comportamento, constroem e redefinem padrões de autoridade, definem preferências, estabelecem suas visões sobre o mundo, elegem uma maneira de ser como aquela que orienta e avalia todas as outras a partir de seus parâmetros próprios, definem relações de poder, interações entre grupos, etnias e organizações, e ainda, o lugar que grupos de referência como família, comunidades religiosas, associações de amigos ocupam no conjunto da vida social. Atenção especial será dada aos problemas da sociedade brasileira contemporânea, destaque para desigualdades sociais, racismo e Direitos Humanos.

### **14.1.3 Bibliografia Básica**

BERGER, Peter L. *Perspectivas sociológicas. Uma visão humanística.*

Petrópolis, Editora Vozes, 1973.

MILLS, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed UNB, 2000.

#### **14.1.4 Bibliografia Complementar**

BAUMAN, Zygmund. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2003.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes, 1999.

LUKES, Steven. *A curiosa iluminação do professor Caritat: uma comédia de idéias*. Rio de Janeiro, Revan, 1997.

MATTA, Roberto Da. *Relativizando: uma introdução à Antropologia Social*.

Petrópolis, Vozes, 1981.

MILLS, C. Wright. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1994. (Coleção Primeiros Passos.)

WEBER, Max. "A ciência como vocação". In: *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix, 1972.

### **14.2 Introdução ao estudo da História**

#### **14.2.1 Ementa**

O que é a disciplina histórica; correntes da historiografia; história, cultura, e cultura histórica; passado e presente; memória, história e identidade; as sociedades no tempo e o tempo nas sociedades; evolução, progresso e processo; temporalidades e durações; história e cientificidade; documento e monumento; interpretação ou explicação; história e narrativa; os atores da história; agência e estrutura; indivíduos e grupos sociais.

#### **14.2.2 Objetivo**

O objetivo básico desta disciplina é promover uma primeira socialização dos alunos em questões relativas ao ofício do historiador e à produção de conhecimento na história, tomando por eixo a discussão de algumas categorias estruturadoras da disciplina, do discurso histórico, como tempo, memória e documento, entre outros. A reflexão sobre essas categorias servirá de base a uma caracterização das principais correntes da historiografia.

#### **14.2.3 Bibliografia básica**

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1998.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1991.

#### **14.2.4 Bibliografia complementar**

BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos. Campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/Editora FGV, 1998.

BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo, Perspectiva, 1978.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo, Unesp, 1997.

DOSSE, François. *A história em migalhas*. Bauru, Edusc, 2003.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

LE GOFF, Jacques. *Enciclopédia Einaudi. Memória-História*. V. 1. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

POLLAK, Michael. "Memória, esquecimento, silêncio". *Estudos Históricos*, 2 (3): 3-15, 1989.

REIS, José Carlos. *História e teoria*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2006.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa, Difel, 1990.

THOMPSON, Edward P. *Costumes em comum*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo, Instituto Moreira Salles, 1983. (2 volumes)

### **14.3 Instituições Brasileiras**

#### **14.3.1 Ementa**

Problemas da democracia brasileira; Governabilidade; Representação; Presidencialismo e separação de poderes; Sistema eleitoral e sistema partidário; Partidos políticos; Relação Executivo/Legislativo; Bicameralismo e Federalismo; Ministério público; STF; Judicialização da política ou politização da justiça.

#### **14.3.2 Objetivos**

A disciplina procurará fornecer uma visão abrangente de algumas instituições fundamentais do sistema político brasileiro, com o objetivo de investigar seu impacto sobre os padrões de relacionamento entre os poderes. O curso terá um módulo inicial com a apresentação de modelos (institucionais) comparados de democracia. Após uma rápida introdução do período inaugurado com a Constituição de 1946, interrompido pelo golpe de 1964, voltaremos nosso foco para as virtudes e deficiências do sistema proporcional de lista aberta e as tendências evolutivas do sistema partidário brasileiro. Em seguida, analisaremos o funcionamento e a relação entre os poderes Executivo e Legislativo, concluindo com a discussão sobre o protagonismo recente do Ministério Público e o Supremo Tribunal Federal.

#### **14.3.3 Bibliografia Básica**

ABRANCHES, Sérgio. (2018), *Presidencialismo de coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

ARRETCHE, Marta, Democracia, Federalismo e Centralização no Brasil. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2012.

FIGUEIREDO, Argelina & LIMONGI, Fernando Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

#### **14.3.4 Bibliografia complementar**

AVELAR, Lúcia Avelar & CINTRA, Antonio Octávio (Orgs.). Sistema Político Brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo, Ed. Unesp, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina. (1993), Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

NICOLAU, Jairo. Representantes de quem? Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro, Ed. Zahar, 2017.

PALERMO, Vicente. “Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo”, Dados, 2000, v.43, n.3, p. 521-557.

SINGER, André, Lulismo em Crise. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

SOARES, G. A. D.; RENNO, L. R. Reforma Política: Lições da História Recente. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2006.

Vários autores (2019), Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje. São Paulo, Companhia das Letras, 2019.

### **14.4 Filosofia**

#### **14.4.1 Ementa**

Introdução ao estudo da ética. Problemas morais e dilemas sociais da atualidade: debates.  
Fundamentação da análise ética. Autores, correntes e doutrinas fundamentais da ética.

#### **14.4.2 Objetivos**

A ideia deste curso é apresentar a ética em sua forma multifacetada. Conflito de visões éticas entre grandes renovadores do problema moral: Aristóteles X Maquiavel, Kant e os utilitaristas, Sócrates e Nietzsche. Problemas e dilemas éticos do mundo contemporâneo.

#### **14.4.3 Bibliografia Básica**

MARCONDES, Danilo. *Iniciação à história da filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

PLATÃO. *Diálogos*. São Paulo, Abril Cultural, 1972.

STRATHERN, Paul. *Aristóteles*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

#### **14.4.4 Bibliografia complementar**

BREHIER, Emile. *História da Filosofia*. São Paulo, Mestre Jou, 1977. BORNHEIM, Gerd. *Os filósofos pré-socráticos*. São Paulo, Cultrix, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à história da filosofia: dos pré-socráticos a Aristóteles*. São Paulo, Brasiliense, 2002.

JAEGGER, Werner. *Paidéia: a formação do homem grego*. São Paulo, Martins Fontes, 2001.

MARCONDES, Danilo. *Textos básicos de ética*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007

REZENDE, Antonio. *Curso de filosofia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

#### **14.5 Oficina de Comunicação e Expressão**



### **14.5.1 Ementa**

Atividades de leitura. Interpretação de texto. Redação. Exposição.

### **14.5.2 Objetivos**

O curso deverá ser pensado para treinar os estudantes nas atividades de leitura, interpretação de texto, redação e exposição do que compreendeu. Saber ler, interpretar e expor com clareza seus pontos de vista. Os textos devem ser combinados de forma a cruzar informações atuais com abordagem analítica, nas áreas mais diversas do campo das Ciências Sociais e da História. Ao final do curso os estudantes devem demonstrar capacidade de ler e interpretar um texto - com entonação e compreensão da língua portuguesa — e também, de expor publicamente um tema com clareza, elegância e interesse.

## **SEGUNDO SEMESTRE**

### **14.6 Antropologia I**

#### **14.6.1 Ementa**

Antropologia cultural. Evolucionismo e difusionismo cultural. Cultura, alteridade e identidade. Etnocentrismo e relativismo cultural. Raça e Racismo. Da “mentalidade primitiva” ao “pensamento selvagem”. O conceito antropológico de cultura. Identidade, memória e poder. Patrimônio cultural e histórico

#### **14.6.2 Objetivos**

O curso estará centrado na discussão sobre o conceito antropológico de cultura e na compreensão do processo de construção de identidades sociais. O processo de evolução humana, visto como decorrência do desenvolvimento da capacidade de simbolização e o impacto da descoberta do “outro” servirão de fio condutor para se discutir a questão da diversidade cultural humana, do relativismo cultural, do etnocentrismo e a constituição do próprio conceito de cultura como eixo da reflexão antropológica. A partir daí, serão discutidos os processos de produção simbólica de identidades coletivas. Esse caminho levará também à percepção das dimensões do poder e da memória como elementos fundamentais desse

processo e ao debate sobre noções como patrimônio histórico e diferentes adjetivos associados ao termo cultura, como “popular”, “erudita”, “de massas”, “nacional”, “organizacional” etc. O curso deverá recorrer a exemplos dessas questões consagrados pela literatura e pelo cinema.

### **14.6.3 Bibliografia Básica**

CASTRO, Celso. Textos básicos de Antropologia. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

\_\_\_\_\_. Evolucionismo Cultural. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

BOAS, Franz. Antropologia cultural. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

### **14.6.4 Bibliografia complementar**

GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro, J. Zahar, 1993.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. São Paulo, Abril, 1976. (Coleção Os Pensadores.)

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do pacífico ocidental. São Paulo: Abril. Cultural, 1978.

MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. Rio de Janeiro, EPU/EDUSP, 1978.

SAHLINS, Marshall. Ilhas de História. Rio de Janeiro, Zahar, 1990

### **14.6.5. Filmografia sugerida**

As estátuas também morrem, Alain Resnais e Chris Marker (1953, França, 30 minutos)

Vênus negra, Abdellatif Kechiche (2011, França/Bélgica, 166 minutos)

Estranhos no exterior: Maioridade (Margareth Mead), Royal Anthropological Institute (1985, Inglaterra, 53 minutos)

Rituais e festas Bororo, Luiz Thomas Reis (1917, Brasil, 31 minutos)

O garoto selvagem, François Truffault (1970, França, 1h 21 minutos)

## **14.7 Ciência Política I**

### **14.7.1 Ementa**

Democracia representativa. Relação entre representantes e representados. Populismo. Ação coletiva. Democracia deliberativa. Representação sem democracia.

#### **14.7.2 Objetivos**

O curso é uma introdução a temas de teoria democrática e representação política. Ao fim do curso, os(as) alunos(as) deverão compreender: i) quais são os pilares da democracia segundo diferentes autores e a relativa validade empírica de propostas normativas sobre democracia.

#### **14.7.3 Bibliografia Básica**

DAHL Robert. Sobre a democracia. Brasília: Editora UnB, 2011.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

DWORKIN, Ronald. O Império do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MOUNK, Yascha.. *O Povo Contra a Democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

#### **14.7.4 Bibliografia complementar**

DAHL, Robert. A democracia e seus críticos. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2012.

FUKUYAMA, Francis. *As origens da ordem política*. Rio de Janeiro, Rocco, 2013.

MANIN, Bernard; PRZEWORSKI, Adam & STOKES, Susan. “Eleições e representação”, Lua Nova, 2006, n. 67, p.105-138.

PRZEWORSKI, Adam. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1982.

RUNCIMAN, David. *Como as Democracias Chegam Ao Fim*. São Paulo: Todavia, 2019

#### **Filmografia sugerida**

Entrevista com Robert Dahl (2011, Estados Unidos, 36 minutos). Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=oPI4LkLH8\\_w](https://www.youtube.com/watch?v=oPI4LkLH8_w)

Palestra de Adam Przeworski – Evento CEBRAP (2019, São Paulo, 77 minutos). Disponível em [https://www.youtube.com/watch?v=N\\_GRWwRzNIQ](https://www.youtube.com/watch?v=N_GRWwRzNIQ)

## **14.8 Sociologia I**

### **14.8.1 Ementa**

A construção do cânone clássico na sociologia. Modernidade, imperialismo e colonialismo. Capitalismo, exploração e forma-mercadoria. Racionalidade, dominação e teoria da ação. Divisão do trabalho e funcionalismo sociológico. A emergência da interação como problema sociológico. Raça, gênero e as vozes dissidentes do cânone.

### **14.8.2 Objetivos**

O principal objetivo desta disciplina é oferecer uma apresentação crítica do “cânone clássico” aos estudantes de primeiro ano. O programa não apenas analisa os conceitos e problemas-chaves no repertório de K. Marx, M. Weber, E. Durkheim e G. Simmel, como também discute as dinâmicas históricas que modelaram a construção desse cânone e apagaram as vozes alternativas a ele.

A disciplina também tem como objetivo socializar os estudantes com as ferramentas teóricas básicas da sociologia e com a pluralidade formativa da disciplina. Por fim, o curso também visa propiciar uma análise mais propriamente historiográfica sobre as origens da sociologia, chamando a atenção dos estudantes para a necessidade de entender que os debates fundantes da teoria sociológica são, em grande maioria, construções a posteriori informadas pela dinâmica do campo intelectual.

### **14.8.3 Bibliografia Básica**

DURKHEIM, Émile. *Da Divisão do Trabalho Social*. São Paulo: Martins Fontes, 2008

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

WEBER, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SIMMEL, George. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2006.

#### **14.8.4 Bibliografia Complementar**

ALATAS, Syed Farid. Alatas, Syed Farid. "A definição e os tipos de discursos alternativos." *Revista Estudos Históricos* 23.46 (2010): 225-245.

BOTELHO, A. (org). *Sociologia Essencial*. São Paulo, Penguin/Companhia das Letras, 2013.

CASTRO, Celso; O'DONNELL, Julia. *Introdução às Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, Zahar, 2015.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 1999.

### **14.9 Laboratório de Análise de Dados**

#### **14.9.1 Ementa**

Análise de dados quantitativos e qualitativos. Codificação, sistematização e organização de dados e informações sociais. Análise descritiva dos dados. Representações gráficas. Recursos computacionais. Uso de softwares de interesse para cientistas sociais.

### **14.9.2 Objetivos**

O objetivo principal do curso é instrumentalizar os alunos com ferramentas computacionais para processar, organizar, tratar e codificar informações em pesquisas no campo das Ciências Sociais e História. O curso tem foco em introduzir à análise dos dados quantitativos, qualitativos e textual.

### **14.9.3 Bibliografia básica**

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisa Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BRUNI, Adriano Leal. SPSS aplicado à pesquisa acadêmica. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2009.

FIELD, Andy. Descobrindo a Estatística usando o SPSS. Porto Alegre, Editora Artmed, 2009.

MARQUILHAS, Rita; HENDRICKX, Iris, “Avanços nas humanidades digitais”, in Ana Maria Martins and Ernestina Carrilho (eds.), Manual de linguística portuguesa, Walter de Gruyter GmbH & Co KG, 2016, pp. 252–277.

### **14.9.4 Bibliografia complementar**

ALONSO, José Antônio Fialho. A produção de informação e conhecimento. Ver. São Paulo em Perspectiva. 16(3): 23-30, 2002. (disponível em <http://www.scielo.br/pdf/spp/v16n3/13557.pdf>).

BISQUERRA, Rafael; Sarriera, Jorge Castelar; Martinez, Francesc. Introdução à estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre, Editora Artmed, 2004.

FERLA, Luís. O SIG do passado tem futuro? O projecto do curso de História da Unifesp. Anais da III Jornada Latinoamericana do Caribe do GVSIG. Vol. 13, 2011 (disponível em [http://downloads.gvsig.org/download/events/jornadas-lac/3as-jornadas-lac/articles/Article-Futuro\\_SIG\\_curso\\_historia\\_Unifesp.pdf](http://downloads.gvsig.org/download/events/jornadas-lac/3as-jornadas-lac/articles/Article-Futuro_SIG_curso_historia_Unifesp.pdf)).

MOREIRA, Daniel Augusto. O uso de programas de computador na análise qualitativa: oportunidades, vantagens e desvantagens. Revista de Negócios, Blumenau, v. 12, n. 2, p. 56 - 68, abril/junho 2007. (disponível em <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4267.pdf>)

## **14.10 História Contemporânea do Brasil I**

### **14.10.1 Ementa**

Os diferentes modelos de República em discussão; Campos Sales e os fundamentos do Pacto Oligárquico; A organização dos trabalhadores na Primeira República; A sociedade da Belle Époque e a adoção de novos paradigmas civilizatórios; A crise dos anos 20 e a Revolução de 1930; o Governo de Vargas: o embate de projetos; centralização x descentralização - A modernização do aparelho de Estado e as inovações na política econômica e social; O Estado Novo; O novo pacto político: autoritarismo, trabalhismo e corporativismo; O processo de redemocratização e a queda do Estado Novo.

### **14.10.2 Objetivos**

O curso tem por objetivo a compreensão do processo de implantação e institucionalização do regime republicano no Brasil. Para tal, definimos como limites cronológicos o movimento político que resultou na queda da Monarquia em 1889 e a queda do Estado Novo. A análise das transformações operadas no campo econômico, tanto interna quanto externamente, propiciará condições para o entendimento do processo de gradativo esfacelamento das bases de sustentação da economia cafeeira e eclosão do movimento de 1930. Além disso, pretende-se discutir a organização do sistema político nas décadas de 1930 e 1940, atentando para a conformação do modelo autoritário do Estado-Novo.

### **14.10.3 Bibliografia Obrigatória**

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2002.

#### **14.10.4 Bibliografia Complementar**

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo, Cia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1995.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

FAUSTO, Boris. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Brasiliense, 1993.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da primeira república*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.

FREIRE, Américo. *Uma capital para a República*. Rio de Janeiro, Revan, 2000.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2005.

LESSA, Renato. *A invenção republicana: Campos Sales e as bases da decadência da Primeira República brasileira*. São Paulo, Vértice, 1988.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1990.



SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões culturais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo, Brasiliense, 1989.

### TERCEIRO SEMESTRE

#### **14.11 Antropologia 2**

##### **14.11.1 Ementa**

O debate indivíduo x sociedade. Noções de interação e processo social. A construção social da “pessoa”. A construção social da pessoa, grupos e identidades. Objetividade e subjetividade na pesquisa qualitativa. Individualismo e holismo. Poder e hierarquia. Família, parentesco e reprodução.

##### **14.11.2 Objetivos**

O curso tem por objetivo principal a compreensão da relação entre indivíduo e sociedade, vistos não como entidades substanciais e antinômicas, mas como efeito de processos de interação social. Nesse sentido, será importante o recurso a uma perspectiva comparativa e a percepção das mudanças que os termos dessa relação adquiriram em diferentes contextos históricos. Isso permitirá ao aluno relativizar concepções de “eu”, “indivíduo” “pessoa” e “identidade pessoal” (inclusive aquelas nas quais foi socializado) e percebê-las como resultado de um processo de construção social da realidade, variável no tempo e no espaço. O estudo da gênese do individualismo moderno envolverá, por um lado, o conhecimento sobre sociedades “tradicionais”, organizadas sob a preeminência do domínio do parentesco e do princípio da hierarquia social; por outro, a coexistência, mesmo nas sociedades “modernas”, de diferentes individualismos e de mecanismos desindividualizadores e hierarquizantes. Espera-se que o aluno possa relacionar trajetórias e biografias individuais a contextos, redes e situações socioculturais. Será também constante o diálogo com outras disciplinas, principalmente a Filosofia, a História, a Psicologia e a Psicanálise, pois o curso lidará com questões como: desvio e divergência, as diferentes equações entre público e privado, as transformações da noção de intimidade, o lugar das relações familiares e de amizade na sociedade moderna, a emergência de novos modelos de família e novas técnicas

reprodutivas. O curso deverá recorrer a exemplos dessas questões consagrados pela literatura e pelo cinema.

### **14.11.3 Bibliografia Básica**

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1990.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

### **14.11.4 Bibliografia complementar**

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993. BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo, Edusp, 1992.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1975.

LEVI-STRAUSS, Claude. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis, Vozes, 1983.

MAUSS, Marcel. "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a noção do 'eu'". In: *Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro, EPU/EDUSP, 1978

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1988.

VELHO, Gilberto. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

### **Filmografia sugerida**

A entrevista, Helena Solberg (1966, Brasil, 20 minutos)

Crônicas de um verão, Jean Rouch (1961, França 90 minutos)

Uma história para os Modlin, Sergio Oksman (2012, Espanha, 26 minutos)

## **14.12 Ciência Política 2**

### **14.12.1 Ementa**

Liberalismo político e o indivíduo como fonte do poder político. Contratualismo e utilitarismo. Direitos humanos, poder e legitimidade. Formação dos Estados Nacionais. Teorias do Estado: liberalismo, pluralismo, marxismo, corporativismo, elitismo e “institucionalismo”.

### **14.12.2 Objetivos**

Esta disciplina inicia com uma discussão sobre a constituição do universo político contemporâneo ocidental, i.e., os Estados Nacionais e as democracias liberais. Serão abordadas as justificativas normativas para a constituição do Estado e seu processo de formação histórica. Discute-se, a seguir, algumas noções básicas da ciência política: poder, obediência e legitimidade política. Finalmente, serão apresentadas as diferentes teorias do Estado, abordando questões como a lógica de funcionamento do aparato estatal e as consequências de suas ações.

### **14.12.3 Bibliografia Básica**

MAQUIAVEL, Nicolau. O príncipe. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. A democracia na América. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014.

WEFFORT, Francisco. Os Clássicos da Política. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

### **14.12.4 Bibliografia complementar**

RICUPERO, Bernardo. Sete lições sobre as interpretações do Brasil. São Paulo, Alameda, 2007.

GURZA LAVALLE, Adrian; VITA, Álvaro de & ARAÚJO, Cícero (Orgs.) O papel da teoria política contemporânea. Justiça, constituição, democracia e representação. São Paulo, Alameda, 2015.

OSTRENSKY, Eunice. “Soberania e representação: Hobbes, parlamentaristas e levellers”, Lua Nova, 2010, v. 80, p. 151-179.

OSTRENSKY, Eunice & TIERNO, Patricio. (Orgs.). Teoria, Discurso e Ação Política. São Paulo, Alameda, 2013.

VITA, Álvaro de. O liberalismo igualitário: sociedade democrática e justiça internacional. São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2008

### **Filmografia sugerida**

Entrevista com Fernando Henrique Cardoso (Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, CPDOC, 2011, 126 minutos)

Os Bórgias (2011-2013, Estados Unidos, 29 episódios)

## **14.13 Sociologia 2**

### **14.13.1 Ementa**

Metodologia comparada. Ditaduras e Democracias; Constituições; Presidencialismo e parlamentarismo; Eleições e Sistemas eleitorais; Sistemas partidários; modelos federalista e unitário; Pluralismo e corporativismo; Bicameralismo e unicameralismo; Políticas Públicas; Cultura Política.

### **14.13.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo debater a construção da teoria sociológica ao longo do século XX, privilegiando a diversidade de abordagens teóricas e escalas de análise. Fiel ao espírito da disciplina de Sociologia I, este curso também tem como alvo o questionamento de algumas marcações eurocêtricas da história da disciplina, que insistem em apagar a contribuição latino-americana.

### **14.13.3 Bibliografia básica**

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DELPHY, Christine. "O inimigo principal: a economia política do patriarcado". *Revista Brasileira de Ciência Política*. N.17, pp.99-119, 2015 [1970].

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petropolis: Vozes, 2006

#### **14.13.4 Bibliografia complementar**

DEWEY, John. *A Filosofia em Reconstrução*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

GERMANI, Gino. "Da sociedade tradicional à participação total na América Latina". *Política y sociedad em uma época de transición social*. Buenos Aires: Paidós, 1965.

MEAD, George Herbert. "A brincadeira, o jogo e o outro generalizado." *Pesqui. prá. psicossociais* 5.1 (2010): 131-136.

#### **14.14 Metodologia Quantitativa I**

##### **14.14.1 Ementa**

Expor noções básicas sobre métodos quantitativos de pesquisa. Fornecer subsídios aos alunos de como realizar, ler, analisar e criticar uma pesquisa quantitativa no campo das ciências sociais. Amostra, questionário, trabalho de campo, processamento dos dados e análise dos resultados. Introdução a estatística descritiva dos dados: estatística univariada e multivariada. Medidas de tendência central. Medidas de dispersão. Uso de gráficos.

##### **14.14.2 Objetivos**

O objetivo principal do curso é fornecer instrumental analítico e metodológico que possibilite trabalhar com ferramentas para análise descritiva de dados. Além disso, oferecer ferramentas para que o aluno possa avaliar, planejar e executar uma pesquisa com métodos quantitativos nas ciências sociais. Introdução a estatística descritiva dos dados: estatística univariada e multivariada, medidas de tendência central e de dispersão, bem como o uso de gráficos. Além disso, será abordado o conceito de causalidade e a sua aplicabilidade através do uso de bases de dados de institutos de pesquisa brasileiros e organismos internacionais.

### **14.14.3 Bibliografia básica**

FIELD, Andy. Descobrindo a Estatística usando o SPSS. Porto Alegre, Editora Artmed, 2009.

OLIVEIRA, Paulo Felipe de; GUERRA, Saulo; MCDONNELL, Robert. Ciência de Dados com R – Introdução. Brasília: Editora IBPAD, 2018. <https://cdr.ibpad.com.br/>

WHEELAN, Charles. 2016. *Estatística: O Que É, Para Que Serve, Como Funciona*. Rio de Janeiro: Zahar.

KING, Gary, and POWELL, Eleanor Neff. 2015. “Como Não Mentir Sem Estatística.” *Conexão Política* 4 (2): 9–46.

<http://www.revistas.ufpi.br/index.php/conexaopolitica/article/view/5673>.

### **14.14.4. Bibliografia Complementar**

BRUNI, Adriano Leal. SPSS aplicado à pesquisa acadêmica. São Paulo, Editora Atlas S.A., 2009.

BABBIE, Earl. Métodos de Pesquisa Survey. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

BECKER, Howard. Segredos e truques da pesquisa. Rio de Janeiro, Zahar, 2007.

LEVIN, John. & FOX, James Alan. Estatística para ciências humanas. São Paulo, Pearson, 2004.

CANO, Ignácio. Introdução à avaliação de programas sociais. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

## **14.15 História Contemporânea do Brasil I**

### **14.15.1 Ementa**

O segundo governo Vargas e o Estado nacional desenvolvimentista; Os anos JK: democracia e desenvolvimento; A crise política dos anos 60 e o movimento civil e militar de 1964; O golpe civil-militar de 1964; o regime militar e os modelos de Estados autoritários; A política econômica: entre o "milagre" e o modelo autárquico; o processo de democratização.

#### **14.15.2 Objetivos:**

O curso tem como objetivo apresentar um quadro geral das transformações políticas, sociais e econômicas que tiveram lugar no Brasil a partir do início da República de 1946 até o processo de democratização dos anos de 1980. Questões como as da centralização política, do federalismo, do corporativismo, da montagem de um sistema partidário nacional, do autoritarismo e da democracia estarão em destaque. O segundo objetivo do curso é fornecer aos alunos um balanço dos atuais debates historiográficos que envolvem os temas tratados e desenvolver suas habilidades para a análise dos documentos.

#### **14.15.3 Bibliografia básica**

ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos de trabalho*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2002.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 2002.

#### **14.15.4 Bibliografia complementar**

BENEVIDES, Maria Victoria M. *O Governo Kubitschek – Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política: 1956-1961*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

CAMARGO, Aspásia et alli. *O Golpe Silencioso, Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1989*.

CARVALHO, José Murilo de. “*Forças Armadas e Política 1930-1945*”. In: Fundação Getulio Vargas/CPDOC. *A Revolução de 1930: Seminário Internacional*, Brasília: Ed. UnB, p.p. 107-150.

CASTRO, Celso, SOARES, Gláucio Ary Dillon & D'ARAÚJO, Maria Celina Soares, *Visões do Golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1994.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares, *O Segundo Governo Vargas 1951-1954*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

FAUSTO, Boris. *A revolução de trinta: História e Historiografia*. São Paulo: Brasiliense, 1970

GOMES, Ângela Maria de Castro, *A Invenção do Trabalhismo*, Rio de Janeiro, Vértice, 1989.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org.), *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

ORTIZ, Renato, *A Moderna Tradição Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1989.

SOUZA, Maria do Carmo, *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930-1961)*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

WEFFORT, Francisco, *O Populismo na Política Brasileira*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

#### QUARTO SEMESTRE

##### **14.16 Antropologia 3**

###### **14.16.1 Ementa**

Crenças, rituais e simbolismo. A Antropologia e as “categorias do entendimento”. Mito e ciência. A análise antropológica de mitos e rituais. Antropologia (da) política

###### **14.16.2 Objetivos**



O curso estará centrado na tradição antropológica do estudo de sistemas de crenças, rituais e simbolismo. Um dos eixos centrais será a problematização da existência de um grande divisor entre pensamento mítico e mágico, por um lado, e pensamento científico, por outro — divisão que deu origem a várias dicotomias: racionalidade vs. irracionalidade; sagrado vs. profano; pensamento vs. ação; crenças vs. rituais. Os alunos deverão adquirir instrumentos que lhes permitam a análise de sistemas classificatórios, mitos e práticas rituais em diferentes grupos sociais, através de estudos monográficos ou comparativos. A perspectiva adotada deverá levar em conta tanto o plano sincrônico quanto o diacrônico, relacionando cosmologias, mitos e ritos com a estrutura social, mas também acompanhando suas transformações através do tempo. O curso deverá recorrer a exemplos dessas questões consagrados pela literatura e pelo cinema.

#### **14.16.3 Bibliografia básica**

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural I e II*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1970.

PEIRANO, Mariza. *Rituais: ontem e hoje*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

#### **14.16.4 Bibliografia complementar**

DURKHEIM, Émile & MAUSS, Marcel. "Algumas formas primitivas de classificação". In: *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo, Martins Fontes, 1996.

VAN GENNEP, Arnold. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2013.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos, bruxaria e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

LEACH, Edmund. *Cultura e comunicação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Magia, ciência e religião*. Lisboa, edições 70, 1984.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Rio de Janeiro, EPU/EDUSP, 1978.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis, Vozes, 1974.

### **Filmografia sugerida**

Os mestres loucos, Jean Rouch (1955, França, 30 minutos)

Terra deu, terra come, Rodrigo Siqueira (2010, Brasil, 88 minutos)

As hiper mulheres, Carlos Fausto, Leonardo Sette, Takumã Kuikuro (2012, Brasil, 80 minutos)

Coronation (1953, Inglaterra, 1:18:48)

Primárias, Robert Drew (1960, EUZ, 60min)

## **14.17 Ciência Política 3**

### **14.17.1 Ementa**

Metodologia comparada. Ditaduras e Democracias; Constituições; Presidencialismo e parlamentarismo; Eleições e Sistemas eleitorais; Sistemas partidários; modelos federalista e unitário; Pluralismo e corporativismo; Bicameralismo e unicameralismo; Políticas Públicas; Cultura Política.

### **14.17.2 Objetivos**

O curso tem como cerne o ensino da metodologia comparada em Ciência Política, envolvendo a abordagem conceitual sobre o funcionamento de diferentes modelos de democracias. A disciplina poderá orientar o foco em temas tão diversos como instituições políticas e processos decisórios, cultura política ou sobre *outputs* de políticas públicas. Por outro lado, o método comparado também pode ser direcionado a processos políticos relacionados a ciclos de transição democrática e a processos de evolução dos sistemas partidários, dentre outros. Estudos de caso serão considerado, somente na medida em que contemplem a abordagem comparada.

### **14.17.3 Bibliografia básica**

LIJPHART, Arend. (2003), Modelos de democracia. Desempenho e padrões de governo em 36 países. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PASQUINO, Gianfranco (2010) Curso de Ciência Política. 2º edição. Principia.

TSEBELIS, George. Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2014.

#### **14.17.4 Bibliografia complementar**

DAHL, Robert. Poliarquia. São Paulo, Edusp, 2005.

OLSON, Mancur. A lógica da ação coletiva. São Paulo, Edusp, 2003.

SCHUMPETER, Joseph. Capitalismo, Socialismo e Democracia. São Paulo, Ed. Unesp, 2017.

#### **Filmografia sugerida**

Entrevista com Wanderley Guilherme dos Santos (Projeto Memória das Ciências Sociais no Brasil, CPDOC. Parte 1: 2009, 98 minutos; Parte 2: 2011, 85 minutos)

### **14.18 Sociologia 3**

#### **14.18.1 Ementa**

As novas tentativas de síntese teórica. A crítica e a reconstrução do paradigma bourdieusiano. O pós-estruturalismo. A renovação da teoria crítica. O pós-colonialismo e a teoria social. Gênero, raça e teoria social. Sociologias do Sul Global

#### **14.18.2 Objetivos**

O objetivo principal desta disciplina é apresentar aos estudantes o vasto e fragmentado campo da teoria sociológica contemporânea. Para tanto, a disciplina se estrutura a partir de tem dois eixos fundamentais: a) os novos movimentos de síntese teórica pós-Bourdieu; b) a emergência do pós-colonial. A disciplina foi pensada de forma a permitir aos estudantes o controle de debates, conceitos e modelos explicativos fundamentais para o trabalho contemporâneo do sociólogo. Seguindo a linha proposta nas duas disciplinas de Sociologia

anteriores, espera-se que os alunos desenvolvam uma consciência historiográfica sobre os debates do campo e sejam capazes de entender as dinâmicas

### **14.18.3 Bibliografia básica**

CONNELL, Raewyn. “A iminente revolução na teoria social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol.27, n.80, pp 9-20

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo, UNESP, 1991.

HABERMAS, Jurgen. *Técnica e Ciência como Ideologia*. Lisboa, edições 70, 2009

### **14.18.4 Bibliografia complementar**

BOLTANSKI, Luc. “Sociologia crítica ou sociologia da crítica?”. In F. Verán e F. Vandenberghe. *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

DOMINGUES, José Maurício. *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 edições, 2018

## **14.19 Metodologia Quantitativa II**

### **14.19.1 Ementa**

Indicador social quantitativa. Fontes de dados e indicadores no Brasil e no exterior. Análise de dados quantitativos. Teoria da amostragem. Probabilidade. Curva normal. Teste de

hipótese. Associação entre variáveis quantitativas. Análise de variância. Diferença entre médias. Correlação. Regressão linear.

### **14.19.2 Objetivos**

Este curso tem por objetivo debater um instrumental analítico e metodológico para os alunos desenvolverem pesquisas com base no método quantitativo em ciências sociais. Para isso, o curso terá um enfoque em conciliar a teoria e a prática de análise de dados quantitativos, tendo como enfoque aplicado alguns exemplos de pesquisas recentes no Brasil. Serão apresentados e debatidos os conceitos fundamentais dos indicadores sociais quantitativos, os principais exemplos, as suas características, bem como a sua manipulação e uso. Em seguida, o curso centra a aplicação analítica de testes estatísticos para a tomada de decisão. São abordados temas como a teoria da amostragem, probabilidade, curva normal, análise de variância, diferença entre médias, associação entre variáveis, correlação, regressão (linear e múltipla).

### **14.19.3 Bibliografia básica**

AGRESTI, Alan; FINLAY, Barbara. Métodos estatísticos para as ciências sociais. Porto Alegre, Penso, 2012.

FIELD, Andy. Descobrindo a Estatística usando o SPSS. Porto Alegre, Editora Artmed, 2009.

WICKHAM, Hadley, and Garret Grolemond. 2019. *R Para Data Science*. Porto Alegre: Armed.

WHEELAN, Charles. 2016. *Estatística: O Que É, Para Que Serve, Como Funciona*. Rio de Janeiro: Zahar.

### **14.19.4 Bibliografia complementar**

CANO, Ignácio. Introdução à avaliação de programas sociais. Rio de Janeiro, FGV, 2004.

MOORE, David. A estatística básica e sua prática. Rio de Janeiro, LTC, 2005.

JANNUZZI, P. M. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações. Campinas: Alínea. 2001.

LEVIN, John; Fox, James Alan. Estatística para ciências humanas. São Paulo, Pearson, 2004.

## **14.20 Formação do Mundo Contemporâneo**

### **14.20.1 Ementa**

Discussões conceituais sobre História Global e História do Tempo Presente Grandes Guerras e conflitos contemporâneos; A Guerra Fria e a bi-polaridade; Problemas do pós-Guerra Fria.

### **14.20.2 Objetivos**

O objetivo central do curso será examinar analisar as grandes transformações sociais e políticas que marcaram as sociedades contemporâneas nos séculos XX, por meio de uma abordagem transnacional que evite a tradicional reificação da História “Ocidental”. Assim, os estudantes serão expostos a discussões que enfatizem as conexões entre processos macro-históricos que englobaram distintas regiões do mundo.

### **14.20.3 Bibliografia básica**

CHOMSKY, Noam. *Contendo a Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *A Era dos Extremos*. São Paulo. Cia. das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios*. São Paulo, Paz e Terra, 2002.

### **14.20.4 Bibliografia complementar**

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

ARRIGHI, Giovani. *O longo século XX*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

COSTA e SILVA, Alberto. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1991.

MAZOWER, Mark. *Continente sombrio: a Europa no século XX*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

PAXTON, Robert. *A anatomia do fascismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

REIS, Daniel Aarão; Ferreira, Jorge e Zenha, Celeste (orgs). *O século XX*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. Volumes 2 e 3.

VIZENTINI, Paulo. *O grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe*. Elsevier, 2014.

## QUINTO SEMESTRE

### **14.21 Metodologia Qualitativa I**

#### **14.21.1 Ementa**

As relações entre métodos de pesquisa qualitativos e quantitativos em Ciências Sociais; características da pesquisa qualitativa em ciências sociais; estudo de caso e problemas de inferência; estratégias de comparação; métodos de análise de discurso; grupos focais; o método biográfico nas Ciências Sociais. Biografia, identidade e memória. A utilização de entrevistas como método de pesquisa. Constituição e utilização de acervos documentais orais. Questões éticas referentes aos métodos qualitativos abordados.

#### **14.21.2 Objetivos**

O objetivo do curso é fornecer uma visão geral sobre as principais questões envolvidas na utilização de métodos e técnicas qualitativas de pesquisa nas Ciências Sociais, buscando compreender as relações entre métodos qualitativos e quantitativos. No âmbito dos métodos qualitativos, serão destacadas as questões relativas aos problemas de inferência, construção

de amostras e formas de comparação e combinação entre técnicas distintas de pesquisa empírica. Serão trabalhados o estudo de caso, a análise de discursos, a técnica de grupos focais, o método biográfico e a realização de entrevistas. A dinâmica das aulas propiciará a discussão sobre os pressupostos teóricos e sobre diferentes metodologias de pesquisa qualitativa. Debates sobre ética, biografia, identidade e memória serão estimulados ao longo do semestre, assim como discussões sobre amostragem, escolha do tema, dos entrevistados e elaboração de roteiros e projetos. Os alunos terão a oportunidade de realizar um exercício prático de pesquisa, a ser discutido coletivamente em seminários durante o curso.

#### **14.21.3 Bibliografia básica**

BECKER, H. *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. SP: Hucitec, 1993.

BOURDIEU, P. “A ilusão biográfica”. In: *Usos e Abusos da História Oral*. Ferreira, M.M. & AMADO, J. (org). RJ: FGV, 2006.

GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar - como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1997. (p 11-67)

#### **14.21.4 Bibliografia complementar**

ALBERTI, V. *Manual de História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2004.

AMADO, J. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em História Oral. São Paulo: História. v. 14, 1995.

BECKER, H. “‘Introdução à redação’ para estudantes de pós-graduação”. In: \_\_\_\_\_. *Truques da Escrita. Para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro, Zahar Editor, 2015.

BONI, V. & QUARESMA, S. J. “Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais”. Em Tese, Florianópolis, v. 2, n. 1j, 2005

CANO, I. “Nas trincheiras do método: o ensino da metodologia das ciências sociais no Brasil”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 14, n. 31, set/dez. 2012.

CASTRO, C. *Pesquisando em Arquivos*. RJ: Zahar, 2008.



DUARTE, T. “A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica)”. Lisboa: CIES e-WORKING PAPER N.º 60/2009.

ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1983 [1977].

GIL, A.C. “Formulação do problema”. In: *Método e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2008.

HALBWACHS, M. *A Memória coletiva*. SP: Centauro, 2006.

MILLS, W. “Sobre o artesanato intelectual”. In: Castro, C. *Textos básicos de sociologia – De Karl Marx a Zygmunt Bauman*. RJ: Zahar, 2014.

PEIRANO, M. “Etnografia não é método”. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos ano 20, n.42, jul/dez 2014.

POLLAK, M. “Memória, esquecimento, silêncio”. RJ: Estudos Históricos, vol 2, n.3, 1989.

QUEIROZ, M.I.P. “O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões”. In: Lang, A.B. (org.). *Reflexões sobre a Pesquisa Sociológica*. São Paulo, CERU, 1992, pp. 13-29.

WEBER, M. “A ‘objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política’”. In: \_\_\_\_\_. *Metodologia das Ciências Sociais*. SP: Cortez & Editora Unicamp, 2016.

## **14.22 Interpretações do Brasil**

### **14.22.1 Ementa**

O pensamento social brasileiro e seus “clássicos”. Principais intérpretes da formação da sociedade brasileira e suas filiações teóricas. Identidade nacional: o Brasil através das artes. Literatura, cinema e pintura: projeções do real e do ficcional. Raça, gênero e classe na conformação histórica do país.

### **14.22.2 Objetivos**

O objetivo principal do curso é apresentar aos alunos obras clássicas que discutem as características e a singularidade da sociedade brasileira, analisando suas diferenças, suas divergências, seus pontos de encontro e de eventual consenso. A

partir da leitura de autores fundamentais do pensamento social brasileiro do século XX, serão discutidos temas como a formação social brasileira, as identidades étnicas, regionais e nacionais, bem como as peculiaridades da estrutura social e política do país. Além disto, objetiva-se estabelecer ligações entre essas obras ensaísticas e a produção artística nacional – literária, cinematográfica e musical – nos séculos XX e XXI.

#### **14.22.3 Bibliografia básica**

DaMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & senzala: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil 1*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

#### **14.22.4 Bibliografia complementar**

BASTIDE, Roger. *As religiões africanas no Brasil*. São Paulo, Livraria Pioneira Ed., 1985.

CÂNDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo, Duas Cidades, 1971.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo, Ática, 1978.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mocambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento urbano*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1985.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1997.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1973-1974.

#### **14.22.5 Filmografia**

MENDONÇA, Kléber. *Bacurau*. Brasil, 2019.

ROCHA, Glauber. *Deus e o diabo na terra do sol*. Brasil, 1964.

### SEXTO SEMESTRE

#### **14.23 Metodologia Qualitativa II**

##### **14.23.1 Ementa**

O método etnográfico nas Ciências Sociais. A pesquisa de campo e a situação do observador. Observação participantes e pesquisa de campo em meio urbano. A interpretação de dados qualitativos. O método comparativo: exemplos; dilemas éticos na pesquisa etnográfica

##### **14.23.2 Objetivos**

O objetivo do curso é fornecer uma visão geral sobre as principais questões envolvidas na utilização de métodos e técnicas qualitativas de pesquisa nas Ciências Sociais. Serão estudados o método etnográfico, a pesquisa de campo e a observação participante. Os principais temas abordados serão: a natureza do trabalho etnográfico; a história e as principais questões relativas à utilização da pesquisa de campo nas Ciências Sociais, em particular a observação participante; características da pesquisa de campo em diferentes contextos sociais; a escolha e o acesso ao campo; a situação do pesquisador; a utilização de informantes; notas e diários de campo; a interpretação dos dados; questões referentes à divulgação dos resultados da pesquisa. Os alunos também deverão ter a oportunidade de realizar um exercício prático de pesquisa, a ser discutido coletivamente em seminários.

##### **14.23.3 Bibliografia básica**

FOOTE-WHYTE, William. *Apêndice: sobre a evolução da sociedade de esquina*. In: \_\_\_\_\_. Sociedade de Esquina. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

PEIRANO, M. *Etnografia não é método*. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos ano 20, n.42, jul/dez 2014.

VELHO, G. *Um antropólogo na Cidade*. Rio de Janeiro, Zahar: 2013

#### **14.23.4 Bibliografia complementar**

CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. "O mal-estar da ética na antropologia prática. In: *Antropologia e Ética. O debate atual no Brasil*. VICTORIA, C. et ali (orgs.). Niterói: EdUFF, 2004.

CICOUREL, Aaron. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (org). *Desvendando Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Franscisco Alves Editora, 1980.

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *Antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2002. (Trechos a selecionar)

EVANS-PRITCHARD, E.E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GLUCKMAN, M. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

MAGNANI, J. G. C. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* vol.17, n.49, junho/2002.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Um diário no sentido estrito do termo*. Rio de Janeiro: Record, 1997. P.11-131.

MALINOWSKI, B. *Argonautas do Pacífico Ocidental: um relato dos empreendimentos e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné*. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Trechos a selecionar)

MALINOWSKI, Bronislaw. Crenças e costumes nativos sobre a procriação e a gravidez. In: DURHAM, Eunice Ribeiro (org.) *Malinowski*. São Paulo: Ática, 1986. pp.117-142.

MILLER, D. Por que a indumentária não é algo superficial. In:\_\_\_\_. *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultura material*. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

MITCHEL, J. C. A dança kalela: aspectos das relações sociais entre africanos urbanizados na Rodésia do Norte. In: FELDMAN-BIANCO, B. (org.) *Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

WEBER, Florence. A entrevista, a pesquisa e o íntimo, ou: por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos* ano15, n.32: 157-170.

## SÉTIMO SEMESTRE

### **14.24 Trabalho de Conclusão de Curso I**

#### **14.24.1 Ementa**

Nessa disciplina os alunos deverão encontrar junto com o professor orientador um tema do seu interesse, definir o escopo das questões relacionadas ao tema a serem analisadas, definir as estratégias de abordagem das questões levantadas e propor um conjunto de resultados esperados ao final do trabalho.

#### **14.24.2 Objetivo**

A disciplina irá combinar aulas presenciais e atividades extraclasse. As aulas presenciais ocorrerão inicialmente a cada quinze dias, e serão dedicadas à apresentação de exercícios práticos, debates sobre o 'fazer' das ciências sociais e discussão crítica dos pré-projetos. Já as atividades extra-classes envolverão reuniões com os orientadores, leituras recomendadas e a realização de exercícios propostos pelo docente.

## OITAVO SEMESTRE

### **14.25 Trabalho de Conclusão de Curso II**

#### **14.25.1 Ementa**

Produção de uma monografia , artigo acadêmico ou produção audiovisual acompanhada de trabalho escrito; práticas de escrita acadêmica; normas de apresentação e exposição de trabalho acadêmico.

#### **14.25.2 Objetivos**

Esta disciplina é voltada para a escrita de um trabalho acadêmico de conclusão de curso. O trabalho pode ser tanto uma monografia tradicional, como um artigo acadêmico com vistas à publicação em periódico ou uma produção audiovisual acompanhada de trabalho escrito. Cada estudante deverá se reunir periodicamente com seu orientador, e cabe ao professor responsável pela disciplina definir a sistemática de acompanhamento.

### TÓPICOS EM ANTROPOLOGIA

#### **14.26 Tópicos em Antropologia I**

##### **14.26.1 Ementa**

O surgimento da Antropologia Visual como campo de investigação e seu desenvolvimento. As imagens como objeto e dispositivo de pesquisa. Diálogos entre Antropologia e documentário. O filme etnográfico. Novos campos abertos pela Antropologia Visual.

##### **14.26.2 Objetivos**

O curso tem por objetivo introduzir os alunos no campo da Antropologia Visual e seus métodos de pesquisa. Contextualizar o surgimento do campo e sua institucionalização. Os principais debates e as transformações ocorridas no interior da disciplina. Abordar a relação entre Antropologia e imagem. As diferentes pesquisas realizadas no âmbito da Antropologia Visual e os métodos empregados. O desenvolvimento do cinema etnográfico como gênero cinematográfico e método de pesquisa. As novas possibilidades abertas pelo campo, laboratórios e produções no contexto internacional.

### 14.26.3 Bibliografia básica

GONÇALVES, Marco Antonio. "Encontros "encorporados" e conhecimento pelo corpo: filme e etnografia em Jean Rouch". *Devires* (UFMG), v. 6, n.2, pp. 28-45. 2010.

PEIXOTO, Clarice. "Antropologia e filme etnográfico: um travelling no cenário literário da antropologia visual". *Boletim Informativo Bibliográfico em Ciências Sociais/BIB*, 48: 91-115. 1999.

PIAULT, Marc. *Antropologia & Cinema: passagem à imagem, passagem pela imagem*. São Paulo: UNIFESP, 2018.

### 14.26.4 Bibliografia complementar

HENLEY, Paul. "Trabalhando com filme: cinema de observação como etnografia prática". *Cadernos de Antropologia e Imagem*, n. 18, v. 1, pp. 163-188.

NICHOLLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas; Papirus, pp.135-177. 2005.

PARIS, Lou Mary (ogs.). *A experiência da imagem etnográfica*. São Paulo: FAPESP. 2015.

MATHIAS, Ronaldo. *Antropologias Visual*. São Paulo: Nova Alexandria. 2016.

### Filmografia sugerida:

Corumbiara, Vincent Carelli. 2009 (120 min).

Eu, um negro. Jean Rouch. 1955 (70 min).

Nanook, o esquimó. Robert Flaherty. 1922 (79 minutos).

Reassemblage. Trinh T. Minh-Ha, 1982 (40 min).

Transfiction. Johannes Sjöberg, 2007 (57 min).

### 14.27 Tópico em Antropologia II

### **14.27.1 Ementa**

As cidades e as ciências sociais. História da Antropologia Urbana. Escola de Chicago. Escola de Manchester. Antropologia Urbana no Brasil. Etnografias na e da cidade.

### **14.27.2 Objetivos**

O curso tem como objetivo apresentar os fundamentos teórico-metodológicos das pesquisas urbanas a partir da perspectiva da antropologia e busca auxiliar na instrumentalização da prática etnográfica em contextos urbanos e no desenvolvimento de um olhar atento às dinâmicas sociais cosmopolitas. Os fenômenos urbanos serão analisados a partir de uma revisão histórica sobre a Antropologia Urbana no Brasil e no mundo, passando pela Escola de Chicago e pela Escola de Manchester, até o estudo sobre a emergência da antropologia urbana no Brasil (primeiro no eixo Rio-São Paulo e a posterior expansão por outros territórios brasileiros). A partir da análise de etnografias clássicas e contemporâneas que versam sobre relações sociais desenvolvidas em espaços urbanos, o curso irá enfatizar a importância do trabalho de campo e da observação participante em pesquisas desenvolvidas nas sociedades urbanas contemporâneas.

### **14.27.2. Bibliografia básica**

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

SIMMEL, George. "A metrópole e a vida mental" (1902) in: Velho, O. (org) *O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

### **14.27.3. Bibliografia complementar**

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. "Castelos de Areia: dilemas da institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro (1930-1964) ". BIB, Rio de Janeiro, n. 24, 1987.

BECKER, Howard. "Conferência de Chicago". *Mana*, Rio de Janeiro, 2(2): 177-188, 1996.

COULON, Alain. *A escola de Chicago*. Campinas: Papirus, 2005



FIELDMAN BIANCO, Bela. "Prefácio à 2ª edição" e "Introdução". In: Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, Unesp, 2010.

FRÚGOLI, Heitor. "O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia". Revista de antropologia, SP, USP, vol. 48/1, 2005.

GLUCKMAN, Max. "Análise de uma situação social na Zululândia moderna". In: Bela Feldman-Bianco (ed). Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo: Unesp, 2010.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana". Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49, São Paulo, 2002.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "No meio da trama: a antropologia urbana e os desafios da cidade contemporânea". Sociologia, problemas e práticas, n, 60, 2009.

MAYER, Adrian. "A importância dos 'quase grupos' no estudo das sociedades complexas". In: Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos. São Paulo, Unesp, 2010.

OLIVEN, Ruben George. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis, Vozes, 2007.

OLIVEN, Ruben George. *Urbanização e mudança social no Brasil*. RJ: Centro Edelstein, 2010.

VELHO, Gilberto. "Antropologia urbana: interdisciplinaridade e fronteiras do conhecimento". Mana, Rio de Janeiro, 17(1): 161-185, 2011.

VELHO, Gilberto. "Becker, Goffman e a antropologia no Brasil". Sociologia, problemas e práticas, n. 38, 2002.

VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

### **Filmografia sugerida:**

Edifício Master, Eduardo Coutinho (2002, Brasil, 1h51minutos)

Os passos iniciais da antropologia urbana no Brasil, FGV CPDOC (2019, Brasil, 9:05 minutos)

Gilberto Velho: uma homenagem, FGV CPDOC (2019, Brasil, 20:54 minutos)

### **14.28 Tópico em Antropologia III**

#### **14.28.1 Ementa**

Gênero e sexualidade como categorias analíticas. Gênero e sexualidade como construção histórica, social, cultural, política e discursiva. Representações sociais sobre o corpo, reprodução, conjugalidade e relações familiares. Movimento feminista. Gênero e relações de poder.

#### **14.28.2 Objetivos**

O curso tem como objetivo apresentar uma discussão sobre corpo, gênero e sexualidade a partir de uma análise antropológica, proporcionando discussões sobre as interfaces entre gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial. Preconceito, discriminação, diferença, alteridade e identidades culturais, são analisados no curso sob uma perspectiva histórica, social, cultural, política e discursiva. O curso aborda o movimento feminista sob as perspectivas histórica e contemporânea e busca problematizar o binarismo sexual a partir da revisão bibliográfica clássica sobre o tema e com base em etnografias contemporâneas sobre o tema.

#### **14.28.3. Bibliografia básica**

GIDDENS, Anthony. *A transformação da Intimidade: Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*, Tradução de Magda Lopes, São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1999.

SCOTT, J. W. "Gênero: uma categoria útil de análise histórica". *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, 1995.

#### **14.28.4. Bibliografia complementar**

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. "O Parentesco é sempre tido como heterossexual? " In: Cadernos Pagu. Campinas: Pagu, 2003, v. 21, p.219-260.

BADINTER, Elizabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CORREIA, Mariza. "Repensando a família patriarcal brasileira: notas para o estudo das formas de organização familiar no Brasil". In: *Colcha de Retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. Campinas: Editora da universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1993.

DEBERT, G.; BRIGEIRO, M. "Fronteiras de gênero e sexualidade na velhice". RBCS, v.27, n. 80, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n80/v27n80a03.pdf>

DURHAM, Eunice. "Família e Reprodução Humana". In: *Perspectivas Antropológicas da Mulher n.3*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

GREGORI, M. F. "Limites da sexualidade: violência, gênero e erotismo". Revista de Antropologia, São Paulo, v. 51, n. 2, 2008. Disponível em <http://www.revistasusp.sibi.usp.br/pdf/ra/v51n2/a07v51n2.pdf>

LAQUEUR, T. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

RUSSO, J. A.; ROHDEN, F.; TORRES, I.; FARO, L. "O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização". Physis. 2009, vol.19, n.3, pp. 617-636. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v19n3/a04v19n3.pdf>

### **Filmografia sugerida:**

Kinsey – Vamos falar sobre sexo, Bill Condon (2003, EUA, 1h58min)

## **14.29 Tópicos em antropologia IV**

### **14.29.1 Ementa**

Discussão sobre os fenômenos da saúde e da doença a partir do enfoque antropológico. Saúde mental, Reforma Psiquiátrica e a perspectiva psicossocial. Saúde, doença e a construção social da pessoa e da subjetividade.

#### **14.29.2 Objetivo**

O curso tem como objetivo discutir aspectos sociais, culturais e políticos relacionados aos fenômenos da saúde e da doença e disponibilizar um arsenal teórico-metodológico para fundamentar as discussões sobre saúde, a partir da perspectiva antropológica. Tendo como foco a discussão sobre saúde/doença mental, o curso vai enfatizar as discussões sobre (inter)subjetividade e sobre as articulações entre o campo psi e as perspectivas sócio-antropológicas.

#### **14.29.3 Bibliografia Básica**

FOUCAULT, F. *Historia da loucura na Idade Classica*. SP: Perspectiva, 1978.

LAPLANTINE, F. *Antropologia da doença*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MINAYO, M.C. *O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde*. SP/RJ: Hucitec/ABRASCO, 1993.

#### **14.29.4 Bibliografia complementar**

ALVES, P.C. & RABELO, M.C. *Antropologia da saúde, traçando identidade e explorando fronteiras*. RJ: Relume-Dumara, 1998.

BIRMAN, J. *A psiquiatria como discurso da moralidade*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

CARRARA, S. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 1987.

DUARTE, L.F.D. & LEAL, O.F. *Doença, sofrimento, perturbação: perspectivas etnográficas*. RJ: Fiocruz, 1998.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. SP: Perspectiva, 1987.

SONTAG, S. *A doença como metáfora*.. RJ: Graal, 2002.

### **14.30 Tópicos em antropologia V**

#### **14.30.1 Ementa**

Perspectivas antropológicas sobre família e parentesco. Relações familiares e de parentesco na História da Antropologia e nas relações contemporâneas (transformações e permanências). Relações de gênero e construções sociais sobre casamento, conjugalidade, reprodução e parentalidade. Gênero e geração e construção social de identidades.

#### **14.30.2 Objetivos**

Estudo sobre relações familiares e de parentesco na História da Antropologia e na atualidade. Perspectivas atuais, transformações e permanências no estudo sobre parentesco e família. Discussões éticas, teóricas e metodológicas sobre relações conjugais, reprodução e parentalidade.

#### **14.30.3 Bibliografia obrigatória**

LEVI-STRAUSS, C. *As estruturas elementares do parentesco*. SP: Vozes, 1976.

SARTI, C. *A família como espelho. Sobre a moral dos pobres*. Campinas/SP: 1996.

SCHNEIDER, D. *O parentesco americano*. Petropolis: Vozes, 1980.

#### **14.30.4 Bibliografia complementar**

ARIES, P. *História da família e da criança e da família*. RJ: LCT, 1981.

BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. RJ: Nova Fronteira, 1985.

CARSTEN, J. "A matéria do parentesco". R@U, 6(2), jul/dez, 2014.

FONSECA, C. *Família, fofoca e Honra*. Porto Alegre: Ed Universidade, 2000.

MEAD, M. *Sexo e Temperamento*. SP: Perspectiva, 1998.

STRATHERN, M. "Necessidade de pais, necessidade de mães". *Revista Estudos Feministas*, v.3,n.2, 1995.

### **14.31 Tópicos em antropologia VI**

#### **14.31.1 Ementa**

Interpretações do Brasil. Estudos antropológicos sobre cultura no Brasil. Cultura brasileira na perspectiva histórica. Conceitos e significados culturais em contexto brasileiro. Cultura popular e cultura erudita. Folclore e festas regionais.

#### **14.31.2 Objetivos**

Estimular a discussão sobre cultura popular e cultura erudita a partir da perspectiva brasileira. Identificar influências culturais a partir de abordagens interpretativas sobre o Brasil. Discussão sobre análises sócio-antropológicas a respeito da diversidade humanas e reflexão sobre manifestações culturais no Brasil. Cultura nacional e identidade do brasileiro em perspectiva comparada.

#### **14.31.3 Bibliografia obrigatória**

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*; Rio de Janeiro: Record, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*; São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*; Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

#### **14.31.4 Bibliografia complementar**

BOSI, Eclêa. *Cultura de Massa e Cultura Popular*. Petrópolis: Vozes, 1981.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*; São Paulo: Brasiliense, 1989.

LARAIA, Roque. CULTURA: Um Conceito Antropológico. Rio: Jorge Zahar Ed., 1986.

PRADO JR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo; São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil; São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHWARCZ, Lilia. 2012. Nem preto, nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociabilidade brasileira, São Paulo: Claro Enigma.

### **14.32 Tópicos em antropologia VII**

#### **14.32.1 Ementa**

O audiovisual como ferramenta de investigação e difusão de conhecimento. Aproximações entre a realização documental, as Ciências Sociais e a método etnográfico. Prática de realização de filme etnográfico: pesquisa, roteiro, filmagem e edição.

#### **14.32.2 Objetivos**

Oferecer aos alunos a possibilidade de experimentar a linguagem audiovisual a partir da noção de que o cinema pode ser uma importante ferramenta de reflexão e sensibilização para temas abordados nas Ciências Sociais. Trabalhar o olhar para as questões estéticas e fornecer conhecimento técnico de realização cinematográfica, possibilitando aos alunos experimentar as diferentes etapas de produção de um documentário etnográfico. O processo da oficina consiste na realização de um documentário com o suporte do Núcleo de Audiovisual e Documentário da FGV CPDOC.

#### **14.32.3 Bibliografia obrigatória**

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP : Papyrus, 2010. 5. ed. II

DA-RIN, Silvio. *Espelho partido: tradição e transformação do documentário*. Rio de Janeiro : Azougue, 2006. 3. ed. 247

PIAULT, Marc Henri. *Antropologia e cinema: passagem à imagem, passagem pela imagem*. São Paulo: Editora Unifesp, 2018

#### **14.32.4 Bibliografia complementar**

GAUTHIER, Gui. *O documentário: um outro cinema*. Campinas, SP: Papyrus, 2011.

BERNARDET, Jean-Claude. *Cinema Brasileiro: propostas para uma história*. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

FERRO, Marc. *Cinema e História*. São Paulo : Paz e Terra, 2010.

### **14.33 Tópicos em antropologia VIII**

#### **14.33.1 Ementa**

Etnografia na e da cidade. Fundamentos da etnografia. Olhar etnográfico. Trabalho de campo. Observação participante e participação observante. Familiaridade e distanciamento.

#### **14.33.2 Objetivos**

Curso prático, voltado para o desenvolvimento de trabalho etnográfico na cidade do Rio de Janeiro. Estudo empírico e teórico sobre Antropologia Urbana e sobre o trabalho de campo. Durante o curso o aluno aprenderá os fundamentos da etnografia, participando coletivamente de atividades externas que têm como objetivo o desenvolvimento de observação participante. A leitura de monografias será concomitante ao desenvolvimento de trabalho etnográfico a ser desenvolvido pelos alunos do curso.

#### **14.33.3 Bibliografia Básica**

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Antropologia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.



GEERTZ, Clifford. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade*. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

#### **14.33.4 Bibliografia complementar**

MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do pacífico ocidental*.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. "De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana".  
Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49, São Paulo, 2002.

OLIVEN, Ruben George. *Antropologia de grupos urbanos*. Petrópolis, Vozes, 2007.

SIMMEL, George. "A metrópole e a vida mental" (1902) in: Velho, O. (org) O Fenômeno Urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

VELHO, Otávio (Org.). *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987

### **14.34 Tópicos em Sociologia I**

#### **14.34.1 Ementa**

Teoria clássica e questões étnico-raciais; racismo e explicações sociológicas; estratificação social e raça; raça e formação da sociedade brasileira; raça e teoria contemporânea; gênero, raça e interseccionalidade.

#### **14.34.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo debater as questões étnico-raciais na sociologia. Ela contempla análises teóricas clássicas e contemporâneas sobre o tema, além de discussões sobre as interseções entre gênero, raça e classe social. A disciplina também abre espaço para o debate sobre raça na formação histórica brasileira.

### **14.34.3 Bibliografia Básica**

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

GONZÁLEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira." *Ciências sociais hoje* 2 (1983): 223-244.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. Brasília, Ed UNB, 2000.

### **14.34.4 Bibliografia complementar**

COLLINS, Patrícia Hill. "Como alguém da família: raça, etnia e o paradoxo da identidade nacional norte-americana." *Revista Gênero* 8.1 (2012).

DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro, Lacerda Editores, 1999.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

OYĔWÙMÍ, Oyèrónké. *Gênero e epistemologias africanas*.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

## **14.35 Tópicos em Sociologia II**

### **14.35.1 Ementa**

Teoria social contemporânea; agência, estrutura e novas sínteses; paradigmas pós-bourdieuianos; sociologias do Sul Global; debates e controvérsias centrais da teoria contemporânea.

### **14.35.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo debater temas específicos no debate sociológico contemporâneo, privilegiando os movimentos emergentes de reconstrução teórica. A disciplina pode focar tanto em novos autores e seus projetos teóricos, como em debates e controvérsias que têm mobilizado a atenção de vários sociólogos contemporâneos.

### **14.35.3 Bibliografia Básica**

ARCHER, Margaret. *Structure, agency and the internal conversation*. Cambridge, Cambridge University Press, 2003

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do Poder e classificações sociais” . In Boaventura Santos e Maria Paula Meneses (orgs). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2015.

VANDENBERGH, Frederic. *Teoria Social Realista: um diálogo franco-britânico*. Belo Horizonte, ed. UFMG, 2010.

### **14.35.4 Bibliografia complementar**

BOLTANSKI, Luc. “Sociologia crítica ou sociologia da crítica?”. In J.F Verán e F. Vnadenberghe. *Além do habitus: teoria social pós-bourdiesiana*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2016.

DOMINGUES, José Maurício. *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da teoria crítica*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2013

SEGATO, Rita. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. *E-cadernos Ces*. 18, pp. 106-131, 2012.

## **14.36 Tópico em Sociologia III**

### **14.36.1 Ementa**

Novas fronteiras metodológicas na sociologia; Big Data e pesquisa social; experimentos e técnicas de pesquisa em sociologia; *mixed methods*

### **14.36.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo aprofundar técnicas contemporâneas de pesquisa em sociologia. Espera-se que o conteúdo tenha uma dimensão eminentemente prática, de forma que o docente possa realizar experimentos de pesquisa sociológica que permitam aos discentes desenvolverem habilidades de investigação atualizadas.

### **14.36.3 Bibliografia básica**

AMARAL, Fernando. *Introdução à ciência de dados: mineração e Big Data*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. *Designing and conducting mixed methods research*. London: Sage publications, 2017.

FALK, Armin; HECKMAN, James J. "Lab experiments are a major source of knowledge in the social sciences." *science* 326.5952 (2009): 535-538.

### **14.36.4 Bibliografia complementar**

GLASER, Barney; STRAUSS, Anselm. *The discovery of grounded theory : strategies for qualitative research*. New Brunswick: Aldine Transaction 1967

JOHNSON, R. Burke; ONWUEGBUZIE, Anthony J.; TURNER, Lisa A. Toward a definition of mixed methods research. *Journal of mixed methods research*, v. 1, n. 2, p. 112-133, 2007.

WELLER, Nicholas; BARNES, Jeb. *Finding pathways : mixed-method research for studying causal mechanisms* . Cambridge: Cambridge University, 2014.

## **14.37 Tópicos em Sociologia IV**

### **14.37.1 Ementa**

Sociologia brasileira contemporânea e seus principais debates; transformações recentes da sociedade brasileira; classes, cultura, práticas sociais e política no Brasil

### **14.37.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo discutir temas contemporâneos da sociologia relacionados ao Brasil. Podem-se privilegiar os debates da sociologia brasileira ou focar a disciplina na análise das transformações mais recentes da sociedade, com destaque para mudanças na estratificação social, novas práticas culturais e reconfigurações da prática política no país pós-2013.

### **14.37.3 Bibliografia Básica**

ARRETCHE, Marta TS (Ed.). *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. Centro de Estudos da Metrópole, 2015.

FELTRAN, Gabriel. *Irmãos: uma história do PCC*. Editora Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* Editora Companhia das Letras, 2018.

### **14.37.4 Bibliografia complementar**

DOS SANTOS, Wanderley Guilherme. *A democracia impedida: o Brasil no século XXI*. Editora FGV, 2017.

MEDEIROS DA SILVA, M.A. *A descoberta do insólito: Literatura negra e literatura periférica no Brasil (1960-2000)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2013.

SCHWARCZ, Lília M.; BOTELHO, Andre; SCHWARCZ, Lília Moritz. *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

## **14.38 Tópicos em Sociologia V**

### **14.38.1 Ementa**

O universo profissional e intelectual das ciências sociais; a prática da pesquisa científica no campo das ciências sociais; métodos de análise de dados nas ciências sociais; escrita e comunicação científica

#### **14.38.2 Objetivos**

A disciplina terá dois objetivos: a) discutir a profissão dos cientistas sociais e produzir dados inéditos sobre o tema; b) desenvolver habilidades de pesquisa entre os estudantes, particularmente as seguintes: capacidade de análise de dados empíricos; capacidade de comunicação científica; autonomia intelectual; capacidade de trabalhar coletivamente.

#### **14.38.3 Bibliografia básica**

BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Claudia Siqueira. 'Sociologia como Profissão'. Revista Brasileira de Sociologia, vol 05, nº. 10, Mai/Ago/2017, p. 259-289.

BONELLI, Maria da Glória. O mercado de trabalho dos cientistas sociais. Revista brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 25.9 (1994): 110-126.

<[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_25/rbcs25\\_11.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_11.htm)>

VILLAS BÔAS, Glaucia K. "Currículo, iniciação científica e evasão de estudantes de ciências sociais." Tempo social 15.1 (2003): 45-62.

TORINI, Danilo Martins. Formação e identidade profissional: a trajetória de egressos de Ciências Sociais. Diss. Universidade de São Paulo, 2012.

WERNECK VIANNA, Luiz, MAR de CARVALHO, and Manuel Palácios Cunha MELO. "Cientistas sociais e vida pública: o estudante de graduação em ciências sociais." Dados 37.3 (1994): 345-535.

#### **14.38.4 Bibliografia complementar**

ALMEIDA, Alberto Carlos. *Como são feitas eleitorais e de opinião*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

CANO, Ignacio. *Introdução à Avaliação de Programas Sociais*. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

“Cientistas sociais no Sistema único de Saúde”. Nelson Fillice de Barros e Rafael Afonso da Silva. *Tempo Social*, vol. 27, n.1. 2015

RUBINICH, Lucas e BELTRA, Gastón. ‘Que hacen los sociólogos’. Buenos Aires, Aurelia Rivera, 2010.

### **14.39 Tópicos em Sociologia VI**

#### **14.39.1 Ementa**

Sociologia pública e suas variações; a sociologia fora da academia; sociologia, política e ativismo; movimentos sociais e produção de conhecimento

#### **14.39.2 Objetivos**

A disciplina tem por objetivo explorar aspectos contemporâneos da relação entre sociologia e vida pública. Espera-se que os docentes possam trabalhar com os estudantes diferentes dimensões da atividade do cientista social na democracia, com destaque para: movimentos sociais, pesquisa aplicada, sociedade civil, políticas públicas e *advocacy*

#### **14.39.3 Bibliografia básica**

BRAGA, Ruy; BURAWOY, Michael. *Por uma sociologia pública*. Alameda, 2009.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; PAULA, Meneses Maria. *Epistemologias do sul*. Cortez Editora, 2014.

RIBEIRO, Djamila. *Lugar de Fala*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

#### **14.39.4 Bibliografia complementar**

Berth, Joice. *Empoderamento*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

Mills, C. Wright. *Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

BRINGEEL, Breno; BRASIL JR. Antonio. Antologia crítica del pensamento brasileiro contemporâneo. CLACSO, 2019. Disponível em [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181116020319/Antologia\\_Brasil.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20181116020319/Antologia_Brasil.pdf)

#### **14.40 Tópicos em Sociologia VII**

##### **14.40.1 Ementa**

Cultura e teoria sociológica; questões metodológicas no estudo da cultura; práticas culturais contemporâneas na sociedade brasileira.

##### **14.40.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo debater temas relacionados à sociologia da cultura, com ênfase em questões teórico-metodológicas. Espera-se que o docente explore também aspectos interdisciplinares, com destaque para o cruzamento entre sociologia e antropologia. Também é desejável que a disciplina reserve espaço para debater aspectos relacionados às práticas culturais no Brasil contemporâneo

##### **14.40.3 Bibliografia básica**

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2015

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Dp&A, 2005.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994

##### **14.10.4 Bibliografia complementar**

ALEXANDER, Jeffrey. "O Novo Movimento Teórico". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol 2(4), p.5-28, 1987



ARRUDA, M. A. D. N. (2004). Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação. *Tempo social*, 16(1), 107-118.

FEATHERSTONE, Mike. "Para uma sociologia da cultura pós-moderna." *Cultura de consumo e pós-modernismo* (1994).

WILLIAMS, R. (1989). O campo e a cidade. *Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras.*

ZOLBERG, V. L. (2006). *Para uma sociologia das artes*. Senac.

#### **14.41 Tópico em Sociologia VIII**

##### **14.41.1 Ementa**

Cidade e teoria sociológica; questões metodológicas no estudo do fenômeno urbano; transformações das cidades no Brasil contemporâneo; cidades no Sul Global.

##### **14.41.2 Objetivos**

Esta disciplina tem como objetivo debater temas relacionados à sociologia urbana, com ênfase em questões teórico-metodológicas. Espera-se que o docente explore também aspectos interdisciplinares, com destaque para o cruzamento entre sociologia e antropologia. Finalmente, a disciplina também comporta discussões sobre transformações urbanas recentes no Brasil e no Sul Global

##### **14.41.3 Bibliografia obrigatória**

COMAROFF, J. (2011). Teorias do sul. *Mana*, 17(2), 467-480.

COULON, A. (1995). *A Escola de Chicago: Introdução e Origens*. São Paulo: Papirus

HARVEY, D. (2000). *Espaços de esperança*. Edições Loyola.

#### **14.41.4 Bibliografia complementar**

DAVIS, M. (2015). *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo Editorial.

DE Souza Martins, J. (2008). *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora 34.

FELTRAN, G. (2011). Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. São Paulo, Editora, 34, 347-373.

FRÚGOLI Jr, H. (2005). O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, 48(1), 133-165.

LEEDS, A., Leeds, E., & LIMA, N. T. (2015). *A sociologia do Brasil urbano*. SciELO-Editora FIOCRUZ.

#### **14.42 Tópicos em Ciência Política I**

##### **14.42.1 Ementa**

Governo representativo. Tipos de partidos. Tipos de sistemas partidários. Competição política. Formação de governos.

##### **14.42.2 Objetivos**

A disciplina pretende fornecer um background mínimo para que os alunos consigam interpretar o funcionamento do regime representativo e o sistema político-partidário, estimulando reflexões críticas embasadas tanto teórica quanto empiricamente.

##### **14.42.3 Bibliografia Básica**

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Trad. de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1970. 465p.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, vol. XXXVIII (167), 2003, 277-293, 2003.

PANEBIANCO, Ângelo. **Modelos de Partidos**: Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

#### **14.42.4 Bibliografia complementar**

CHEIBUB, José Antonio. PRZEWORSKI, Adam. SAIEGH, Sebastian. Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas. *Dados*, Rio de Janeiro, Vol. 45, n<sup>o</sup> 2, pp. 187-218, 2002.

GUARNIERI, Fernando. A força dos partidos ‘fracos’ . *Dados*, vol. 54, n. 1, p. 235-258, 2011.

KATZ, Richard S. MAIR, Peter. The Cartel Party Thesis: A Restatement. *Perspectives on Politics*, vol. 7, n. 4: 753-766, 2009.

MONTERO, José Ramón. Gunther, Richard. Los estudios sobre los partidos políticos: una revisión crítica. *Revista de Estudios Políticos* (nueva época), núm. 118, 2002.

ROKKAN, Stein et al. **State formation, nation-building, and mass politics in Europe**. The theory of Stein Rokkan: based on his collected works. Clarendon Press, 1999.

### **14.43 Tópicos em Ciência Política II**

#### **14.43.1 Ementa**

Modelos de democracia. Autoritarismo. Totalitarismo. Regimes e formas de governo.

#### **14.43.2 Objetivo**

A disciplina apresenta as diferentes formas de se analisar regimes e formas de governo em perspectiva comparada. Parte-se de uma discussão preliminar sobre os direitos de cidadania na organização do Estado para a discussão posterior sobre as formas de se classificar os regimes como democracias, autoritarismos ou totalitarismos.

#### **14.43.3 Bibliografia básica**

DAHL, R. **A democracia e seus críticos**. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2012.

O' DONNEL, G. SCHMITTER, P. **Transições do Regime Autoritário**: Primeiras conclusões. Ed. Vértice, São Paulo, 1988.

LINZ, J. Presidencialismo ou Parlamentarismo: Faz Alguma Diferença? In: LAMOUNIER, B. **A Opção Parlamentarista**. Editora IDESP, Sumaré, 1991.

#### **14.43.4 Bibliografia complementar**

COLLIER, D. (Org.) **Novo Autoritarismo na América Latina**. Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1982.

O' DONNELL, G. Democracia Delegativa? *Novos Estudos Cebrap*, n. 31, p.25-40, 1991.

LIMONGI, F.; FIGUEIREDO, A. Bases Institucionais do Presidencialismo de Coalizão. *Lua Nova*, v. 44, p. 81-106, 1998.

MAINWARING, Scott; BRINKS, Daniel; LIÑÁN, Aníbal Pérez. Classificando regimes políticos na América Latina, 1945-1999. *Dados*, vol44, nº4, pp. 645 a 687, 2001.

SANTOS, M. L.; PÉREZ-LIÑAN, A.; GARCÍA MONTERO, M. El control presidencial de la agenda legislativa en América Latina. *Revista de Ciencia Política*, v. 34, n. 3, p. 511-536, 2014.

### **14.44 Tópicos em Ciência Política III**

#### **14.44.1 Ementa**

Relação entre indivíduo e sociedade ao longo da história moderna: Liberalismo, Socialismo, Anarquismo, Fascismo e Nacionalismo. Desdobramentos históricos dessas principais matrizes ideológicas na configuração das instituições políticas.

#### 14.44.2 Objetivos

O curso procura proporcionar um pensamento crítico-reflexivo das principais vertentes teóricas que têm orientado a relação entre indivíduo e sociedade ao longo da história moderna: Liberalismo, Socialismo, Anarquismo, Fascismo e Nacionalismo. As aulas abordam os desdobramentos históricos dessas principais matrizes ideológicas na configuração das instituições políticas, com ênfase nas temáticas fundamentais do direito brasileiro.

#### 14.44.3 Bibliografia básica

BOBBIO, Norberto. *Liberalismo e Democracia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2000.

SCHAMA, Simon. *Cidadãos: uma crônica da Revolução Francesa*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1989.

SHIRER, William. *Ascensão e Queda do Terceiro Reich: triunfo e consolidação (1933-1939)*. Rio de Janeiro, Ed. Agir, 2008.

#### 14.44.4 Bibliografia complementar

ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo, Cia. das Letras, 1999.

MANIN, Bernard. PRZEWORSKI, Adam. STOKES, Susan. Eleições e Representação. *Lua Nova*, n. 67, 2006, p. 105-138.

OSNOS, Evan. **A era da ambição**: em busca da riqueza, da verdade e da fé na nova China. São Paulo, Cia. das Letras, 2015.

TAROUCO, Gabriela. MACHADO MADEIRA, Rafael. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, v. 21, n. 45, 2013, p. 149-165.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

#### **14.45 Tópicos em Ciência Política IV**

##### **14.45.1 Ementa**

Teorias de políticas públicas. Modelo sequencial. Modelo dos fluxos múltiplos. Modelo do equilíbrio interrompido. Modelo de coalizões de defesa. Burocracia do nível da rua.

##### **14.45.2 Objetivos**

A disciplina visa introduzir os alunos aos principais modelos teóricos de análise das políticas públicas. Parte-se das contribuições teóricas de Harold Lasswell, Herbert Simon, David Easton e Charles Lindblom, considerados os pais fundadores da área como ramo autônomo de estudo. Na sequência, as aulas abordarão as contribuições mais recentes de Paul Sabatier e Michael Lipsky para a análise das políticas públicas. Ao final do curso, espera-se que os alunos consigam diferenciar os modelos sequencial, de fluxos múltiplos, do equilíbrio interrompido e de coalizões de defesa, podendo avaliar criticamente as vantagens e limitações de cada teoria.

##### **14.45.3 Bibliografia básica**

Easton, David. **Uma teoria de análise política**. Tradução de Gilberto Velho. Rio de Janeiro: Zahar, 1968. 183p.

SIMON, Herbert A. **Comportamento administrativo**: estudo dos processos decisórios nas organizações administrativas. Tradução de Aluizio Loureiro Pinto. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1970. xlvii, 277p.

LIPSKY, Michael. **Burocracia de nível de rua**: Dilemas do indivíduo nos serviços públicos. Tradutor: Arthur Eduardo Moura da Cunha. Brasília: Enap, 2019.

##### **14.45.4 Bibliografia complementar**

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas. *BIB*, nº 61, p. 25-52, 1º semestre de 2006.

KINGDON, John W. **Agendas, Alternatives and Public Policies**. Boston, Longman, 2011.

LASSWELL, Harold D. The emerging conception of the policy sciences. *Public Policy*, 1, p. 3-14, 1970.

LINDBLOM, Charles E. **O Processo de Decisão Política**. Brasília: Editora UNB, 1981.

SABATIER, Paul A. The advocacy coalition framework: revisions and relevance for Europe. *Journal of European Public Policy*, vol. 5, nº 1, p. 98-130, 1998.

#### **14.46 Tópicos em Ciência Política V**

##### **14.46.1 Ementa**

Governo representativo. Partidos políticos no Brasil. Legislação eleitoral e reformas eleitorais. História do sufrágio no Brasil. Eleições e representação política.

##### **14.46.2 Objetivos**

A disciplina traça um panorama da história das eleições no Brasil a partir de três eixos: partidos, eleitores e reformas eleitorais. O principal objetivo do curso é estimular a capacidade crítica dos alunos sobre o funcionamento do governo representativo no Brasil e desnaturalizar os juízos de valor disseminados pela historiografia política brasileira.

##### **14.46.3 Bibliografia básica**

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Representação política e sistema eleitoral no Brasil**. São Paulo: Edições Símbolo, 1980.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil**. Do Império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

PORTO, Walter Costa. **Dicionário do voto**. São Paulo: Editora Giordano, 1995. 390p.

#### **14.46.4 Bibliografia complementar**

ASSIS BRASIL, J. F. **Democracia representativa**: do voto e do modo de votar. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Editora Companhia das Letras, 2012.

MANIN, Bernard. **Los principios del gobierno representativo**. Madrid: Alianza, 1998.

MARCHETTI, Vitor. Governança Eleitoral: o modelo brasileiro de Justiça Eleitoral. *Dados*, 51.4, 2008.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática. *Lua Nova*, vol. 67, n. 7, p. 191-228, 2006.

#### **14.47 Tópicos em Ciência Política VI**

##### **14.47.1 Ementa**

Capacidade Estatal. Cargos de Confiança. Burocracia e Corrupção. Burocracia e Políticas Públicas. Contratação, monitoramento e rotatividade de burocratas. Qualidade de agências burocráticas. Reforma Administrativa.

##### **14.47.2 Objetivos**

A disciplina analisa agências burocráticas brasileiras do ponto de vista da sua capacidade/qualidade, bem como a maneira como elas se relacionam com o campo político. Por que algumas partes da burocracia federal brasileira parecem eficientes e outras não? Por que, e como, os políticos interferem em decisões burocráticas? Quais são os fatores que causam corrupção na burocracia? Quais incentivos estão presentes para que boas políticas públicas sejam implementadas por políticos e burocratas? Como o governo pode – ou deve – escolher bons funcionários? Essas serão algumas questões abordadas no curso.

##### **14.47.3 Bibliografia básica**



CAMPELLO DE SOUZA, Maria do Carmo. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

LOPEZ, Felix. (Org.) **Cargos de confiança no presidencialismo de coalizão brasileiro**. Brasília: Ipea, 2015,

CAVALCANTE, Pedro & LOTTA, Gabriela. (Orgs.) **Burocratas de médio escalão: perfil, trajetória, atuação**. Brasília: Enap, 2015.

#### **14.47.4 Bibliografia complementar**

BATISTA, Mariana. O poder no Executivo: uma análise do papel da presidência e dos ministérios no presidencialismo de coalizão brasileiro (1995-2010), *Opinião Pública*, 19(2), 449-473, 2013.

BERSCH, Katherine; PRAÇA, Sérgio & TAYLOR, Matthew. "State capacity, bureaucratic politicization, and corruption in the Brazilian state", *Governance*, 30(1), 105-124, 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. "Da administração pública burocrática à gerencial", *Revista do Serviço Público*, 47(1), 7-39, 1996.

GEDDES, Barbara. **Politician's dilemma: building state capacity in Latin America**. Berkeley: University of California Press, 1994.

MOE, Terry. The politics of structural choice: toward a theory of public bureaucracy, in WILLIAMSON, Oliver (Org.) **Organization theory: From Chester Barnard to the present and beyond**. New York: Oxford University Press, 1995, p. 116-153.

#### **14.48 Tópicos em Ciência Política VII**

##### **14.48.1 Ementa**

Teoria da desmobilização coletiva. Cultura e ação coletiva. Teoria da mobilização de recursos. Teoria do processo político. Teoria dos novos movimentos sociais. Movimentos sociais em perspectiva comparada. Ativismo na era da globalização.

#### **14.48.2 Objetivos**

O curso pretende introduzir as principais teorias dos movimentos sociais a partir de considerações sobre o caso latino-americano. Após uma reflexão inicial quanto ao papel dos atores sociais pela lente da cultura política e das teorias democráticas, as aulas enfocam as diferenças entre as teorias dos movimentos sociais dos anos 1970 e a dos anos 1990 em diante.

#### **14.48.3 Bibliografia básica**

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo, Edições Loyola, 2012.

TOURAINE, Alain. **Palavra e Sangue**. Política e sociedade na América Latina. Campinas: Unicamp. 1989.

#### **14.48.4 Bibliografia complementar**

ALONSO, Angela. Teorias dos movimentos sociais: balanço do debate. *Lua Nova*, 2009, n. 75.

COSTA, Sérgio. Esfera Pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. Uma abordagem tentativa. *Novos Estudos Cebrap*, n. 38, mar./1994.

KOWARICK, Lúcio. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. *RBCS*, n.1 (3), 1987.

TILLY, Charles (2009). Os movimentos sociais como política. *Revista Brasileira de Ciência Política*, n. 3, pp.133-160, jan.-jul./2010.

TOURAINE, Alain. Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos. *Lua Nova.*, n. 17, jun./1989.

#### **14.49 Tópicos em Ciência Política VIII**

#### 14.49.1 Ementa

Padrões de Corrupção. Corrupção e sistema eleitoral brasileiro. Processo legislativo e pontos de acesso para a corrupção. Cargos de confiança. Corrupção em Infraestrutura. Instituições de combate à corrupção. Reforma política e medidas anticorrupção.

#### 14.49.2 Objetivos

Este curso apresenta um breve histórico da corrupção recente no Brasil, colocando-a em perspectiva comparada. Serão tratados desde os “anões do orçamento” (1993-1994) até os desdobramentos mais atuais da Operação Lava Jato. As principais instituições de combate à corrupção no Brasil – Controladoria-Geral da União, Judiciário, Ministério Público, Polícia Federal, Tribunal de Contas da União – serão analisadas.

#### 14.49.3 Bibliografia básica

PINOTTI, Maria Cristina. (Org.), **Corrupção: Lava Jato e Mãos Limpas**. São Paulo: Portfolio-Penguin, 2018.

PRAÇA, Sérgio. **Corrupção e Reforma Orçamentária no Brasil, 1987-2008**. São Paulo: Annablume, 2013.

PRAÇA, Sérgio. **Guerra à Corrupção: Lições da Lava Jato**. São Paulo: Évora, 2017.

#### 14.49.4 Bibliografia complementar

GLAESER, Edward & GOLDIN, Claudia. (Orgs.) **Corruption and Reform: lessons from America's economic history**. Chicago: University of Chicago Press, 2006.

JANOT, Rodrigo. **Nada menos que tudo**. São Paulo: Planeta, 2019.

LANDIM, Raquel. **Why Not: como os irmãos Joesley e Wesley, da JBS, transformaram um açougue em Goiás na maior empresa de carnes do mundo, corromperam centenas de políticos e quase saíram impunes**. São Paulo: Intrínseca, 2019.

## OFICINA DE PESQUISA APLICADA

### **14.50 Oficina de Pesquisa Aplicada I**

#### **14.50.1 Ementa**

Relações Executivo-Legislativo. Presidencialismo de coalizão. Racionalização do processo legislativo. Instâncias decisórias e poder de agenda. Sistemas eleitorais e comportamento legislativo. Grupos de interesses e atividade legislativa. Estudos legislativos e governos subnacionais.

#### **14.50.2 Objetivos**

O objetivo do curso é oferecer repertório sobre as principais questões dos estudos legislativos para os alunos terem condições de aplicar os conhecimentos teóricos na prática, realizando um monitoramento legislativo em campo. Na fase de capacitação, os alunos serão introduzidos à literatura especializada e as discussões das aulas pautarão o caso brasileiro em perspectiva comparada. Na fase do campo, os alunos poderão acompanhar sessões legislativas para confrontar a teoria com a observação in loco do dia-a-dia legislativo.

#### **14.50.3 Bibliografia básica**

ABRANCHES, Sérgio. Presidencialismo de coalizão. Raízes e evolução do modelo político brasileiro. São Paulo, Companhia das Letras, 2018.

CARAZZA, Bruno. Dinheiro, eleições e poder. As engrenagens do sistema político. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. LIMONGI, Fernando de Magalhães Papaterra. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1999.

#### **14.50.4 Bibliografia complementar**

ABRUCIO, Fernando. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo, Ed. Hucitec, 1998.

AMORIM NETO, Octavio & SANTOS, Fabiano. O Segredo Ineficiente Revisto: O que Propõem e o que Aprovam os Deputados Brasileiros. *Dados*, 2003, v. 46, n. 4, p. 661-698.

GOMES, Sandra. “O Impacto das Regras de Organização do Processo Legislativo no Comportamento dos Parlamentares: Um Estudo de Caso da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988)”, *Dados*, 2006, v. 49, n. 1, p. 193-224.

RICCI, Paolo. “Teorias e interpretações recentes sobre o processo decisório nos parlamentos contemporâneos”, *BIB*, n. 77, 1º semestre de 2014 (publicada em dezembro de 2015), pp. 25-44.

SANTOS, Fabiano. “Partidos e comissões no presidencialismo de coalizão”, *Dados*, 2002, v. 45, n. 2, p. 237-264.

## **14.51 Oficina de Pesquisa Aplicada II**

### **14.51.1 Ementa**

Com o advento das tecnologias da informação e, mais recentemente, nos contextos das Humanidades Digitais, o uso de ferramentas em apoio à metodologia de pesquisa tem se tornado indispensável. Com o ambiente predominantemente digital, os profissionais das Ciências Humanas precisam estar ao menos introduzidos nesse novo cenário de metodologias digitais. Nesse sentido a disciplina visa trabalhar a técnica de mineração de textos com softwares de nível básico de experiência em computação.

### **14.51.2 Objetivos**

Explorar o potencial da mineração de texto para a metodologia de pesquisa bem como avaliar sua aplicação em projetos de pesquisa em andamento. Propor o manuseio de softwares para mineração textual de nível básico de conhecimento em computação. Analisar e avaliar a pertinência da aplicação dessas ferramentas em projetos acadêmicos individuais.

### **14.51.3 Bibliografia básica**

SIMEÃO, E.; MIRANDA, A. Informação e tecnologia: conceitos e recortes. [s.l.] : Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2005.

GONZÁLEZ AGUILAR, A. Visualização de dados, informação e conhecimento. [s.l.] : Editora UFSC, 2017

MCGARRY, K. J. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. [s.l.] : Briquet de Lemos, 1999.

### **14.51.4 Bibliografia complementar**

PEZZINI, Anderson. Mineração de textos: conceito, processo e aplicações. **R. Eletr. do Alto Vale do Itajaí – REAVI**, v. 5, n. 8, p. 01-13, dez., 2016

KLEMMANN, Miriam; REATEGUI, Eliseo; RAPKIEWICZ, Clevi. Análise de Ferramentas de Mineração de Textos para Apoio à Produção Textual. **Anais do XXII SBIE - XVII WIE**, Aracaju, 21 a 25 de novembro de 2011

ARANHA, Christian; PASSOS, Emmanuel. A Tecnologia de Mineração de Textos. 2006. Disponível em: . Acesso em: 01jun. 2015.

CORREIA, Geraldo Nunes et al. Uso da mineração de textos na análise exploratória de artigos científicos. 2012. Disponível em: . Acesso em: 01 jun. 2015.

CARRILHO JUNIOR, João Ribeiro. Desenvolvimento de uma Metodologia para Mineração de Textos. 2007. Disponível em: . Acesso em 02 jun. 2015.

## **14.52 Oficina de Pesquisa Aplicada III**

### **14.52.1 Ementa**

Fonte, acervo e informação histórica. Tipos de fonte histórica. Lugares de memória e Patrimônio histórico no Brasil; Instituições de memória: Arquivos, Bibliotecas, Museus, Centros de Documentação; acervos arquivísticos públicos e privados como fontes de

pesquisa; organização de acervos históricos, produções de registros orais e biográficos, difusão e acesso a informação. Tecnologias da informação. Educação Patrimonial

#### **14.52.2 Objetivos**

Proporcionar aos alunos o contato com atividades práticas em acervos históricos, história oral, e produção biográfica para estimular pesquisas e promover a aproximação dos estudantes com a área de documentação, discutindo sobre as possibilidades de atuação profissional para cientistas sociais.

#### **14.52.3 Bibliografia básica**

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta Moraes. Usos & abusos da história oral. (coord.). 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. Arquivos Permanentes: tratamento documental. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004. 2<sup>a</sup> ed.

LE GOFF, Jaques. História e Memória. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1990.

#### **14.52.4 Bibliografia complementar**

BURKE, Peter. A escrita da história. Unesp, 1992.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História Oral : Memória, Tempo, Identidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

GOMES, Angela Maria Catro; SCHMIDT, Benito Bisso. Memórias e narrativas autobiográficas. Editora FGV, 2009.

HEINZ, Flávio M. Por outra história das elites. FGV Editora, 2006.

MEIHY, Jose Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabiola. História Oral - Como Fazer Como Pensar. São Paulo Contexto, 2007.

Outras fontes:

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: FGV CPDOC.  
Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>

#### **14.53 Oficina de Pesquisa Aplicada IV**

##### **14.53.1 Ementa**

Tratamento, organização, interpretação e crítica de fontes documentais; métodos e técnicas da pesquisa histórica; instrumentos metodológicos; pesquisa em acervos e arquivos; possibilidades de pesquisa aplicada na área de História.

##### **14.53.2 Objetivos**

A definir.

##### **14.53.3 Bibliografia básica**

BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Novos domínios da história*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PINSKY, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2011.

##### **14.53.4 Bibliografia complementar**

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

MAUAD, Ana Maria. "Sobre as imagens na História, um balanço de conceitos e perspectivas". In: *Revista Maracanan*, v. 12, 2016, pp.33-48.

SCHMIDT, Benito. "Quando o historiador espia pelo buraco da fechadura: biografia e ética." *História* (São Paulo), v. 33, jan./jun. 2014.

STONE, Lawrence. Prosopografia. *Revista de Sociologia e Política, Curitiba*, vol. 19, n. 39, 2011, p. 115-137.



#### **14.54 Oficina de Pesquisa Aplicada V**

##### **14.54.1 Ementa**

A oficina tem como objetivo oferecer para os alunos a oportunidade de engajar em debates em alto nível, regulados pelas normas e procedimentos oficiais das Nações Unidas, ao discutir temas de grande relevância para a história das relações internacionais.

##### **14.54.2 Objetivos**

A oficina é aberta para alunos da graduação de todos os cursos. Ainda, atividade prevê a participação de alunos do ensino médio como participantes-observadores (a ser explicitado adiante). A participação de alunos de ensino médio cumpre uma função dupla de dar visibilidade ao curso de Ciências Sociais da FGV junto as escolas e colégios e também de promover a integração dos alunos oferecendo múltiplas perspectivas.

##### **14.54.3 Bibliografia básica**

##### **14.54.4 Bibliografia complementar**

#### **14.55 Oficina de Pesquisa Aplicada VI**

##### **14.55.1 Ementa**

O audiovisual como ferramenta de investigação e difusão de conhecimento. Aproximações entre o documentário e as Ciências Sociais. Prática de realização de filme documentário: pesquisa, roteiro, filmagem e edição.

##### **14.55.2 Objetivos**

Oferecer aos alunos a possibilidade de experimentar a linguagem audiovisual a partir da noção de que o cinema pode ser uma importante ferramenta de reflexão e sensibilização para temas abordados nas Ciências Sociais. Trabalhar o olhar para as questões estéticas e fornecer conhecimento técnico de realização cinematográfica, possibilitando aos alunos experimentar as diferentes etapas de produção de um filme documental. O processo da oficina consiste na realização de um documentário com o suporte do Núcleo de Audiovisual e Documentário da FGV CPDOC.

### 14.55.3 Bibliografia básica

***Introdução ao documentário*** / Bill Nichols ; tradução Mônica Saddy Martins. Campinas, SP : Papirus, 2010. 5. ed. Il. 270p.

***Espelho partido: tradição e transformação do documentário*** / Silvio Da-Rin. Rio de Janeiro : Azougue, 2006. 3. ed. 247 p. : il.

***Antropologia e cinema : passagem à imagem, passagem pela imagem*** / Marc Henri Piault.

São Paulo : Editora Unifesp, 2018. 430p.

### 14.55.4 Bibliografia complementar

***O Cinema do real*** / Maria Dora Mourão e Amir Labaki, orgs. São Paulo : Cosac & Naify, 2014. 443 p.

***O documentário : um outro cinema*** / Gui Gauthier ; tradução Eloisa Araújo Ribeiro. - Campinas, SP : Papirus, 2011. 432p.

***Cinema brasileiro : propostas para uma história*** / Jean-Claude Bernardet ; coeditor da reedição Arthur Autran. São Paulo : Companhia das Letras, 2009. 2ª. ed. rev. ampl. 333p.

***História e cinema : dimensões históricas do audiovisual*** / organizadores Maria Helena Capelato [et al.]. São Paulo : Alameda, 2011. 2. ed. 396 p.

***Cinema e história*** / Marc Ferro ; tradução e notas Flávia Nascimento.

São Paulo : Paz e Terra, 2010. 2. ed. rev. e ampl. 143p.

## **14.56 Oficina de Pesquisa Aplicada VII**

### **14.56.1 Ementa**

Perspectivas socio-antropológica sobre a identidade militar. O processo de socialização profissional dos oficiais do Exército. A carreira e o “mundo militar”.

### **14.56.2 Objetivos**

Apesar da importância social e histórica que as Forças Armadas têm ao longo da história brasileira, elas ainda são pouco conhecidas do ponto de vista das Ciências Sociais. O objetivo do curso é oferecer aos alunos uma perspectiva socio-antropológica sobre a identidade militar, principalmente através do exame do processo de socialização profissional por que passam os oficiais do Exército. Para tal, além de leituras e discussões em sala de aula sobre o tema, o

curso incluirá também visitas de campo à Academia Militar das Agulhas Negras (em Resende, RJ) e a guarnições do Exército na Amazônia.

#### **14.56.3 Bibliografia básica**

CASTRO, Celso. *O espírito militar. Um antropólogo na caserna*. 2ª edição revista. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

#### **14.56.4 Bibliografia complementar**

CASTRO, C. e Leirner, P. (orgs.), *Antropologia dos militares*. Ed. FGV, 2009.

### **15. Eletivas**

#### **15.1 História do Tempo Presente**

##### **15.1.1 Ementa**

O conhecimento histórico e o “Tempo Presente”. Problemas e questões do “Tempo Presente”. Regimes de historicidade e Presentismo. Demandas sociais e uso social do passado. História Pública. História e Democracia.

##### **15.1.2 Objetivos**

O curso situa o debate historiográfico sobre a chamada “História do Tempo Presente”. Discute as noções “regimes de historicidade” e “presentismo” e tem como proposta examinar questões relativas aos usos políticos do passado. Dará ênfase no estudo da História Pública e propõe estudar a produção historiográfica sobre as bases da democracia brasileira.

##### **15.1.3 Bibliografia básica**

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo da Nova República*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. (Coleção O Brasil Republicano).

MAUD, Ana Maria et alii. *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*. São Paulo: Letras e Voz, 2016.

VARELLA, Flávia et alii. *Tempo Presente e Usos do Passado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

#### **15.1.4 Bibliografia complementar**

CANÊDO, Letícia B. *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

CHAVEU, A. e TÉTARD, Ph. *Questões para a História do presente*. Bauru (SP): Edusc, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos de História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996

HARTOG, F. *Presentismos e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RANCIÈRE, J. *O ódio á democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014

### **15.2 História e Teoria Social**

#### **15.2.1 Ementa**

História e Teoria Social têm uma longa tradição de diálogo e de fertilização mútua, como demonstra a obra de autores como Karl Marx, Max Weber, Marc Bloch e E. P. Thompson. Considera-se importante que o aluno de graduação do CPDOC tome conhecimento das contribuições da História para as Ciências Sociais e vice-versa.

#### **15.2.2 Objetivos**

Pretende-se apresentar ao aluno o diálogo mantido entre História e Ciências Sociais desde o século XIX. Serão destacados alguns domínios em torno dos quais a interação entre as disciplinas revelou-se particularmente prolífica, como a religião, o Estado moderno e o capitalismo.

#### **15.2.3 Bibliografia básica**

BLOCH, Marc. *Os reis taumaturgos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

#### **15.2.4 Bibliografia complementar**

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado absolutista*. São Paulo: Editora da UNESP, 2016.

BURKE, Peter. *História e teoria social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2012.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

MOORE JR., Barrington. *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo. Martins Fontes, 1983.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.

### **15.3 Introdução às Humanidades Digitais**

#### **15.3.1 Ementa**

A proposta da disciplina é entender a área das Humanidades Digitais e, além disso, buscar suas conexões e impactos com o campo da informação.

#### **15.3.2 Objetivos**

A proposta do curso é apresentar, identificar, compreender e contextualizar o arcabouço teórico-conceitual das Humanidades Digitais. Explorar a informação e o conhecimento face à sociedade da informação em sua relação com os debates na área de acervos. Identificar as interrelações existentes entre os diferentes campos da cultura, memória e informação, possibilitando o entendimento global das dinâmicas informacionais refletidas pelos acervos. Contextualizaremos esse debate num diálogo íntimo entre sociedade, conhecimento e informação situando o aluno nas reflexões sobre as Humanidades Digitais.

### 15.3.3 Bibliografia básica

SIMEÃO, E.; MIRANDA, A. Informação e tecnologia: conceitos e recortes. [s.l.] : Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, 2005.

GONZÁLEZ AGUILAR, A. Visualização de dados, informação e conhecimento. [s.l.] : Editora UFSC, 2017

MCGARRY, K. J. O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória. [s.l.] : Briquet de Lemos, 1999.

### 15.3.4 Bibliografia complementar

DODEBEI, Vera. **Ensaio sobre memória e informação**. Morpheus. v.9, n.15, [ed. Especial] 2016. Disponível em <  
<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/5475/4929>>. Acesso em 01 jan de 2016.

GOMÉZ, Maria Nélida González de. A reinvenção contemporânea da informação: entre o material e o imaterial . **Pesq. bras. Ci. Inf.**, Brasília, v.2, n.1, p.115-134, jan./dez. 2009

PIMENTA, Ricardo M. O futuro do passado: desafios entre a informação e a memória na sociedade digital. In: ALBAGLI, Sarita (org.) **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília-DF: IBICT, 2013. pp. 146-171. Disponível em  
[http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/319\\_Fronteiras%20da%20Ci%C3%A7%C3%A2ncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.liinc.ufrj.br/pt/attachments/319_Fronteiras%20da%20Ci%C3%A7%C3%A2ncia%20da%20Informa%C3%A7%C3%A3o.pdf) . Acesso em 01 jan de 2016.

ALVES, Daniel. Humanidades Digitais e Investigação Histórica em Portugal: perspectiva e discurso (1979-2015). **Práticas da História: Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past**, v.1, n. 2, p.89-116, 2016 Disponível em: <  
[http://www.praticasdahistoria.pt/issues/2016/12/PDH\\_02\\_DanielAlves.pdf](http://www.praticasdahistoria.pt/issues/2016/12/PDH_02_DanielAlves.pdf)> Acesso em: 10 maio 2018

\_\_\_\_\_. Declaração sobre a fundação da Associação das Humanidades Digitais. 2013 Disponível em: < <http://ahdig.org/declaracao/>> Acesso em: 19 fev 2016

DAMIAN, Ieda Pelogia Martins et al. Convergências entre as Humanidades Digitais e a Ciência da Informação. **Ibersid**, Zaragoza, v. 9, p. 79-82, 2015

GALINA RUSSELL, Isabel. ¿Qué son las Humanidades Digitales? **Revista Digital Universitaria**, v. 12, n. 7, 1 jul. 2011. Disponível em: <<http://www.revista.unam.mx/vol.12/num7/art68/index.html>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

GONÇALVES, Maria Filomena; BANZA, Ana Paula (Coord.). **Patrimônio Textual e Humanidades Digitais**: da antiga à nova Filologia. Évora: CIDEHUS, 2013

GUERREIRO, Dália; CALIXTO, José António; BORBINHA, José Luís. Bibliotecas Digitais para as Humanidades: novos desafios e oportunidades. **Caderno BAD**, Lisboa, n. 11, 2012.

\_\_\_\_\_. Humanidades digitais: novos desafios e oportunidades. **Revista Internacional del Libro, Digitalización y Bibliotecas**, v. 2, n. 2 p. 13-22, 2014

MARQUES, Fabrício. A realidade que emerge da avalanche de dados. **Pesquisa Fapesp**, n.255, maio/2017. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2017/05/23/a-realidade-que-emerge-da-avalanche-de-dados/>> Acesso em: 10 maio 2017

PIMENTA, Ricardo Medeiros. Os objetos técnicos e seus papéis no horizonte das Humanidades digitais: um caso para a ciência da informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 20-33, jul/dez, 2016.

RANGEL, Danny. Do mundo digital às humanidades digitais. **Techne**, v. 1, n. 1, p. 17-23, 2013.

SANTOS, H. P.; VENANCIO, R. P. Redocumentarização, historiografia e humanidades digitais: o caso do arquivo público mineiro. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** Marília: UNESP, 2017 Disponível: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/59013>> Acesso em: 10 maio 2018

JEANNENEY, Jean-Noël. **Quando o Google desafia a Europa**: em defesa de uma reação, Contracapa: Rio de Janeiro, 2007

VICENTE, José Luis de. Armazenamento do eu: sobre a produção social de dados. In BEIGUELMAN, Gisele; MAGALHÃES, Ana Gonçalves. **Futuros possíveis: arte. Museus e arquivos digitais**. São Paulo: Petrópolis: EdUSP, 2014. p. 288-301.

SAYÃO, Luis Fernando; SALES, Luana Farias. Curadoria digital: um novo patamar para preservação de dados digitais de pesquisa. **Inf. & Soc.:** Estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p. 179-191, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/12224>>. Acesso em: 07 abr. 2017.

## **15.4 Arte e Sociedade**

### **15.4.1 Ementa**

Arte como sistema cultural. A construção social de categorias ligadas ao “mundo da arte”. Diversidade e historicidade do fenômeno artístico.

### **15.4.2 Objetivo**

O curso pretende desenvolver nos alunos a percepção da arte como um sistema cultural e, nesse sentido, como um caminho para se compreender princípios mais amplos ordenadores da vida social. Atenção especial será dada ao estudo do processo de construção social de categorias e classificações artísticas e à posição social do artista. Será examinada a diversidade e a historicidade de “mundos da arte” (Becker) em outras culturas e na própria sociedade ocidental moderno-contemporânea.

### **15.4.3 Bibliografia Básica**

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.



BARBOSA, Andréa & CUNHA, Edgard Teodoro. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006

#### **15.4.4 Bibliografia complementar**

BENJAMIN, Walter. *Walter Benjamin: Sociologia* (organizador: Flavio Kothe). São Paulo, Atica, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 2001.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas*. São Paulo, EDUSP, 2003.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo, Cia Editora Nacional, 1965.

ELIAS, Norbert. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1995.

FACINA, Adriana. *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.

GEERTZ, Clifford. "A arte como um sistema cultural". In *O saber local*. Petrópolis, Vozes, 2001.

VELHO, Gilberto (org.) *Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1977.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

### **15.5 Documentário e Direitos Humanos**

#### **15.5.1 Ementa**

O foco do curso será o documentário como ferramenta de reflexão e sensibilização para temas dos Direitos Humanos. Serão analisados instrumentos e metodologias para análise de filmes. Prática de realização de documentário.

### **15.5.2 Objetivos**

Oferecer aos alunos a possibilidade de experimentar a linguagem audiovisual a partir da noção de que o cinema pode ser uma importante ferramenta de reflexão e sensibilização para temas relativos aos Direitos Humanos. Tendo como norte os artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o curso se dividirá em três módulos. No primeiro módulo, os alunos serão apresentados a filmes e textos que trabalham com essa temática. Nesse primeiro momento, a intenção do curso é refletir sobre o tema dos Direitos Humanos através da linguagem audiovisual e apresentar um repertório composto por diferentes estéticas documentais. No segundo módulo do curso, os alunos terão aulas de linguagem audiovisual e conhecerão diferentes técnicas de realização cinematográfica. O terceiro módulo consiste na realização de um documentário de curta-metragem que contemple a temática dos Direitos Humanos. Para a produção do filme, os alunos irão contar com suporte do Núcleo de Audiovisual e Documentário do CPDOC.

### **15.5.3 Bibliografia obrigatória**

SELIPANDRY, F. “O monumental e o íntimo: dimensões da memória de resistência no documentário brasileiro contemporâneo” . *Estudos Históricos*. Vol.26 (51). Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/7195>. Acesso em 20/12/2103.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. “Documentário e auto-representação”. In C. Lins. *Filmar o Real* . Rio de Janeiro: Zahar, 2008

BERNARDET, J.C. *Cineastas e Imagens do Povo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

#### **15.5.4 Bibliografia complementar**

Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948).

GUIMARÃES, C. "O Retorno do Homem ordinário no cinema" (2005). In *Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura*. Vol.3(n.2). Disponível em <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3457>. Acesso em 20/12/2013

SACRAMENTO, P. "Autoria e autoridade em xeque: autorretrato de um país" In: *Revista Contracampo*. Disponível em <http://www.contracampo.com.br/58/prisoneirocineclube.htm>.

OLIVEIRA, A. "Vozes do cárcere: uma análise do filme O Prisioneiro da Grade de Ferro". Trabalho apresentado no VI Intercom. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2006/resumos/R1126-1.pdf>.

DAPIEVE, A. "Isso o diretor não esqueceu" . In *Alceu: Revista de Comunicação e Cultura*. N.9: pp. 52-61. 2004.

#### **15.6 Memória e Sociedade**

##### **15.6.1 Ementa**

Memória e história. Espaço, tempo e construção de identidades. Construção da memória nacional e invenção de tradições. Memória, geração e narrativas biográficas. Instituições de memória e "lugares de memória".

##### **15.6.2 Objetivos**

O curso tem como objetivo apresentar temas e questões clássicos que envolvem o estudo da memória, sempre em perspectiva multidisciplinar. Serão examinados os debates sobre as relações entre memória e história, entre memória e patrimônio e entre memória e construção de identidades (individual e coletiva). A disciplina privilegiará um tratamento

mais teórico, enfatizando as experiências da história, da antropologia e da sociologia e suas contribuições conceituais.

### 15.6.3 Bibliografia Básica

BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da UNESP, 1992.

FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2004.

### 15.6.4 Bibliografia complementar

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo, Ed. T A Queiroz, 1979.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1996.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo, Centauro, 2006.

HOBSBAWM, Eric J & RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1984.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, Ed. Unicamp, 1990.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo, Pioneira, 1976.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo, Cia das Letras, 2007.

VELHO, Gilberto (org.) *Antropologia urbana: cultura e sociedade no Brasil e em Portugal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

## **15.7 Patrimônio Histórico e Cultural**

### **15.7.1 Ementa**

O conceito de patrimônio: memória, cultura e identidade nacionais. A construção da noção de patrimônio no Brasil: debates e instituições. Patrimônio, bens culturais e projetos sociais. Patrimônio e instituições de memória. Políticas de preservação do patrimônio.

### **15.7.2 Objetivos**

O curso objetiva discutir a noção de patrimônio a partir de uma perspectiva abrangente e de suas relações com os conceitos de cultura, memória e identidade nacional. Serão abordados os aspectos históricos, com ênfase na experiência brasileira, através da criação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e suas ao longo do século.

### **15.7.3 Bibliografia Básica**

FUNARI, Pedro Paulo de Abreu. *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006.

OLIVEIRA, Lucia Ilppi. *Cultura é patrimônio: um guia*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2008.

REIS, Jose Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2002.

### **15.7.4 Bibliografia complementar**

ABREU, Regina (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ARANTES, Antônio Augusto (org.). *Produzindo o passado*. São Paulo, Brasiliense, 1984.

BOMENY, Helena (org.) *Constelação Capanema: intelectuais e política*. Rio de Janeiro, ED FGV, 2001.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo, UNESP, 2001.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1996.

LISSOVSKY, Mauricio. *Colunas da educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

## **15.8 Imagem e Ciências Sociais**

### **15.8.1 Ementa**

Imagem e construção do real: uma perspectiva histórica. A utilização da imagem nas Ciências Sociais. Fotografia, cinema, vídeo e televisão: uma construção do presente e do passado.

### **15.8.2 Objetivos**

A disciplina pretende examinar um conjunto de questões que dizem respeito à relação entre imagem e Ciências Sociais, atentando para as particularidades que envolvem a análise da imagem enquanto representação nos mais diferentes contextos históricos. Discussões de caráter conceitual servirão como instrumento crítico para o exame da imagem em seus mais variados suportes - com atenção especial para a fotografia, o cinema, o vídeo e a televisão - e para o qual estão previstas visitas a exposições fotográficas e o debate sobre filmes, vídeos e programas de televisão.

### 15.8.3 Bibliografia básica

BARBOSA, Andréa & CUNHA, Edgard Teodoro. *Antropologia e imagem*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2006

KORNIS, Mônica de Almeida. *Cinema, televisão e história*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos da sociologia do desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.

### 15.8.4 Bibliografia complementar

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1999.

AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas, Papirus, 1993.

BARTHES, Roland. *A câmara clara*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.

CANCLINI, Nestor Garcia et alli. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1997.

CHARNEY, Leo & SCHWARTZ, Vanessa R. (org.). *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo, Cosac & Naify Editores, 2001.

COELHO, Teixeira. *O que é indústria cultural*. São Paulo, Brasiliense, 1980.

FELDMAN-BIANCO, Bela & LEITE, Miriam Moreira. *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas, Papirus, 2004.

GOMBRICH, E. H. *Arte e ilusão*. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

KORNIS, Mônica Almeida. “Cinema e história; um debate metodológico” In *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 10, 1992.

XAVIER, Ismail. *A experiência do cinema*. Rio de Janeiro, EMBRAFILME, 1983.

## **15.9 Instituições Culturais e de Memória**

### **15.9.1 Ementa**

Cultura, memória e identidade e suas relações com a história. Os diferentes tipos de instituições culturais e de memória (museus, bibliotecas, arquivos centros de memória, centros de documentação e de informação). Instituições culturais e identidades sociais. Centros de memória e identidades sociais. Visitas de trabalho a instituições culturais e de memória.

### **15.9.2 Objetivos**

O objetivo do curso é analisar as instituições culturais e de memória e seu papel na construção de identidades. Como ponto de partida, serão trabalhados os conceitos de cultura, memória e identidade – e suas relações com a História –, através dos quais se buscará: avaliar os aspectos da diversidade cultural; apresentar, dentro de uma perspectiva multidisciplinar, as diversas questões que envolvem o estudo da memória, apresentando os debates em torno das relações entre memória e história, memória e patrimônio, memória e comemoração, e entre memória e a construção de identidades (individual e coletiva). A maior parte do curso será dedicada ao estudo dos diversos tipos de acervos considerados de valor cultural, suas singularidades e confluências, e ao estudo de como as instituições que a eles se dedicam– e que portanto lidam com cultura e memória – contribuem (ou podem contribuir) para a construção de uma identidade. Serão feitas visitas a várias instituições culturais e de memória.

### **15.9.3 Bibliografia Básica**

ALBERTI, Verena. *Ouvir contar*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2004.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008.



FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1996.

#### **15.9.4 Bibliografia complementar**

ABREU, Regina (org.) *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

ANDRADE, Ana Maria Ribeiro. *Caminho para as estrelas: reflexões em um museu*. Rio de Janeiro, MAST, 2007.

CHAGAS, Mario de Souza & BEZERRA, Rafael. *A democratização da memória: a função social dos museus latino-americanos*. Rio de Janeiro, MHN, 2008.

CORTEZ, Maria Tereza. *Centro de documentação: implantação*. São Paulo, Grafistil, 1980.

GONÇALVES, Jose Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, Ed UFRJ, 1996.

GUIMARÃES, Lucia Maria. *Da escola palatina ao silogeu: O Instituto Histórico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Museu da Republica, 2007.

LE GOFF, Jacques. *Memória – História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. (Enciclopédia Einaudi, v.1).

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Como explicar um museu histórico*. São Paulo, Museu Paulista, 1992.

\_\_\_\_\_. “Memória e cultura nacional: documentos pessoais no espaço público”. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 11, n.21, 1998.

#### **15.10 Planejamento e Financiamento de Projetos**

### **15.10.1 Ementa**

Como montar um plano de pesquisa e/ou intervenção social (estimação de recursos, viabilidade, etc.) Leis de incentivo para a área social e cultural. Agências de financiamento e fomento de pesquisa e intervenções sociais O trabalho de consultoria política. Os institutos de pesquisa de opinião. Consultoria histórica

### **15.10.2 Objetivos**

O objetivo principal deste curso é oferecer aos alunos um quadro abrangente das alternativas existentes para viabilizar financeira e operacionalmente seus projetos de pesquisa e/ou de intervenção social, incluindo projetos culturais de cunho social. A orientação geral do curso é no sentido de enfatizar as alternativas que podem ser construídas autonomamente pelos próprios alunos com vistas a incentivar sua iniciativa empreendedora, seja na busca de recursos para um projeto particular, seja na fundação e construção de ONGs, empresas de pesquisa, consultoria e/ou análise de informações sociais. Uma parte significativa do curso será dedicada a apresentação de "casos de sucesso" de empreendedores que construíram empresas de pesquisa, consultoria, ou ONGs. Espera-se que a discussão desses casos sirva de modelo para os alunos pensarem suas alternativas de colocação no mercado de trabalho.

### **15.10.3 Bibliografia básica**

THIERY-CHERQUES, Hermano R. *Projetos culturais: técnicas de modelagem*.

Rio de Janeiro Editora FGV, 2006.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Capital social*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2003.

BARBOSA, Maria Nazare Lins & OLIVEIRA, Carolina Felipe de. *Manual de ONGs*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2001.

### **15.10.4 Bibliografia complementar**

ANDREASEN, Alan. *Ética e marketing social*. São Paulo, Futura, 2002.

BUARQUE, Cristovam & OCHOA, Hugo Javier. *Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática*. Rio de Janeiro, Elsevier, 1994.

FALCÃO, Joaquim. *Democracia, direito e terceiro setor*. Rio de Janeiro, Ed FGV, 2004.

FUKELMAN, Clarice. *Como enquadrar projetos na Lei Estadual de Incentivo à Cultura*. Rio de Janeiro, SEBRAE, 1998.

GANDELMAN, Henrique. *Guia básico de direitos autorais*. Porto Alegre, Globo, 1982.

\_\_\_\_\_. *De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital*. São Paulo, Record, 1997.

STACKS, Don & NASSAR, Paulo (org.) *Dicionário de mensuração e pesquisa em relações públicas e comunicação organizacional*. São Paulo, Aberje, 2007.

NASSAR, Paulo. *Comunicação empresarial*. São Paulo, Aberje, 2006.

## **15.11 Justiça de Transição**

### **15.11.1 Ementa**

Conceitos de Justiça de transição. Transições de regimes políticos. Princípios e valores que regem o processo de transição. Memória, verdade e justiça. Comissões da Verdade, reparação, reconciliação, pacificação. Discussão de algumas experiências de justiça transicional, como a sul-africana, argentina, brasileira, chilena e portuguesa.

### 15.11.2 Objetivos

A disciplina tem como objetivo debater o conceito de Justiça de transição, apresentando a experiência de alguns países, como África do Sul, Argentina, Brasil, Chile e Portugal. Tais países passaram por transições políticas do autoritarismo para a democracia e estruturaram instituições voltadas para lidar com violações aos direitos humanos durante períodos ditatoriais. Pretende-se apresentar e discutir sobre a organização de Comissões da Verdade, de Reparação e de Reconciliação, assim como analisar princípios e valores que regem iniciativas para investigar e responsabilizar a autoria de crimes e violências perpetradas por agentes estatais. Um dos objetivos do curso é analisar as políticas gestadas por cada um destes países e sua inserção no ordenamento jurídico nacional e internacional. Utilizaremos como recurso metodológico a leitura de bibliografia especializada, de documentos produzidos por instituições governamentais responsáveis pela implementação de políticas públicas sobre direitos humanos, além da análise de filmes e documentários que retratem os temas previstos no programa.

### 15.11.3 Bibliografia obrigatória

ABRÃO, Paulo; GENRO, Tarso. “Justiça de transição”. In: AVRITZER, Leonardo et alli. *Dimensões políticas da justice*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013, pp. 579-592.

MENDEZ, Juan E. “Accountability for Past Abuses”. *Human Rights Quarterly*, n. 19, 1997.

MEZAROBBA, Glenda. “De que se fala, quando se diz ‘Justiça de transição?’”. *BIB*, n. 67, 2009, pp. 111-122.

### 15.11.4 Bibliografia complementar

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos. *Direito à memória e à verdade: Comissão Especial sobre mortos e desaparecidos políticos*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

BRITO, Alexandra Barahona de. “Justiça transicional e a política da memória: uma visão global”, in *Revista Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 1, jan.-jun. 2009, Brasília, pp. 56-83.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)*. 2ª ed., São Paulo: Imprensa Oficial, 2009.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. *Varia História*, v.28, n. 47, Belo Horizonte, Jan./June 2012.

### **15.12 História das Relações Internacionais**

#### **15.12.1 Ementa**

Este curso passa em revista a história das relações internacionais de 1945 aos dias de hoje. Primeiro estuda a Guerra Fria: Origens da Guerra Fria (1945-53); Guerra Fria, coexistência pacífica e contenção (1953-68); détente (1969-85); fim da Guerra Fria (1985-91); Terceiro Mundo, descolonização e Guerra Fria; América Latina e Guerra Fria; China (1949-91); Oriente Médio (1949-91); Alemanha e as relações Leste-Oeste (1945-91); Brasil e Guerra Fria. Depois estuda o mundo unipolar do liberalismo ao 11 de setembro (1990-2001); a Doutrina Bush; América Latina no mundo; e o mundo emergente (década de 2000).

#### **15.12.2 Objetivos**

Visitar e analisar a história das relações internacionais no mundo contemporâneo.

#### **15.12.3 Bibliografia básica**

GADDIS, John Lewis. *A Guerra fria*. Lisboa, Edições 70, 2007.

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília, Ed UNB, 2008.

#### **15.12.4 Bibliografia complementar**

ALBUQUERQUE, Jose Augusto Gulhon et alli. *Sessenta anos de política externa brasileira: 1930-1990*. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2006.

FREEDMAN, Lawrence, *Kennedy's Wars* Oxford, Oxford University Press, 2000,

GADDIS, John Lewis, *Strategies of Containment* Oxford, Oxford University Press, 2005

HOGAN, Michael. *Explaining the history of American foreign relations*. Cambridge, Cambridge University Press, 1991.

HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da Ordem*. Rio de Janeiro, Objetiva, 1996.

KISSINGER, Henry. *A diplomacia das grandes potências*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1999.

LEFFLER, Melvyn. *The specter of communism: The United States and the origin of cold war*. New York, Hill and Wang, 1994.

WESTAD, Odd Arne, *The Global Cold War*. Cambridge, Cambridge University Press, 2007.

WOHLFORTH, William. *The elusive balance: power and perception during the cold war*. Ithaca, Cornell University Press, 1993.

#### **15.13 Geopolítica e Governança Transnacional**

##### **15.13.1 Ementa**

Estudo e Análise da Política Externa a partir de perspectivas política, econômica, social e histórica. Relações entre os Estados modernos partido de uma lógica sistêmica que busca

compreender não apenas o relacionamento bilateral e direto entre os principais atores transnacionais, mas também como se organizam em torno instituições e regimes.

### **15.13.2 Objetivos**

Esta disciplina objetiva oferecer aos alunos um referencial para a compreensão da formulação e prática da política externa dos Estados estudados. Ela ainda tem como objetivo paralelo um estudo mais abrangente do sistema internacional que permite que o(a) aluno(a) consiga estabelecer uma conexão entre atores transnacionais e sua inserção nos temas da agenda global. Consequentemente, espera-se que o(a)s aluno(a)s sejam capazes de identificar, analisar e problematizar a ação de Estados e outros atores transnacionais no sistema, através de suas diversas abordagens. Essa leitura permitirá ainda a possibilidade de interpretar elementos direcionadores da política transnacional a partir de grandes temas da agenda contemporânea.

### **15.13.3 Bibliografia básica**

BULL, Hedley. Sociedade Anárquica: Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.

MORGENTHAU, Hans. A Política entre as Nações: Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003.

WALTZ, Kenneth N.. Man, the State, and War: A Theoretical Analysis: New York, Columbia University Press, 2001.

WIGHT, Martin A Política do Poder: Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002

### **15.13.4 Bibliografia complementar**

RODRIK, Dani. The Globalization Paradox: Democracy and the Future of the World Economy. New York: W. W. Norton, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. Making Globalization Work. New York: W.W. Norton, 2006

BEW, John - Realpolitik. A History. Oxford University Press, Oxford. 2016

### **15.13.5 Filmografia**

Lawrence da Arabia, 1962

Dr Strangelove, 1964

Syriana, 2005

#### **15.14 Movimentos e Temas Contemporâneos nas Relações Internacionais**

##### **15.14.1 Ementa**

Análise do sistema internacional contemporâneo a partir de eventos e marcos históricos que contribuíram para a sua formação. Exame de fenômenos e temas que compõem e moldam a agenda política, econômica e social do sistema internacional, como: globalização, meio ambiente, conflitos, direitos humanos, entre outros.

##### **15.14.2 Objetivos**

A presente disciplina tem como objetivo oferecer aos alunos um amplo panorama da formação e do desenvolvimento do sistema internacional, permitindo que eles consigam estabelecer uma linha lógica entre os acontecimentos e seus impactos. Por conseguinte, o(a)s aluno(a)s serão capazes de ter compressão dos principais temas da agenda internacional e de localizar sua trajetória em perspectiva histórica. Esse esforço será realizado sempre de forma permitir o(a) aluno(a) abordar o conteúdo de uma perspectiva crítica e reflexiva.

##### **15.14.3 Bibliografia básica**

CARR, E.H. Vinte Anos de Crise 1919-1939. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais: Brasília, Editora Universidade de Brasília, Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2001.

HOBSBAWM, Eric. Era dos Extremos: o breve século XX : 1914-1991: São. Paulo, Companhia das Letras, 1994.

JACKSON, Robert e SORENSEN, GEORG. Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens: Oxford, Oxford University Press, 2007



KEOHANE, Robert O. After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton, N.J. :Princeton University Press, 1984.

STUENKEL, Oliver. The BRICS and the future of global order: Lanham, Maryland: Lexington Books, 2015.

#### **15.14.4 Bibliografia complementar**

KAPLAN, Robert D. - The Revenge of Geography. What the Map Tells Us About Coming Conflicts and the Battle Against Fate. Random House, New York. 2012.

KENNEDY, Paul - The Rise and Fall of the Great Powers. Economic change and military conflict from 1500 to 2000. Unwin Hyman, London. 1988.

ZAKARIA, Fareed - From Wealth to Power. The Unusual Origins of America's World Role. Princeton University Press, Princeton. 1998.

#### **15.14.5 Filmografia**

Hotel Ruanda, 2004

O Senhor da Guerra, 2005